NOTA INTRODUTÓRIA

O Anuário Estatístico da Defesa Nacional de 2000 constitui uma publicação especializada em dados de defesa, cuja recolha foi efectuada pelo Estado-Maior General das Forças Armadas, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais do Ministério, IASFA, IGDN e PJM.

A informação estatística incluída nesta edição diz respeito ao ano de 2000, embora em áreas específicas como o orçamento, recursos humanos, imobiliário e material de defesa se reportem dados estatísticos de anos anteriores, através dos quais é possível avaliar a respectiva evolução no passado recente.

Cada capítulo, por sua vez, contém uma nota explicativa do tema tratado e alguns conceitos considerados essenciais para a interpretação da informação apresentada. No final da publicação consta também uma lista exaustiva das siglas e abreviaturas utilizadas.

De referir ainda que esta edição, em relação à precedente, apresenta ligeiros ajustamentos, nomeadamente no capítulo cinco, que passa a incorporar um sub-capítulo dedicado aos Sistemas e Tecnologias da Informação (SI/TI) e também um embrião de um provável futuro sub-capítulo referente ao tema "ambiente" no âmbito do Ministério da Defesa Nacional. Esclarece-se que a informação (despesas e existências) ligada aos equipamentos de informática, anteriormente incluída no capítulo seis, passa a ser tratada no sub-capítulo dos SI/TI.

Às entidades, organismos e pessoas que estiveram envolvidos na produção deste Anuário Estatístico agradece-se o seu contributo. Aos utilizadores solicitam-se todas as sugestões ou críticas que visem melhorar a informação apresentada.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Dado confidencial
-	Resultado nulo
X	Dado não disponível
"	Estimativa
*	Dado rectificado
0	Dado inferior a metade da unidade utilizada
	Dado incompleto

Nota: *Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.*

NOTA EXPLICATIVA

As estatísticas do Orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte de informação preferencial a Conta Geral do Estado (CGE).

É de referir que:

- *a nível global, foi utilizada a informação publicada através do Orçamento do Estado (OE) para os referidos anos;*
- *a nível específico da Defesa Nacional, foram utilizados os dados disponíveis na Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SG/MDN), tendo os mesmos sido directamente fornecidos pelas entidades envolvidas.*

Nesta base, a informação relativa a 2000 deverá ser considerada como provisória, sendo corrigida, posteriormente, após publicação da CGE respectiva.

Para concretizar a transformação dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) optou-se pela utilização do índice de preços implícito no Produto Interno Bruto (PIB) como deflacionador, considerando o ano de referência 1994.

A informação macroeconómica, nomeadamente os dados sobre PIB, população e índice de preços implícito no PIB, foram recolhidos junto do Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) do Ministério do Planeamento, Banco de Portugal (Relatório Anual de 1999) e Instituto Nacional de Estatística.

Saliente-se, a propósito, que os indicadores macro-económicos surgem alterados (desde 1994), por comparação com as edições anteriores, em virtude dos mesmos terem sido rectificados pelo DPP, conforme comunicação recente.

Também o valor relativo à população portuguesa, cuja influência se repercute no quadro 1.5, foi rectificado nos anos de 1995 a 1997.

Importa referir que os valores apurados neste capítulo não incluem os montantes referentes a "Contas de Ordem" e "Despesas com Compensação em Receita" (DCCR).

Por último, convém explicitar como foram trabalhados os dados referentes às despesas da Defesa, por natureza. Assim, e de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três principais agrupamentos de despesa:

- *Pessoal, que se identifica com o grupo "Despesas com o pessoal";*
- *Operação e Manutenção, que se identifica com o grupo "Aquisição de bens e serviços correntes", "Transferências correntes" e "Outras despesas correntes";*
- *Despesas de capital, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.*

É dado tratamento autónomo à componente PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), pela sua especificidade, bem como às LPM (Leis de Programação Militar), por serem, no seu conjunto, os principais pólos do investimento efectuado no âmbito do Ministério da Defesa Nacional no período em análise.

Pela sua importância para as Forças Armadas, importa destacar que em 1998 foi publicada uma nova lei quadro das leis de programação militar (Lei n.º 46/98, de 7 de Agosto) que, dando sequência e complementando a anterior, incorpora e desenvolve a aplicação de programas de investimento público de médio prazo relativos a forças, equipamento, armamento e infra-estruturas. Para além destes, incorpora ainda programas de desactivação de equipamentos, armamento, munições e infra--estruturas e de investigação e desenvolvimento (I&D). A Lei de Programação Militar abrangerá um período de seis anos, sendo obrigatoriamente revista nos anos pares. Nas revisões da LPM poder-se--á, caso os objectivos de força nacionais o aconselhem, proceder ao cancelamento e alteração dos programas inscritos, afectar os respectivos saldos a outros programas, bem como inscrever novos programas. Não obstante esta imposição legal de revisão da LPM, a mesma não ocorreu em 2000.

Importa alertar para o facto de que os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efectivo militar, de acordo com o actual classificador das despesas públicas, ainda em vigor e datado de 1989, passaram a ser incorporados no agrupamento "Aquisição de bens e serviços correntes" pelo que, neste estudo, procedeu-se à sua inclusão no grupo "Operação e Manutenção". Contudo, no âmbito das Forças Armadas as citadas despesas, que atingem montantes significativos, deveriam, pela sua natureza, ser efectivamente entendidas como despesas com o pessoal.

Convém também assinalar que o agrupamento "Aquisição de bens e serviços correntes" inclui as rubricas "Construções militares" e "Material militar" que, por terem uma utilização de natureza predominantemente militar, não são caracterizáveis como bens de capital.

Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa têm vindo a aumentar progressivamente (excepção para 1998), a preços correntes. No entanto, se nos debruçarmos sobre os mapas relativos a preços constantes, verifica-se que tem existido uma oscilação, ora progredindo ora regredindo, consoante os anos em apreço. O valor da execução da Lei de Programação Militar (LPM), assim como as missões internacionais, têm vindo a influenciar os dados apresentados. No que concerne a 1998, refira-se que o valor executado é resultante da entrada em vigor da LPM, apenas a partir de Agosto de 1998, apresentando 1999 um valor bastante mais elevado, assim como 2000. A revalorização do sistema retributivo do pessoal militar, assim como as missões de paz, são a justificação do acréscimo de despesas verificado em 2000, em comparação com 1999, no que respeita ao agrupamento *Pessoal*.

Convém referir que em relação às LPM os valores apurados não são coincidentes com os publicados na Conta Geral do Estado, uma vez que nesta os valores não correspondem ao executado, mas sim aos saques efectuados; desta forma, os valores correspondem ao apuramento efectuado na SG/MDN.

A componente investimento evolui de acordo com os financiamentos da LPM, uma vez que, em termos comparativos, o peso do PIDDAC não é significativo.

No que concerne às despesas de operação e manutenção, a tendência tem sido para o decréscimo, fruto das medidas de contenção orçamental que têm vigorado neste período.

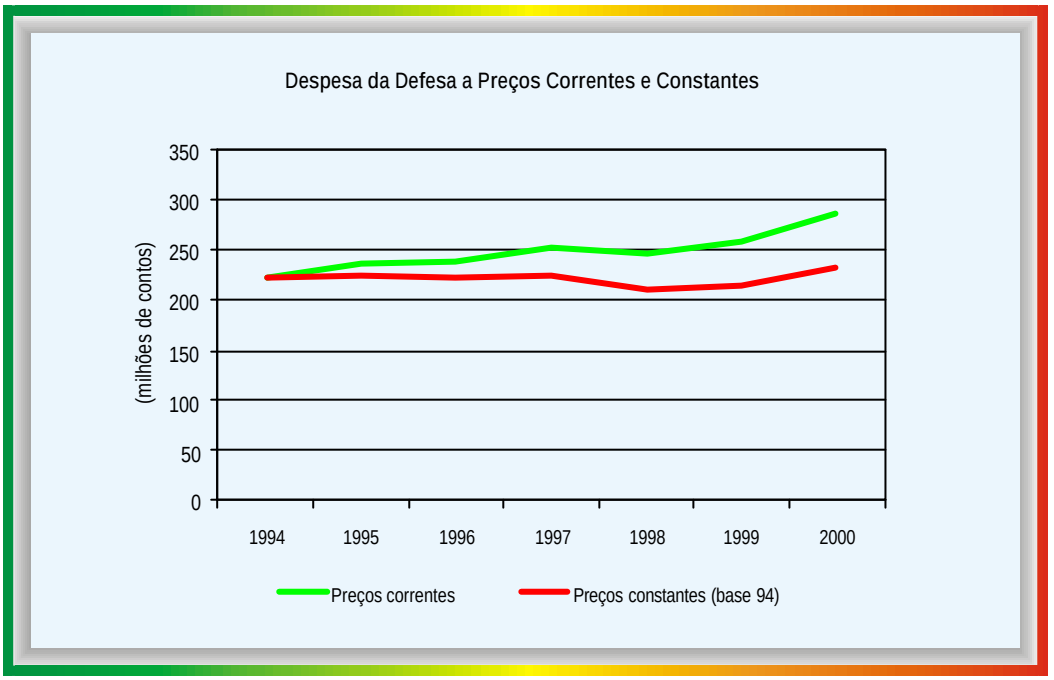
Relativamente à estrutura do ODN (Orçamento da Defesa Nacional), constata-se que a componente de pessoal continua a absorver a maior parte dos recursos financeiros postos à disposição da Defesa.

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de contos)

Ano	Preços correntes	Preços constantes (base 1994)
2000	286,3	231,8
Dados retrospectivos		
1999	259,5	214,9
1998	246,8	211,8
1997	252,7	225,3
1996	238,5	220,5
1995	236,6	225,4
1994	220,6	220,6

FONTES: Conta Geral do Estado 1994/99, SG/MDN – Execução 2000 (Valores Provisórios)



1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

(%)

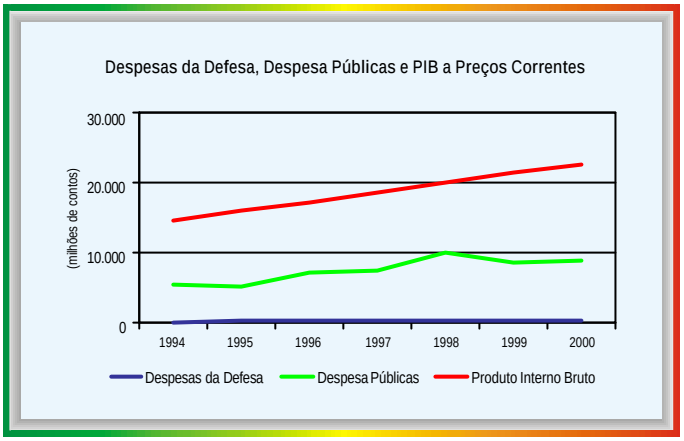
Ano	Variação anual
2000/99	10,32
Dados retrospectivos	
1999/98	5,14
1998/97	-2,33
1997/96	5,95
1996/95	0,80
1995/94	7,25

1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de contos)

Ano	PREÇOS CORRENTES			PREÇOS CONSTANTES		
	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB
2000	286,3	8.884,0	22.695,4	231,8	7.193,7	18.377,3
Dados retrospectivos						
1999	259,5	8. 568,6	21.476,4	214,9	7.097,9	17.790,2
1998	246,8	10.006,3	20.125,4	211,8	8.587,2	17.271,2
1997	252,7	7.420,3	18.652,2	225,3	6.616,3	16.631,2
1996	238,5	7.157,7	17.327,4	220,5	6.618,3	16.021,6
1995	236,6	6.352,5	16.213,9	225,4	6.050,0	15.441,8
1994	220,6	5.545,1	14.616,8	220,6	5.545,1	14.616,8

FONTES: Conta Geral do Estado 1994/99, Relatório anual 1999 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento,SG/MDN – Execução 2000 (Valores Provisórios)

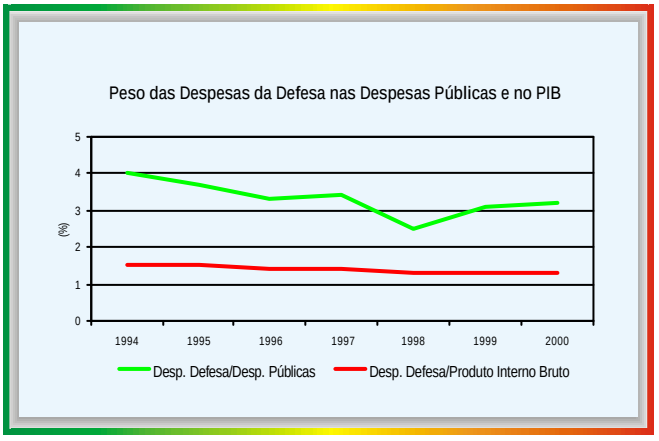


1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB

(%)

Ano	Despesas da Defesa/ /Despesas Públicas	Despesas da Defesa/ /PIB
2000	3,2	1,3
Dados retrospectivos		
1999	3,0	1,2
1998	2,5	1,2
1997	3,4	1,4
1996	3,3	1,4
1995	3,7	1,5
1994	4,0	1,5

FONTES: Conta Geral do Estado 1994/99, Relatório anual 1999 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento,SG/MDN – Execução 2000 (Valores Provisórios)

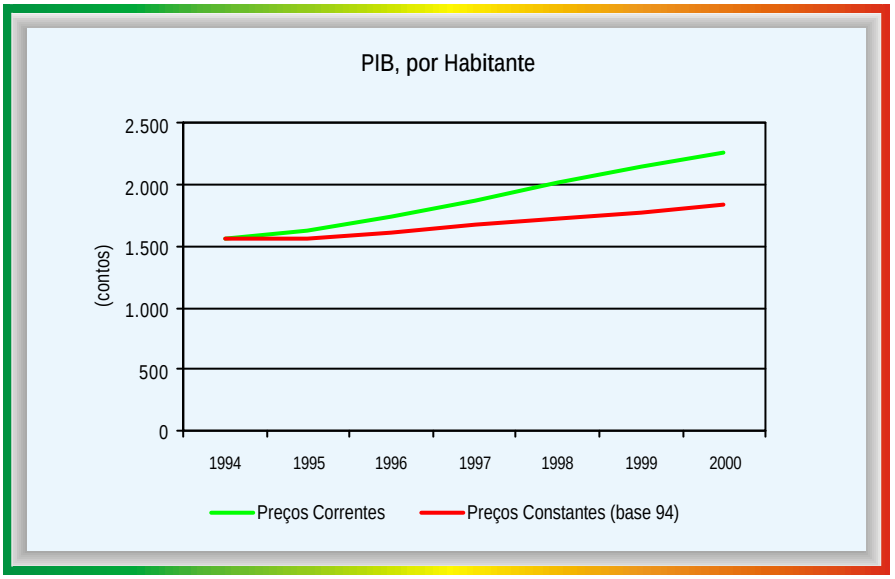


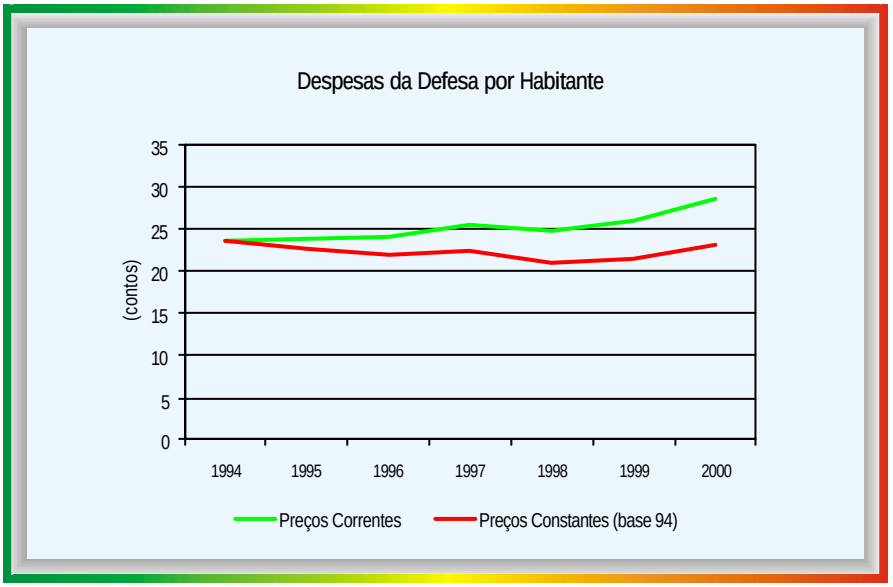
1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(contos)

Ano	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS CONSTANTES	
	Despesas da Defesa/ /habitante	PIB/habitante	Despesas da Defesa/ /habitante	PIB/habitante
2000	28,6	2.264,2	23,1	1.833,4
Dados retrospectivos				
1999	26,0	2.148,1	21,4	1.779,4
1998	24,7	2.016,7	21,0	1.730,7
1997	25,4	1.873,2	22,5	1.670,3
1996	24,0	1.744,2	22,0	1.612,8
1995	23,9	1.634,3	22,6	1.556,5
1994	23,6	1.563,4	23,6	1.563,4

FONTES: Conta Geral do Estado 1994/99, Relatório anual 1999 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Estatísticas Demográficas Janeiro 2001,SG/MDN – Execução 2000 (Valores Provisórios)





1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

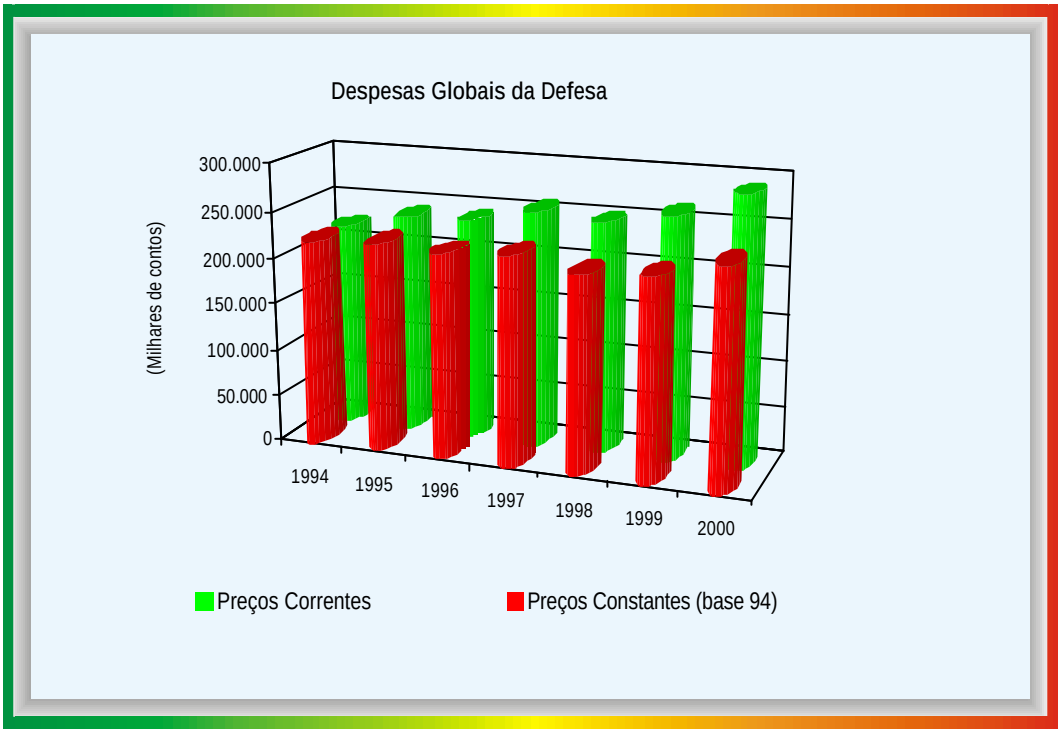
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2000	193.078,7	58.299,2	3.022,3	29.885,7	2.036,1	286.322,0
Dados retrospectivos						
1999	174.861,2	63.873,7	3.178,4	16.728,2	820,8	259.462,2
1998	164.454,0	63.291,7	2.522,8	12.906,3	3.624,5	246.799,3
1997	161.053,0	55.431,9	1.450,2	31.071,1	3.704,8	252.711,0
1996	158.565,3	63.822,2	1.501,4	12.582,4	2.032,9	238.504,2
1995	151.643,5	69.888,5	1.736,5	12.836,0	525,7	236.630,2
1994	142.998,5	63.506,2	1.393,3	11.195,0	1.464,0	220.557,0

FONTES: Conta Geral do Estado 1994/99, SG/MDN – Execução 2000 (Valores Provisórios)

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2000	156.342,9	47.207,0	2.447,3	24.199,6	1.648,7	231.845,4
Dados retrospectivos						
1999	144.848,1	52.910,4	2.632,8	13.857,0	679,9	213.875,3
1998	141.131,4	54.315,8	2.165,0	11.075,9	3.110,5	210.062,5
1997	143.603,0	49.425,9	1.293,0	27.704,6	3.303,4	223.566,7
1996	146.616,1	59.012,7	1.388,3	11.634,2	1.879,7	218.769,4
1995	144.422,4	66.560,5	1.653,8	12.224,8	500,7	223.942,0
1994	142.998,5	63.506,2	1.393,3	11.195,0	1.464,0	220.557,0

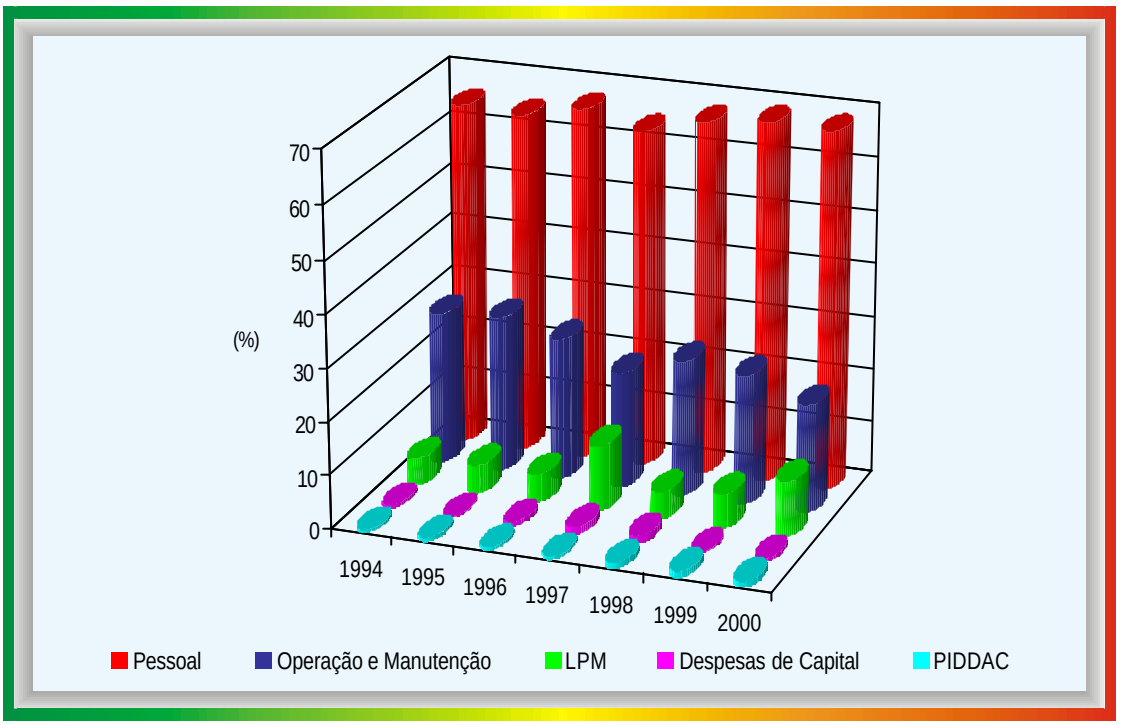


1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS (Continuação)

EM PERCENTAGEM

(%)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2000	67,4	20,4	1,1	10,4	0,7	100,0
Dados retrospectivos						
1999	67,7	24,7	1,2	6,5	0,3	100,0
1998	67,2	25,9	1,0	5,3	1,5	100,0
1997	64,2	22,1	0,6	12,4	1,5	100,0
1996	67,0	27,0	0,6	5,3	0,9	100,0
1995	64,5	29,7	0,7	5,5	0,2	100,0
1994	64,8	28,8	0,6	5,1	0,7	100,0



1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - SERVIÇOS CENTRAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

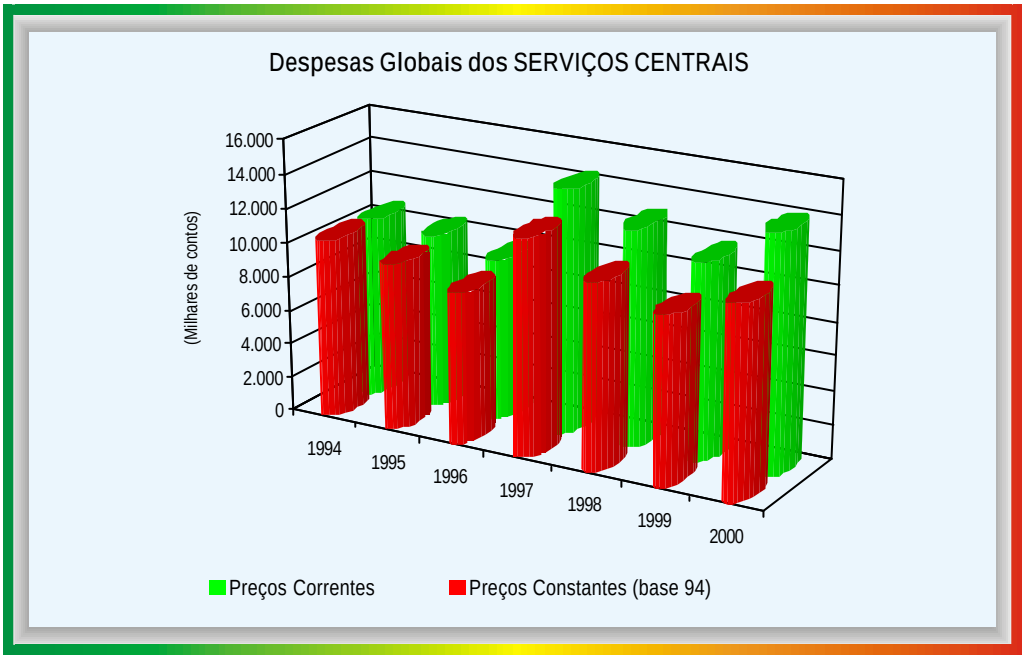
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2000	3.004,0	6.535,7	165,6	2.044,3	2.027,9	13.777,6
Dados retrospectivos						
1999	2.705,1	6.661,2	18,8	1.607,0	800,6	11.792,7
1998	2.565,4	6.131,1	47,4	321,3	3.588,1	12.653,3
1997	2.680,9	4.932,7	0,0	2.919,1	3.682,7	14.215,4
1996	2.563,1	4.358,6	0,0	595,0	2.009,8	9.526,5
1995	2.961,2	6.527,7	0,0	294,0	477,9	10.260,8
1994	2.898,5	5.241,6	0,0	959,0	1.411,3	10.510,4

FONTES: Conta Geral do Estado 1994/99, SG/MDN – Execução 2000 (Valores Provisórios)

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2000	2.432,5	5.292,2	134,1	1.655,4	1.642,0	11.156,2
Dados retrospectivos						
1999	2.240,8	5.517,9	15,6	1.331,1	663,2	9.768,6
1998	2.201,6	5.261,6	40,7	275,7	3.079,3	10.858,8
1997	2.390,4	4.398,2	0,0	2.602,8	3.283,7	12.675,2
1996	2.369,9	4.030,1	0,0	550,2	1.858,3	8.808,6
1995	2.820,2	6.216,6	0,0	280,0	455,1	9.772,2
1994	2.898,5	5.241,6	0,0	959,0	1.411,3	10.510,4



1.8 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EMGFA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

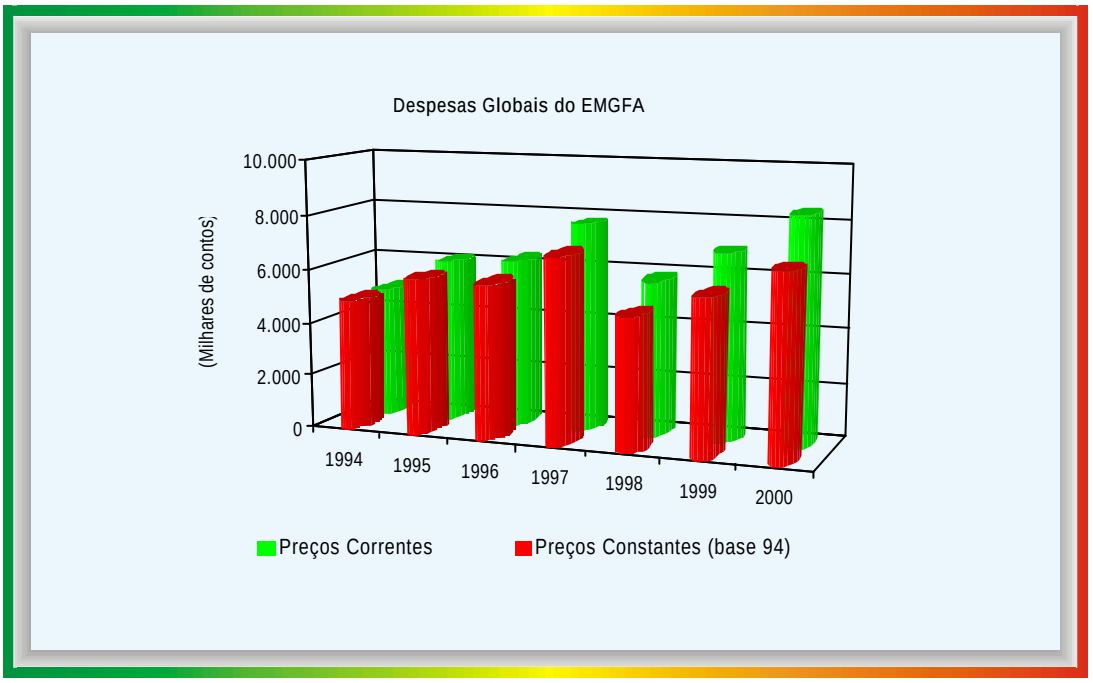
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2000	5.188,8	1.396,4	0,0	1.768,4	0,0	8.353,6
Dados retrospectivos						
1999	4.240,1	1.881,7	0,0	796,7	0,0	6.918,5
1998	4.158,9	1.455,6	0,0	119,4	0,0	5.733,8
1997	4.252,6	1.231,0	0,0	2.238,6	0,0	7.722,2
1996	4.001,4	1.277,6	0,0	944,0	0,0	6.223,0
1995	3.462,2	1.443,9	0,0	1.188,0	0,0	6.094,1
1994	3.572,4	1.263,5	0,0	28,0	0,0	4.863,9

FONTES: Conta Geral do Estado 1994/99, SG/MDN – Execução 2000 (Valores Provisórios)

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2000	4.201,5	1.130,7	0,0	1.431,9	0,0	6.764,2
Dados retrospectivos						
1999	3.512,3	1.558,8	0,0	659,9	0,0	5.731,0
1998	3.569,0	1.249,2	0,0	102,5	0,0	4.920,7
1997	3.791,8	1.097,6	0,0	1.996,0	0,0	6.885,5
1996	3.699,9	1.181,3	0,0	872,9	0,0	5.754,0
1995	3.297,3	1.375,1	0,0	1.131,4	0,0	5.803,9
1994	3.572,4	1.263,5	0,0	28,0	0,0	4.863,9



1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - MARINHA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

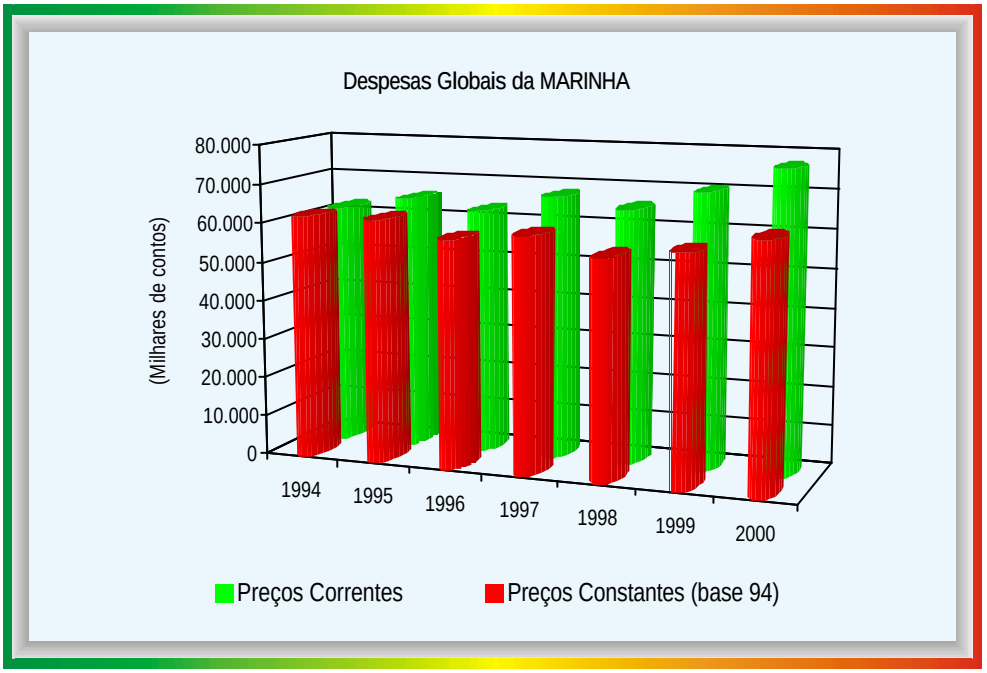
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2000	54.127,9	14.522,3	1.409,4	6.434,1	8,2	76.502,0
Dados retrospectivos						
1999	49.202,5	15.306,8	1.739,1	3.707,8	20,1	69.976,4
1998	46.149,7	16.636,8	1.346,6	717,3	25,7	64.876,1
1997	44.136,4	15.406,9	1.134,0	6.577,3	22,1	67.276,8
1996	43.390,6	15.816,8	749,6	2.960,4	16,9	62.934,3
1995	42.930,7	18.081,1	804,9	3.533,0	38,3	65.388,0
1994	40.317,3	17.102,0	820,9	3.857,0	43,2	62.140,4

FONTES: Conta Geral do Estado 1994/99, SG/MDN – Execução 2000 (Valores Provisórios)

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2000	43.829,4	11.759,3	1.141,2	5.210,0	6,7	61.946,5
Dados retrospectivos						
1999	40.757,4	12.679,6	1.440,6	3.071,4	16,7	57.965,7
1998	39.604,8	14.277,4	1.155,6	615,6	22,1	55.675,4
1997	39.354,3	13.737,6	1.011,2	5.864,7	19,7	59.987,4
1996	40.120,8	14.624,9	693,1	2.737,3	15,6	58.191,7
1995	40.886,4	17.220,1	766,6	3.364,8	36,5	62.274,3
1994	40.317,3	17.102,0	820,9	3.857,0	43,2	62.140,4



1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA - EXÉRCITO

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

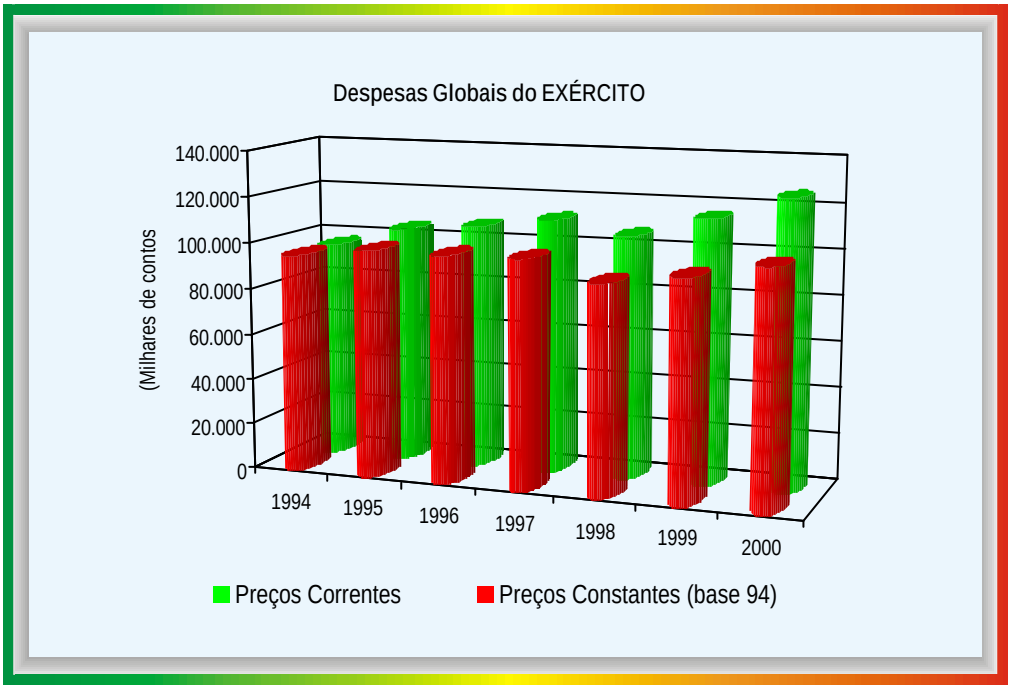
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2000	94.026,7	20.769,6	781,8	8.882,0	0,0	124.460,1
Dados retrospectivos						
1999	85.549,9	22.371,0	729,9	5.583,2	0,0	114.233,9
1998	80.594,3	21.364,0	450,1	2.910,3	0,0	105.318,7
1997	79.404,6	18.979,3	227,6	12.205,4	0,0	110.817,0
1996	79.365,3	23.216,3	398,4	3.439,0	6,2	106.425,2
1995	73.414,6	25.754,9	489,8	4.024,0	9,5	103.692,8
1994	68.980,8	22.545,8	187,9	3.422,0	9,5	95.146,0

FONTES: Conta Geral do Estado 1994/99, SG/MDN – Execução 2000 (Valores Provisórios)

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2000	76.136,8	16.817,9	633,1	7.192,1	0,0	100.779,9
Dados retrospectivos						
1999	70.866,2	18.531,2	604,6	4.624,9	0,0	94.626,9
1998	69.164,5	18.334,2	386,3	2.497,6	0,0	90.382,6
1997	70.801,2	16.922,9	203,0	10.883,0	0,0	98.810,0
1996	73.384,5	21.466,8	368,4	3.179,8	5,7	98.405,2
1995	69.918,7	24.528,5	466,5	3.832,4	9,0	98.755,0
1994	68.980,8	22.545,8	187,9	3.422,0	9,5	95.146,0



1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

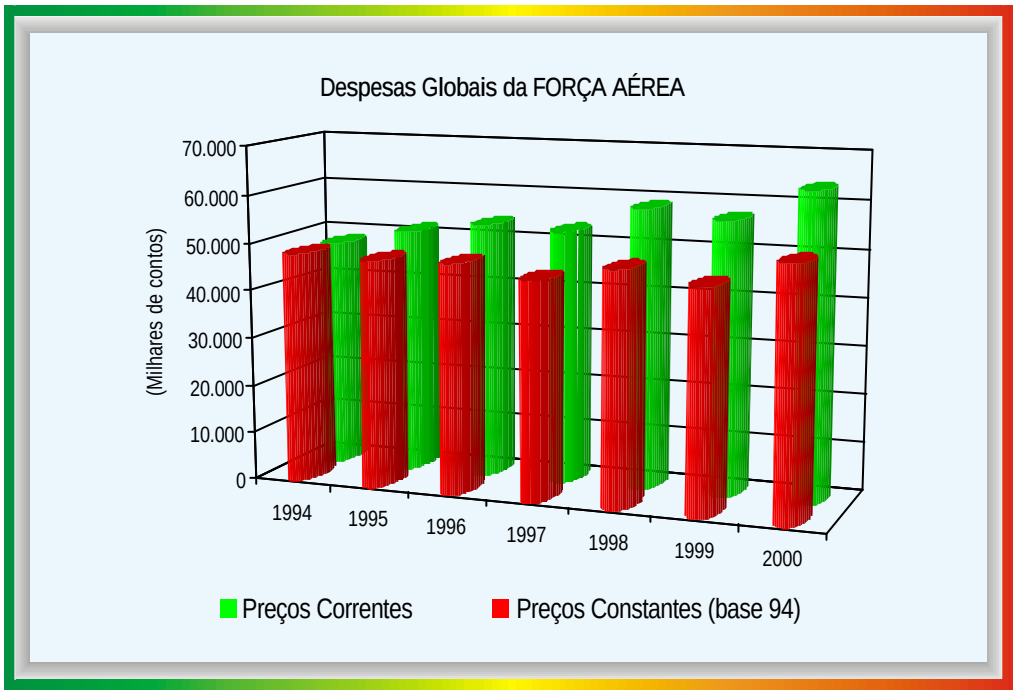
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2000	36.731,3	15.075,2	665,5	10.756,9	0,0	63.228,8
Dados retrospectivos						
1999	33.163,6	17.653,0	690,6	5.033,6	0,0	56.540,8
1998	30.985,8	17.704,3	678,6	8.838,0	10,6	58.217,3
1997	30.578,4	14.882,0	88,5	7.130,7	0,0	52.679,6
1996	29.244,9	19.152,9	353,4	4.644,0	0,0	53.395,2
1995	28.874,8	18.080,9	441,8	3.797,0	0,0	51.194,5
1994	27.229,5	17.353,3	384,5	2.929,0	0,0	47.896,3

FONTES: Conta Geral do Estado 1994/99, SG/MDN – Execução 2000 (Valores Provisórios)

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2000	29.742,7	12.206,9	538,9	8.710,3	0,0	51.198,7
Dados retrospectivos						
1999	27.471,4	14.623,0	572,0	4.169,6	0,0	45.783,1
1998	26.591,5	15.193,5	582,4	7.584,6	9,1	48.224,9
1997	27.265,3	13.269,6	78,9	6.358,1	0,0	45.208,7
1996	27.041,1	17.709,6	326,8	4.294,0	0,0	47.609,9
1995	27.499,8	17.219,9	420,8	3.616,2	0,0	47.336,6
1994	27.229,5	17.353,3	384,5	2.929,0	0,0	47.896,3



1.12 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de contos)

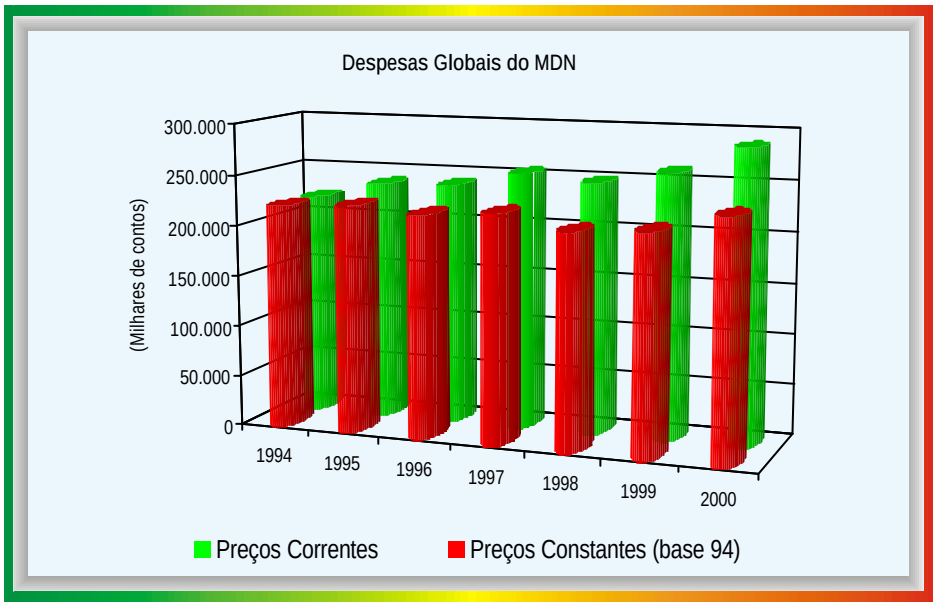
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2000	13.777,6	8.353,6	76.502,0	124.460,1	63.228,8	286.322,0
Dados retrospectivos						
1999	11.792,7	6.918,5	69.976,4	114.233,9	56.540,8	259.462,2
1998	12.653,3	5.733,8	64.876,1	105.318,7	58.217,3	246.799,3
1997	14.215,4	7.722,2	67.276,8	110.817,0	52.679,6	252.711,0
1996	9.526,5	6.223,0	62.934,3	106.425,2	53.395,2	238.504,2
1995	10.260,8	6.094,1	65.388,0	103.692,8	51.194,5	236.630,2
1994	10.510,4	4.863,9	62.140,4	95.146,0	47.896,3	220.557,0

FONTES: Conta Geral do Estado 1994/99, SG/MDN – Execução 2000 (Valores Provisórios)

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de contos)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2000	11.156,2	6.764,2	61.946,5	100.779,9	51.198,7	231.845,4
Dados retrospectivos						
1999	9.768,6	5.731,0	57.965,7	94.626,9	45.783,1	213.875,3
1998	10.858,8	4.920,7	55.675,4	90.382,6	48.224,9	210.062,5
1997	12.675,2	6.885,5	59.987,4	98.810,0	45.208,7	223.566,7
1996	8.808,6	5.754,0	58.191,7	98.405,2	47.609,9	218.769,4
1995	9.772,2	5.803,9	62.274,3	98.755,0	47.336,6	223.942,0
1994	10.510,4	4.863,9	62.140,4	95.146,0	47.896,3	220.557,0

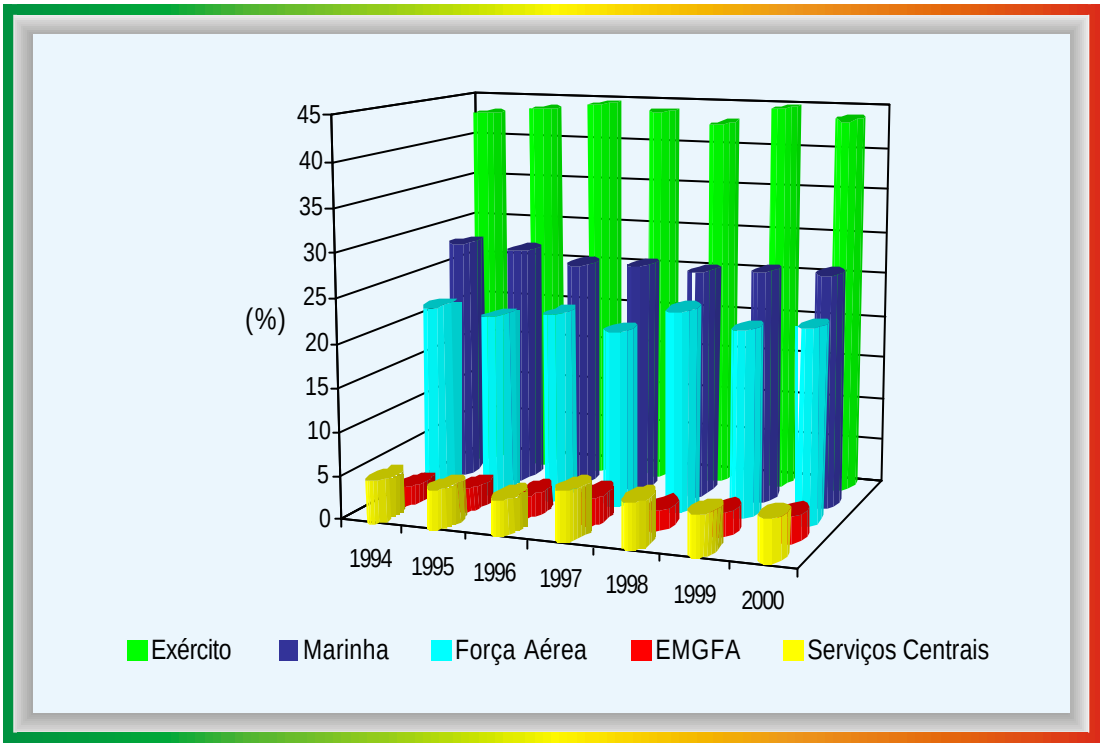


1.12 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN (Continuação)

EM PERCENTAGEM

(%)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2000	4,8	2,9	26,7	43,5	22,1	100,0
Dados retrospectivos						
1999	4,6	2,7	27,1	44,2	21,4	
1998	5,2	2,3	26,5	43,0	23,0	100,0
1997	5,7	3,1	26,8	44,2	20,2	100,0
1996	4,0	2,6	26,6	45,0	21,8	100,0
1995	4,4	2,6	27,8	44,1	21,1	100,0
1994	4,8	2,2	28,2	43,1	21,7	100,0



NOTA EXPLICATIVA

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a protecção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do País e também da Comunidade Internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa actividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e os respectivos encargos financeiros.

MARINHA

A política marítima do Estado, que visa no essencial a utilização do Mar no interesse próprio, evitando também que outros o utilizem de forma prejudicial à economia e desenvolvimento do País, consubstancia-se, no plano operacional naval, através de uma tríade de missões: militares, diplomáticas e de interesse público. Por razões de custo/eficácia, à semelhança de outras pequenas potências, a Marinha desempenha em simultâneo esta tríade de missões, explorando a polivalência dos seus meios, na procura constante da máxima rendibilidade dos recursos.

A Marinha vem colocando, assim, ao serviço do País, e também da Comunidade Internacional, a sua vocação, os seus recursos e ainda o seu conhecimento acumulado dos assuntos do Mar, para exercer, nos espaços marítimos, importantes tarefas no âmbito das Missões de Interesse Público.

O reconhecimento dessas capacidades tem conduzido a que, nos termos da lei, a Marinha colabore em tarefas relacionadas com a satisfação dos interesses básicos e a melhoria da qualidade de vida das populações e exerça acções no âmbito das missões de interesse geral a cargo do Estado. É o resultado dessa actividade que, relativamente ao ano de 2000, se pretendeu resumir em quadro próprio, assinalando-se, tanto as áreas de missão que competem à Marinha e os elementos orgânicos que têm a responsabilidade primária de as assegurar, como os meios que se empenharam para o efeito e os correspondentes montantes despendidos.

Assim, no ano a que se reporta este anuário, como acções mais significativas realizadas pela Marinha no âmbito do Interesse Público, podem relevar-se as seguintes:

- Colaboração com a Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana na detecção e seguimento de embarcações suspeitas, através dos meios navais que se encontram em permanência no mar, quer em acções de âmbito nacional, quer em acções à escala europeia (Operações “Vasco da Gama” e “Wamba”);

– Realização, nas zonas portuárias, costeiras e oceânicas, de levantamentos hidrográficos, que permitiram a publicação e actualização de cartas e publicações náuticas oficiais;

– Contribuição para a segurança da navegação, assegurando a coordenação nacional e a divulgação dos avisos aos navegantes, tendo sido ainda, no âmbito da sinalização marítima, executadas, pela Direcção de Faróis, 1.137 acções de manutenção de faróis, farolins, marcas e balizas;

– Ainda no âmbito da segurança da navegação, a rede de seis Estações Radionavais disseminadas pelo território nacional (Continente, Açores e Madeira), em escuta permanente de frequências de socorro, registou a seguinte actividade:

  - 33.878 mensagens NAVTEX emitidas (avisos aos navios em texto);
  - 5.458 intervenções inopinadas para avisos vitais/importantes;
  - 274 minutos de carga média diária em avisos à navegação e meteorológicos;
  - 50 intervenções em acções SAR (Serviço de Busca e Salvamento);
  - 63 pedidos de socorro escutados;

– Continuação das acções conducentes à actualização da rede maregráfica e publicação das Tabelas de Marés para os principais portos, quer nacionais, quer dos países africanos de língua oficial portuguesa;

– Promoção da investigação científica do mar, contribuindo para o conhecimento oceanográfico do litoral e da zona económica exclusiva (ZEE), designadamente nas áreas da física, da geologia, da química e da poluição, quer com meios próprios, quer em colaboração com outras instituições nacionais e estrangeiras;

– Intervenção na preservação do meio marinho, através de acções de monitorização dos níveis de poluição, de fiscalização das reservas naturais das Ilhas Selvagens e Desertas, de controlo dos níveis de poluição, tendo sido registadas 73 ocorrências de poluição, das quais 7 exigiram intervenção e ainda a realização, em Maio, na área do Departamento Marítimo do Sul, de um exercício regional de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos;

– Exercício da Autoridade Marítima através de acções de vistoria, desembaraço e fiscalização de embarcações (44.045 unidades), de policiamento da actividade marítima nas zonas ribeirinhas (4.878 processos por ilícitos penais e contra-ordenacionais) e de fiscalização do cumprimento das regras de navegação. Esta última actividade foi efectuada por meios do Comando Naval em apoio ao Sistema de Autoridade Marítima;

– No âmbito da salvaguarda da vida humana no mar, foram efectuadas 1.779 saídas de salva-vidas, tendo-se salvo 358 vidas no mar em acidentes ocorridos na orla marítima e em acções de assistência aos banhistas em praias do litoral oceânico e prestado ainda assistência a 362 embarcações ao longo de 7.253 horas de missão. Pela intervenção de nadadores-salvadores foram salvas 1.141 vidas durante a época balnear;

– Cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português nas áreas de responsabilidade nacional de Busca e Salvamento Marítimo;

– Mantiveram-se activados em permanência, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, os 2 Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (Lisboa e Ponta Delgada),

o Sub-Centro do Funchal, e um dispositivo naval composto por, no mínimo, 2 corvetas, 2 patrulhas e 3 lanchas de fiscalização;

– Estes meios, com colaboração das Estações Radionavais e de outros organismos da Marinha e da Força Aérea, foram responsáveis pelo salvamento ou evacuação médica de 247 pessoas, em consequência da solicitação de 545 pedidos de assistência;

– Vigilância e controlo do tráfego marítimo ao longo das costas de Portugal e dos arquipélagos dos Açores e Madeira, em verificação da soberania do Estado nas águas territoriais, da segurança da navegação em geral, e do cumprimento dos Esquemas de Separação de Tráfego em particular;

– Realização das missões de fiscalização da pesca e da exploração dos recursos da ZEE nacional e águas territoriais, tendo sido vistoriadas no mar 8.131 embarcações, apurando-se 892 infracções;

– Algumas destas missões foram efectuadas em colaboração com a Inspecção-Geral das Pescas na realização de operações conjuntas de controlo e prevenção de ilícitos de pesca, através da utilização dos meios navais em permanência no mar e também no empenhamento de uma corveta em fiscalização da pesca na Zona Norte do Atlântico no âmbito da NEAFC (North-East Atlantic Fisheries Comission);

– Apoio aos Serviços de Protecção Civil, nomeadamente na sequência das cheias, com especial realce para as ocorridas em Montemor-o-Velho;

– Colaboração nas medidas de segurança pessoal, implementadas por ocasião de visitas de figuras de Estado, quer isoladamente, quer em eventos de dimensão internacional, através de vistorias e controlo de acesso a áreas molhadas, por unidades de fuzileiros e de mergulhadores com capacidade de inactivação de engenhos explosivos;

– Apoio à política diplomática do Estado, não só através da integração de navios nas forças navais constituídas no âmbito das Alianças que o País integra (1 fragata na Força Naval permanente da NATO no Atlântico – STANAVFORLANT – e 1 fragata na Força Marítima Europeia – EUROMARFOR, cujo Comando foi assumido em 1998 por Portugal pela primeira vez), mas também através da presença naval de unidades navais emblemáticas da Marinha e do País, junto das comunidades lusófonas espalhadas pelo Mundo (caso do navio-escola "Sagres" e do navio de treino de mar "Creoula");

– Divulgação da missão da Marinha e das Forças Armadas, quer através de acções de presença naval em várias localidades ribeirinhas, principalmente por ocasião de festividades locais, quer através da concessão de facilidades a escolas e agremiações culturais a inúmeras visitas a navios, a organismos sediados na Base Naval de Lisboa, e à Base e Escola de Fuzileiros;

– Apoio a várias entidades policiais, militarizadas e civis nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, quer na concessão de facilidades de transporte de pessoas e bens entre ilhas, quer no apoio a actividades de carácter cultural e científico;

– Colaboração da Banda da Armada com diversas entidades civis, nomeadamente autarquias locais, em várias zonas do país, em acções de carácter cultural e recreativo

através da realização de concertos e actuações que contribuíram para reforçar a boa imagem da Marinha entre as populações.

Das actividades acima elencadas, é importante referir que a Marinha tem permanentemente guarnecidos cerca de 550 lugares, 370 dos quais no mar, com pessoal empenhado em tarefas de serviço público, 24 horas por dia, durante todos os dias do ano.

No apuramento das horas de missão seguiram-se critérios distintos. Assim, no que concerne à actividade desenvolvida pelos meios dependentes do Comando Naval, contabilizaram-se o número de horas durante as quais os diversos meios estiveram empenhados em actividades respeitantes às diversas áreas de missão, tendo-se neste âmbito, apurado um total de 104.496 horas de missão.

No que respeita aos órgãos regionais e locais do Sistema de Autoridade Marítima, foi seguido o critério de se considerar em serviço permanente de 24 horas sobre 24 horas, durante 366 dias do ano, os 32 módulos de estações salva-vidas e os 28 módulos de piquete da Polícia Marítima existentes nas capitanias dos portos, e 7 horas por dia, durante 250 dias no ano, as 44 Repartições Marítimas (28 Capitanias e 16 Delegações Marítimas).

No âmbito do Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos, tomou-se como critério a laboração de 7 horas por dia, durante 250 dias no ano, às quais acrescem 469 horas de intervenções operacionais fora das horas normais de serviço.

Por fim, e no que respeita aos restantes organismos, o número total de horas de missão foi calculado tomando-se como base o horário normal de funcionamento dos serviços (7 horas/dia) durante o número de dias úteis verificado durante o ano de 2000, o que significa que não foi levado em linha de conta, quer as horas de missão imputáveis às embarcações atribuídas, quer a disponibilidade para garantia de execução de acções não planeadas, a qual é permanentemente assegurada, não só naqueles órgãos, como também no Comando Naval, pelo pessoal de serviço.

No apuramento das despesas adoptaram-se dois critérios. No âmbito do centro de custos Comando Naval, foram imputados às diferentes actividades, não só os custos de pessoal e de operação, os quais consideraram as despesas efectuadas com suplemento de embarque, alimentação (excepto o almoço) e combustíveis, mas também os custos de manutenção calculados com base no custo médio de manutenção por dia de utilização operacional dos navios empenhados. No que respeita aos restantes centros de custos, contabilizaram-se todas as despesas efectuadas, com excepção das respeitantes à alimentação do pessoal militar que neles presta serviço e à manutenção de embarcações realizada pelo Arsenal do Alfeite.

EXÉRCITO

Tem sido política do Exército prestar apoio a diversas entidades civis, tarefas a que dedica especial empenho, tendo o seu trabalho merecido ao longo dos anos prestigiante reconhecimento público e proporcionado um ambiente propício a uma profícua permuta de conhecimento e ao estreitamento de relações entre os militares e as entidades envolvidas.

A exemplo do sucedido em anos anteriores, o Exército tem colaborado com as autoridades civis, através de actividades da Engenharia Militar, apoio recreativo e cultural e apoio logístico.

Também com o intuito de divulgar o Exército, estreitar o contacto com a população e sensibilizar a comunidade civil para a instituição militar, várias escolas visitaram as unidades do Exército ao longo do ano.

Colaboração com Autoridades Civis

Actividades da Engenharia Militar

No âmbito da colaboração com as autoridades civis, a Engenharia Militar, com os seus meios humanos e materiais, realizou vários trabalhos, de acordo com o Plano de Actividade Operacional Civil (PAOC).

Para além das actividades previstas no PAOC, foram igualmente realizadas acções inopinadas, englobando o melhoramento e beneficiação das vias de comunicação e das infra-estruturas ligadas ao desenvolvimento sócio-económico das regiões, trabalhos de terraplanagem e pequenas obras de drenagem, desobstrução de vias públicas e remoção de entulhos.

Apoio Recreativo e Cultural

Para além das inúmeras visitas de escolas primárias e secundárias a unidades militares, o Exército prestou apoio à realização de diversas cerimónias civis e religiosas em todo o país.

As Bandas Militares e a Orquestra Ligeira do Exército realizaram numerosos concertos e actuações, em resposta a solicitações das autarquias locais e outros organismos, contribuindo deste modo para a acção cultural e recreativa das populações.

A equipa de queda-livre do Exército, "Os Falcões Negros", efectuou diversas sessões de saltos de demonstração de pára-quedismo, no âmbito de eventos recreativos por todo o país. Em simultâneo, uma mini-torre de saltos foi montada, permitindo aos mais jovens uma simulação do salto em pára-quedas.

Realizaram-se várias exposições e foi igualmente prestada colaboração no domínio da Cartografia Militar a várias entidades, podendo destacar-se a colaboração do Exército com o Instituto Nacional de Estatística para efeitos do Censos 2001.

Apoio Logístico

Com os seus meios humanos e materiais, o Exército prestou apoio logístico à realização de diversos eventos desportivos, recreativos e culturais realizados por todo o país. Foi prestado apoio logístico aos peregrinos a Fátima.

Foi dado apoio à GNR, PSP, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviços Prisionais, na utilização de carreiras de tiro do Exército.

Colaboração com o Serviço Nacional de Protecção Civil

Nos termos definidos na legislação em vigor, o Exército colabora e presta apoio ao Serviço Nacional de Protecção Civil, a nível nacional e regional, nomeadamente em situações de cheias e calamidades provocadas pelas chuvas e na vigilância e detecção de incêndios florestais.

A acção do Exército nestas áreas tem sido executada através do accionamento de planos de operações previamente elaborados que permitem ao Exército responder prontamente ás solicitações do SNPC em situações de calamidade.

Acções de Defesa do Meio Ambiente

Na área do ambiente, o Exército desenvolveu várias actividades de recuperação e conservação ambiental: no âmbito interno das suas unidades e campos de instrução; ao nível da sensibilização e formação geral e especifica dos seus efectivos, e no capítulo de apoio e colaboração com outras entidades.

No plano interno, é de referir o esforço contínuo no domínio da sensibilização do contingente militar para os problemas ambientais, através de acções de formação, palestras e outras actividades. Em várias unidades têm sido implementados métodos de recolha selectiva de lixo, e tem-se procedido a vários trabalhos de melhoria das condições ambientais nas áreas dos aquartelamentos e campos de instrução.

O Exército colabora no esforço nacional tendente a minimizar os efeitos negativos dos fogos florestais na economia do País, na protecção dos seus recursos vegetais, na preservação do meio ambiente e na segurança de pessoas e bens, tendo executado acções de patrulhamento no território continental e nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

FORÇA AÉREA

Como em anos anteriores, a Força Aérea dedica especial empenho às acções desenvolvidas no âmbito das Missões de Interesse Público.

A panóplia de actividades desenvolvidas em colaboração com as autoridades civis, quer através da disponibilização dos seus meios aéreos, quer através de apoio a actividades de cariz recreativo, cultural e logístico, reflectem a importância desta vertente para a FAP, permitindo uma interacção constante entre a comunidade civil e a instituição militar, por forma a melhor servir os interesses da Nação.

De todo o seu esforço operacional, o desenvolvido no âmbito desta missão traduz-se em cerca de 20% do total da actividade aérea efectuada pela Força Aérea. No ano de 2000, estas acções foram repartidas pelas mais diversas áreas, como a seguir se indica.

Em apoio de autoridades civis, efectuaram-se variadas missões, nomeadamente no transporte de altas individualidades, tendo sido apoiadas as seguintes entidades: Presidência da República; Assembleia da República; Governo da República, incluindo a Presidência do Conselho de Ministros e os vários Ministérios, dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, da Educação, da Defesa Nacional, da Economia, do Equipamento Social, das Finanças, da Justiça e da Saúde, designadamente em acções de transporte de órgãos

para transplante (8 missões). Foi ainda dado apoio aos Governos Regionais dos Açores e da Madeira e ao Governo da República de S. Tomé e Príncipe. Foram ainda executadas missões para as seguintes entidades: Banco de Portugal, no transporte de valores; ANA - Aeroportos e Navegação Aérea, no transporte de equipamentos e pessoal; TAP - Air Portugal e SATA - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, no transporte de motores e componentes de aeronaves; CTT, no transporte de correio; RTP, no transporte de pessoal para filmagens; EDICARTE, no transporte de uma aeronave civil de acrobacia para participar no festival aéreo de inauguração da nova pista do Aeroporto do Funchal; Armadores de Navios e Hospital Garcia da Orta, em evacuações de navios e transporte de órgãos para transplante, com respectivamente 17 e 2 missões.

Ainda neste domínio e no capítulo das Evacuações Sanitárias, foram realizadas 442 missões, com um dispêndio de 703:45 horas de voo, das quais 161:40 se verificaram em prol do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), com 60 missões. Para o Governo Regional dos Açores foi efectuado o transporte de 182 doentes e 1.103 passageiros e para o Governo Regional da Madeira, 144 doentes e 415 acompanhantes. O Destacamento em S. Tomé e Príncipe efectuou 7 missões, transportando 30 doentes e o Destacamento em Timor, no âmbito da UNTAET, efectuou 18 voos deste tipo.

A Força Aérea desenvolveu também Operações de Ajuda Humanitária a Timor e a Moçambique, a este último país de apoio às cheias verificadas em Março de 2000, totalizando 123:45 em ajuda a Timor e 123:15 horas de voo a Moçambique.

No âmbito das Operações de Manutenção de Paz desenvolvidas em Timor, Kosovo e Bósnia, foram despendidas, respectivamente, 1.265:25, 533:45 e 389:50 horas de voo, distribuídas por vários tipos de missões, onde predomina o transporte de apoio logístico.

Em apoio de Vigilância e Fiscalização da ZEE, foram realizadas 452 missões no Continente, Açores e Madeira, num total de 1.769:55 horas de voo, cobrindo uma área de 6.064.020 MN2. Este apoio foi executado para a Inspecção-Geral das Pescas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Nestas acções foram detectados 1.543 alvos, dos quais foram identificados 1.414. Realizaram-se igualmente 6 missões de controlo aduaneiro, em apoio directo à GNR-Brigada Fiscal do Ministério da Administração Interna, no controlo de actividades ilícitas, nomeadamente contrabando e ainda um voo de detecção de poluição marítima.

No âmbito da Verificação e Calibração de Ajudas Rádio, realizaram-se 131:10 horas de voo, em apoio da Empresa Pública Navegação Aérea de Portugal, NAV, E.P.. Estas missões, de carácter eminentemente técnico, essenciais para a segurança da navegação aérea, compreendem a calibração de todas as ajudas rádio no território continental e insular.

Em cumprimento das responsabilidades nacionais no âmbito da Busca e Salvamento, nas vastas áreas das Regiões de Informação de Voo de Lisboa e de Santa Maria, foram mantidas, permanentemente, durante os 365 dias do ano, 7 tripulações em alerta e empenhadas aeronaves C-130, P-3P, C-212, SA-330 e AL III, a partir de Bases no Continente, nos Açores (Lajes) e na Madeira (Porto Santo). Os alertas foram activados para 116 missões, 86 das quais para o Centro Coordenador de Busca de Lisboa e 30 para o de Santa Maria. Do total das missões, 4 foram em resposta ao alerta do sistema de emergência satélite COSPAS/SARSAT.

No que respeita à divulgação do património histórico da Força Aérea junto da população, são de referir as diversas exibições aéreas e exposição estática de aeronaves do Museu do Ar, tendo este órgão de natureza cultural recebido 16.966 visitantes.

Interessa, finalmente, referir outras actividades realizadas pela Força Aérea sem o envolvimento de meios aéreos.

Foram efectuadas variadíssimas visitas a unidades e proporcionado o acampamento no Campo de Tiro de Alcochete a diversas escolas, agrupamentos e instituições.

No que toca à divulgação das actividades da Força Aérea em território nacional e internacional, quer de âmbito militar, quer no âmbito de cultura aeronáutica, mantém-se a publicação da revista aeronáutica de referência junto da camada civil, a “Mais Alto”.

Por último, a Banda de Música, como já vem sendo hábito e em colaboração com entidades civis, efectuou 34 concertos nas mais variadas zonas do país.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFECTOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.1 – MARINHA

(contos)

Areas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Autoridades Civis	Comando Naval	109	Navio de treino de mar 1 Corveta 1	3.192:00	31.624	Operação: 23.003 Manutenção: 97.427	-	152.054
Levantamento Hidrográfico	Comando Naval	145	Navios ocean./hidrog. 2 Lanchas ocean./hidrog. 2	5.400:00	20.800	Operação: 26.584 Manutenção: 101.201	-	148.585
	IH	67	Divisões de Hidrografia e Oceanografia, Brigadas Hidrográficas 2 UAM 3	1.690:00	47.752	7.155	9.792	64.699
Autoridade Marítima	SAM Órgão Central (DGM)	72	Viaturas 2	1.750:00	524.600	33.217	36.640	594.457
	SAM (órgãos regionais e locais)	Repartições Marítimas 400 Polícia Marítima 482 Salva-Vidas 89	Edifícios 780 Viaturas 96 Motorizadas 6 UAM,s 30 S/Rígidas 27 Botes 66 Motores f/b 66 Tx/Rx 335	1.750:00 8.784:00 8.784:00	4.833.800	415.555	220.000	5.469.355
Segurança Marítima	Direcção De Faróis	257	Faróis/Farolins 389 Bóias luminosas 133 Bóias cegas 15 Balizas 26 Sinais sonoros 28 Viaturas 14 Embarcações 4	1.750:00	385.697	104.501	156.529	646.727
	Instituto de Socorros a Náufragos	161	Estações S/V 32 Embarcações S/V 24 Semi-Rígidas 77 Botes pneumáticos 96 Motores f/b 186 Viaturas 31 Auto-porta cabos 16	1.750:00	267.881	124.979	130.186	523.046
	IH	14	Divisões de Oceanografia e Navegação	1.690:00	14.248	4.734	29.083	48.065
Preservação do Meio Marítimo	Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbo-netos	Ofic 2 Ass.A. 1 Sarg. 6 Cab. 5 Mar. 2 16	Uam's 2 Botes Pneu 2 Pontões T40 2 Viaturas 4 Tractor 1 Auto-grua 1 Monta-cargas 2 Recuperadores 22 Barreiras (mts.) 5590 Enroladores 17 Bombas 17 Compressores 6 Máq.Lav.alta press 8 Tanques portáteis 25 Sistema Barr.V 200m Sistema transrec 1	2.219:00	59.765	1.461	2.825	64.051
	IH	40	Divisões de Hidrografia, Oceanografia e Química e Poluição, Centro de Dados Técnico-Científicos, Brigadas hidrográficas 2 UAM´s 3	1.690:00	34.606	16.862	11.146	62.614

2.1 – MARINHA (Continuação)

(contos)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Preservação do Meio Marítimo	IH	40	Divisões de Hidrografia, Oceanografia e Química e Poluição, Centro de Dados Técnico-Científicos, Brigadas hidrográficas 2 UAM´s 3	1.690:00	34.606	16.862	11.146	62.614
Vigilância e Fiscalização da ZEE	Comando Naval	1.094	Fragatas 2 Corvetas 7 Patrulhas 6 Lanchas 10	82.896:00	332.464	Operação: 216.580 Manutenção: 871.802	-	1.420.846
Presença Naval	Comando Naval	612	Fragatas 1 Corvetas 3 Navios-escola 1 Navio Treino Mar 1 Submarinos 1	1.416:00	27.212	Operação: 13.834 Manutenção: 54.569	-	95.615
Investigação Científica do Mar	IH	65	Divisões de Hidrografia , Oceanografia e Química e Poluição, Centro de Dados Técnico-Científicos, Brigadas Hidrográficas 2 UAM´s 3	1.690:00	50.032	49.642	732.312	831.986
Busca e Salvamento	Comando Naval	867	Centro de Busca e Salvamento Marítimo 2 Sub-Centros de Busca e Salvamento 1 Fragatas 2 Corvetas 7	11.592:00	125.994	Operação: 132.731 Manutenção: 397.992	-	656.717
TOTAL		4.490		138.043:00	6.756.475	2.693.829	1.328.513	10.778.817

2.2 – EXÉRCITO

(contos)

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Autoridades Civis	RMN	RE 3 (13 Missões)	72	18- TL 11-CR 4 -CL 10 -VB 1 -AG 3-NV 8-AD 5 -CV	17.604	48.743	-	-	-	(a)
		RE3	6	4 Tendas	-	-	228.480	29.200	-	257.680
		RA4	9	10 Tendas	-	-	217.782	49.226	-	267.008
		RI14	13	7 Tendas	-	-	430.970	53.517	-	484.487
		RA5	13	5 Tendas	-	-	60.648	31.476	-	92.124
		BSS	7	8 Tendas	-	-	131.880	51.000	-	182.880
		QG/RMN		-	-	-	-	17.100	-	17.100
		EsqPE/QGRMN	11	2 VTM	49	-	-		-	4.700
	RMS	EPE (7 Missões)	261	- Equipamento Pesado de Engenharia - Pontes Militares	7.000	-	-	-	-	(a)

2.2 – EXÉRCITO (Continuação)

(contos)

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Autoridades Civis	GML	RE 1	6	1- TL 1-CR 1 –VB C/ Tq 1-NV 1-VTM 1-PL 2-VTL	6.000	-	-	-	-	-
			7	3- TL 1 - VTM 3 - DO 1 - GL 1 - PL 1 – VB c/Tq 1 - VTL	3.248	-	-	-	-	-
		RE 1 (8 Missões)	40	- Equipamentos Pesados de Engenharia - Viaturas de transporte de pessoal/material - Pontes Militares	9.248	2.180	-	-	-	(a)
	ZMM	RG3 (3 Missões)	99	15Viaturas	12.204	5.468	-	95.280	-	95.280
		CTP/QG (1 Missão)	22	7 Viaturas e Material Transmissões	1.600	1.400	-	-	-	(a)
	ZMA	RG1	18	2 VTM 1 PS 1 AMB	-	-	-	-	-	-
			10	2 - VTM	-	-	-	-	-	-
			18	2 - VTM 1 – AM 1 - PS	-	-	-	-	-	-
		RG2	12	1 – VTM 3 – VTL 1 - AMB	-	-	-	-	-	-
			8	2 - AMB 1 - VTM	-	-	-	-	-	-
			13	1 – AMB 1 – VTM 1 – AM 3 - VTL	-	-	-	-	-	-
	CTAT	RI 15	11	3 - VTM 1 – VTM 1 - AMB	10	49	-	-	-	-
			10	1 – VTM 2 - TND	3	20	-	-	-	-
	BMI	RC 4	3	1 VTM	-	2.900	-	36.000	-	36.000
			2	1 AT	-	340	-	7.434	-	7.434
		1 BIMEC	3	1 - VTL	-	9.240	-	-	-	-
		GAC	3	1 - VTL	-	-	-	-	-	-
		BAS	4	1 - VTL	-	240	-	5.924	-	5.924
		BAAA	23	1 – VTL 4 - VTM	-	-	-	-	-	-
		BCS BAS	10	1 – VTM 1 – VTP 1 - AT	-	-	-	41.250	-	41.250
		PEL PE/CCS	3	1 - VTL	-	-	-	200.000	-	200.000

2.2 – EXÉRCITO (Continuação)

(contos)

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afectos	Meios afectos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com o Sistema Nacional de Protecção Civil (SNPC)	RMN	CIOE	16	2 - VTM	-	-	-	71.380	-	71.380
		RI19	8	1 - VTM	-	-	-	22.248	-	22.248
		RA5	16	4 VTP	49	-	-	-	-	-
		RI 13	43	4 VTM -	-	-	-	82.125	-	82.125
		RI 14	7	1 VTM MOTOSERRA	-	-	-	45.516	-	45.516
		EPT	10	4 VTP	49	-	-	-	-	5.500
		RE3	12	1 VTP	49	-	-	-	-	1.375
	RMS	EPE (5 missões)	75	Equipamento Pesado de Engenharia	900	49	-	-	-	(a)
			13	1 - VTM	-	-	-	-	-	59.728
		EPSM	20	2 - VTM	-	-	-	-	-	48.250
		RI 2	18	1 – VTM 1 - VTL	-	-	-	-	-	337.991
		RI 8	24	2 - VTM	-	-	-	66.614	-	66.614
	GML	RAA1 (1 Missão)	22	3 Viaturas e Material	-	-	-	8.528	-	8.528
		RI 1 (1 Missão)	22	3 Viaturas e Material	-	-	-	10.000	-	10.000
		RE 1 (1 Missão)		Alojamento de Emergência	-	-	-	-	-	(a)
		EPC (1 Missão)	17	Viatura	102	60	-	25.750	-	25.750
	ZMM	RG3 (1 Missão)	44	9 Viaturas	-	1.132	-	28.832	-	28.832
TOTAL			652		48.658	58.983	1.069.760	1.435.944	-	2.505.704

(a) Estas despesas não se encontram referidas por serem parcialmente participadas pelas entidades civis envolvidas, nomeadamente pelas autarquias locais.

Legenda:

AD - Auto Dumper
AG - Auto Grua
AM - Auto Maca
AMB - Ambulância
AT - Auto-Tanque
CL - Carregadora de Lagartas
CR - Carregadora de Rodas
CV - Cilindro Vibrador
EL - Escavadoras Lagartas
GL - Escavadora Giratória
NV - Motoniveladora
PL - Plataforma
PS - Pronto Socorro
TL - Tractor Lagartas
VB - Viaturas Basculantes
VTL - Viatura Táctica Ligeira
VTM - Viatura Táctica Média
VTP - Viatura Táctica Pesada

2.3 – FORÇA AÉREA

(contos)

Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Voo	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Autoridades Civis Transportes Especiais	ESQ. 501	2 Trip.	C- 130	198:25	26.786	137.701	-	991.575
	ESQ. 502	6 Trip.	C-212	339:40	36.344	84.917	-	
	ESQ. 504	4 Trip.	FALCON 50	948:00	66.360	541.308	-	
	ESQ. 711	4 Trip.	C-212 SA-330	52:55 54:40	5.662 8.856	13.229 23.124	-	
	ESQ. 751	3 Trip.	SA-330	80:50	13.095	34.193	-	

2.3 – FORÇA AÉREA (Continuação)

(contos)

Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Voo	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com o Sistema de Protecção Civil	ESQ. 501	1 Trip.	C-130	123:15	16.639	85.536	-	108.505
	ESQ. 552	4 Trip.	ALIII	03:35	355	541	-	
	ESQ. 711	4 Trip.	C-212 SA-330	06:45 02:55	722 473	1.688 1.234	-	
	ESQ. 751	3 Trip.	SA--330	02:15	365	952	-	
Vigilância e Fiscalização da ZEE	ESQ. 401	3 Trip.	C-212	1.769:55	185.841	513.276	-	699.117
Busca e Salvamento	ESQ.501	2 Trip.	C-130	12:15	1.654	8.502	-	292.351
	ESQ.502	6 Trip.	C-212	54:55	5.876	13.729	-	
	ESQ.552	4 Trip.	ALIII	02:40	264	403	-	
	ESQ. 601	2 Trip.	P-3P	189:50	36.258	150.538	-	
	ESQ.711	4 Trip.	C-212 SA-330	23:05 24:10	2.470 3.915	5.771 10.223	-	
	ESQ.751	3 Trip.	SA-330	90:10	14.607	38.141	-	
Evacuação Sanitária	ESQ.502	6 Trip.	C-212	90:20	9.666	22.583	-	348.207
	ESQ. 504	4 Trip.	FALCON 20 FALCON 50	01:10 06:55	72 484	557 3.949	-	
	ESQ.711	4 Trip.	C-212 SA-330	189:35 239:25	20.285 38.786	47.396 101.273	-	
	ESQ.751	3 Trip.	SA-330	176:20	28.566	74.590	-	
Controlo Aduaneiro	ESQ. 401	3 Trip.	C-212	18:15	1.916	5.293	-	7.209
Detecção de Poluição	ESQ. 401	3 Trip.	C-212	01:45	184	508	-	692
Calibração de Ajudas Rádio	ESQ. 504	4 Trip.	FALCON 20	131:10	8.132	72.011	-	80.143
TOTAL	-	-	-	4.834:00	534.633	1.993.166	-	2.527.799

RELAÇÕES BILATERAIS DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

As relações externas de Defesa promovem e consubstanciam acções concretas no quadro da política externa de Defesa, fundamentalmente com aqueles países tradicionalmente aliados de Portugal, mas também com aqueles que o fim da guerra fria e o aparecimento de uma nova ordem política internacional permitiu a sua aproximação às organizações internacionais políticas e/ou militares. Portugal empreendeu e intensificou os contactos bilaterais com estes países, num verdadeiro conceito de parceria, bem expresso nos acordos de cooperação em matéria de Defesa celebrados com a Rússia, a Polónia, a Hungria, a Roménia, a Bulgária, a República Checa, a Eslováquia, a Eslovénia. Em fase de projecto, com a Lituânia e a Ucrânia, desenvolvem-se acordos para preparação e adaptação dos seus aparelhos militares ao modelo de Forças Armadas susceptíveis de integração nas estruturas de defesa colectiva euro-atlânticas.

A atenção que vem sendo prestada à zona do Mediterrâneo, em especial ao Magrebe, onde as tensões sociais, políticas e religiosas representam um factor de ponderação na vertente externa da política de Defesa Nacional, assume, actualmente, inegável sentido estratégico. São dignos de nota os progressos alcançados neste âmbito com Marrocos e a Tunísia, com quem Portugal já celebrou acordos de cooperação em matéria de Defesa.

A actividade bilateral reflecte-se, concretamente, no estudo, apresentação e negociação de acordos, memorandos de entendimento e outros protocolos que ao nível do Ministério da Defesa Nacional se desenvolvem com os seus homólogos estrangeiros, mas igualmente o acompanhamento e a execução dos compromissos assumidos, de que a participação e o apoio ao Gabinete de S.Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional é uma das vertentes.

3.1 - ACTIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEPÇÃO DA ÁFRICA SUB-SAHARIANA)

3.1.1 – Tratados, Acordos, Convenções e Memorandos de Entendimento

No ano em apreço, a cooperação bilateral – com excepção dos países da África Sub-Sahariana e nomeadamente os PALOP – desenvolve-se formalmente com 14 países da Europa, América do Norte/EUA e da América do Sul/Brasil e Chile, a estes devendo acrescentar-se o específico relacionamento que, embora sem suporte de qualquer acordo formal, vem tendo acrescida visibilidade com a República Popular da China.

O quadro seguinte revela e consubstancia a cooperação desenvolvida e promovida quer ao nível do Ministério da Defesa Nacional, quer ao nível dos próprios Ramos das Forças Armadas que assumem um papel determinante na credibilização da cooperação bilateral de Defesa.

PAÍSES	EM VIGOR	EM PROJECTO	EM RENEGOCIAÇÃO
Alemanha	4	-	-
Bélgica	2	-	-
Brasil	4	-	-
Bulgária	1	-	-
Chile	1	-	-
Eslováquia	1	-	-
Eslovénia	1	-	-
Espanha	7	-	-
EUA	10	-	-
França	6	-	-
Grécia	3	-	-
Hungria	1	-	-
Lituânia	-	1	-
Marrocos	4	-	-
Polónia	2	-	-
Reino Unido	2	-	-
República Checa	1	-	-
Roménia	2	-	-
Rússia	4	-	-
Tunísia	1	-	-
Ucrânia	-	1	-
TOTAL	57	2	-

A cooperação bilateral de Defesa é desde há muito uma realidade concreta, em especial com países da Europa Ocidental, EUA e Brasil, materializada em actividades muito diversificadas, no âmbito militar e também em consultas político-militares.

Especificamente, relevam-se como mais significativos, durante o ano em apreço, os seguintes desenvolvimentos:

- O relacionamento bilateral com a América do Sul foi dominado pela negociação e consequente assinatura em 27Nov00 do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Defesa da República do Chile;
- A cooperação bilateral com os EUA decorre normalmente, com base no Acordo de Cooperação e Defesa e desenvolve-se sob a coordenação das diversas comissões criadas no âmbito de tal Acordo e responsáveis pela implementação do mesmo;
- Com o Brasil, e para além das correntes e tradicionais acções de cooperação, em especial no domínio militar, estima-se a ocorrência, no futuro próximo, de renovados desenvolvimentos, após a reformulação da sua arquitectura político-militar de Segurança e Defesa, com a recente criação do Ministério da Defesa.

3.1.2 – Programas de Cooperação/Actividades

As áreas mais significativas que têm vindo a ser contempladas nos diversos programas de cooperação, normalmente com uma duração bienal e anualmente apreciados em reuniões de Comissões Mistas, entretanto criadas no âmbito dos respectivos acordos (e que se reúnem ora em Portugal, ora num dos outros países), são as que no quadro abaixo se identificam.

PAÍSES	ACTIVIDADES
BULGÁRIA	Reunião da Comissão Mista; Conversações sobre selecção de pessoal civil para o Serviço Militar; Conversações no âmbito da História Militar; Projecto conjunto – Forças Armadas, de um sistema ditatorial a uma sociedade democrática; Visita de uma Delegação do IGEOE a Sófia para negociação de um Protocolo de Cooperação na área da Geografia Militar e Hidrografia; Visita de S.Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional à Bulgária.
CHILE	Visita oficial de S.Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional ao Chile.
ESLOVÁQUIA	Troca de Informação sobre Estrutura do MDN nas áreas de logística e gestão das Indústrias de Defesa; Sistema de Planeamento a longo prazo dos meios financeiros no sector da Defesa; Preparação e execução do plano orçamental da Defesa; Conversações entre peritos sobre organização da Artilharia, armamento e instrução dos especialistas; Conversações sobre Cartografia Militar; Reunião da Comissão Mista; Troca de experiência na área da Engenharia Militar.
ESLOVÉNIA	Conversações entre peritos sobre simulação; Conversações entre peritos sobre redes de comunicações tácticas; Reunião da Comissão Mista; Visita de uma Delegação do Centro de Estudos Estratégicos de LJUBLIJANA ao IAEM.
EUA	Observadores num Exercício Táctico nível Batalhão (Rapid Reaction Force); Reunião preparatória do Comité Bilateral de Infra-Estruturas Portuárias e Aeroportuárias dos Açores; Reunião preparatória da Comissão Técnica; 12ª Reunião Formal da Comissão Técnica; Reunião do Comité Bilateral de Infra-Estruturas Portuárias e Aeroportuárias dos Açores; Reunião preparatória da 13ª reunião da Comissão Técnica; 13ª Reunião Formal da Comissão Técnica; Reunião preparatória da 14ª reunião da Comissão Técnica (nos Açores); Reunião preparatória da 9ª reunião da Comissão Bilateral Permanente (no MNE); 14ª Reunião Formal da Comissão Técnica (no MDN); IX Reunião da Comissão Bilateral Permanente; Reunião preparatória da 15ª reunião da Comissão Técnica (nos Açores); 15ª Reunião Formal da Comissão Técnica (no MDN); Reunião preparatória da X Comissão Bilateral Permanente; X Reunião da CBP em Washington.
FRANÇA	Conversações político-militares sobre Segurança e Defesa na Europa e Cooperação em África.

PAÍSES	ACTIVIDADES
MARROCOS	Visita do Inspector da Marinha de Marrocos; Primeiro Estágio de Simulação de Voo; Visita de 2 navios de guerra marroquinos a Lisboa; Reunião da Comissão Mista; Segundo Estágio de Simulação de Voo; Visita à Academia da Força Aérea Portuguesa; Terceiro Estágio de Simulação de Voo; Estágio de Sobrevivência na F.A.P.; Visita ao Centro de Instrução de Táctica Naval; Estágio de Fisiologia de Voo; Troca de Esquadras – Deslocação a Beja de F5 marroquinos; Troca de experiência sobre protecção ambiental em assuntos de Defesa.
POLÓNIA	Estágio de Sobrevivência na F.A.P.; Programa da Presidência de Portugal na EU e na UEO; Troca de experiência sobre elaboração orçamentos da Defesa e das Forças Armadas; Troca de experiência sobre instrução de Operações Especiais (BAI/CIOE); Conversações sobre Cartografia Militar; Conversações sobre a política de pessoal e treino do Exército Português; Visita ao Instituto de Optoelectrónico e ao Centro de Medicina Aeronáutica polacos, no âmbito do Acordo de I&D; Troca de experiência no domínio da optoelectrónica.
REPÚBLICA CHECA	Visita de uma Delegação do Instituto Geográfico do Exército a Praga; Visita de uma Delegação da Academia Militar de Brno à Academia da Força Aérea e Instituto de Altos Estudos da Força Aérea; Troca de experiência sobre logística no Exército; Conversações sobre elaboração e execução do orçamento da Defesa.
ROMÉNIA	Reunião da Comissão Mista; Visita de uma Delegação da Academia da Força Aérea a Bucareste; Visita aos Hospitais Militares. Troca de experiência no âmbito da medicina de campanha; Conversações sobre a estrutura legal das Forças Armadas Portuguesas.
RÚSSIA	Visita de S.Ex.ª o Ministro da Defesa a Moscovo e assinatura de dois Acordos no âmbito da Defesa e Militar; Comemorações do 300º Aniversário do Serviço de Navegação da Marinha Russa.
TUNÍSIA	Visita à Direcção de Faróis; Visita à Academia da Força Aérea na Tunísia; Reunião da Comissão Mista; Estágio de embarque no navio-escola Sagres; Estágio de especialização em Hidrografia.

As actividades acima mencionadas desdobram-se, de acordo com as especificidades e os interesses próprios de cada um dos países envolvidos em tal cooperação, por programas que, em termos práticos e para efeitos não só da credibilidade mas também por razões de condicionamentos orçamentais e de efectiva capacidade de resposta dos Órgãos, Unidades ou Estabelecimentos envolvidos, se traduzem, anualmente e em média, por 4 a 5 actividades, envolvendo 3 a 4 elementos e de duração fixada em 4 a 5 dias.

3.1.3 – Cruzeiros de Investigação Científica

No âmbito das relações bilaterais foram processados os pedidos de autorização diplomática para operação de navios científicos nas áreas de jurisdição nacional. As principais áreas de investigação destes cruzeiros incluíram trabalhos de oceanografia, hidrografia, biologia marítima, investigação de recursos pesqueiros, lançamento de cabos submarinos e prospecção mineira.

PAÍSES	CRUZEIROS
Alemanha	3
Espanha	6
EUA	4
França	3
Holanda	1
Reino Unido	5
Rússia	1
TOTAL	23

3.1.4 – Visitas a Portos Portugueses de Navios de Guerra Estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

PAÍSES	VISITAS
Alemanha	27
Argentina	2
Bélgica	7
Brasil	3
Canadá	2
Dinamarca	1
Espanha	23
EUA	34
França	45
Grécia	3
Holanda	7
Índia	1
Indonésia	1
Itália	4
Japão	1
Koweit	4
Marrocos	2
Polónia	1
Reino Unido	31
Suécia	1
Trinidade e Tobago	1
Tunísia	1
Turquia	3
Ucrânia	1
TOTAL	206

3.1.5 – Sobrevoo e Aterragem - Pedidos de Autorização

Para aeronaves transportando material contencioso:

PAÍSES	VISITAS
Alemanha	4
Austrália	1
Bélgica	13
Bulgária	2
Canadá	7
Egipto	10
EUA	23
França	3
Israel	3
Marrocos	3
Reino Unido	16
Roménia	3
Suécia	1
Tunísia	5
TOTAL	94

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

NOTA EXPLICATIVA

Os quadros relativos à Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa procuram descrever e quantificar as áreas de actuação e o co-relativo investimento.

A Cooperação Técnico-Militar com os PALOP executa-se através de programas-quadro (planos directores) bilaterais, de carácter indicativo, constituídos por projectos, bem como através de acções de natureza complementar, decorrentes de novos conceitos aplicados à execução da política de CTM, essencialmente dirigidas à capacitação dos órgãos de concepção, coordenação e direcção das políticas de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

A execução dos projectos contempla quatro componentes: assessorias técnicas e/ou unidades móveis de instrução, recuperação de infra-estruturas, fornecimento de material e formação de pessoal em Portugal e/ou nos PALOP.

A componente formação de pessoal constitui-se como nuclear. Os programas de formação de pessoal são elaborados no âmbito dos planeamentos para a execução técnica dos projectos, visando o alcance de capacidade técnica e humana para a sustentação dos projectos, por parte dos militares dos PALOP.

Os encargos relativos ao suporte financeiro dos programas-quadro da Cooperação Técnico-Militar inscrevem-se na contribuição portuguesa para a ajuda ao desenvolvimento (APD Portuguesa).

CONCEITOS

Cooperação Técnico-Militar com os PALOP

Conjunto de acções que constituem simultaneamente um vector para a consolidação do sistema democrático dos países beneficiários, através da organização/formação de Forças Armadas apartidárias, garante do regular funcionamento das instituições e vector do desenvolvimento económico e social, através da formação de quadros e organização de estruturas.

Globalização da Cooperação Técnico-Militar no formato Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Desenvolvimento de acções de CTM conjuntas, ao nível dos países que constituem a CPLP, com o objectivo de, por um lado, colocar ao dispor de todos os países lusófonos as capacidades de cada um e, por outro lado, fomentar a preparação e treino de forças conjuntas vocacionadas para o desempenho de missões de manutenção de paz e de ajuda humanitária.

Projecto de Cooperação Técnico-Militar

Mecanismo de duração trienal, destinado à prossecução de um objectivo previamente definido e executado através de várias componentes (formação de pessoal, assessorias, reabilitação de infra-estruturas, fornecimento de material). O conjunto dos projectos aprovados bilateralmente designa-se por programa-quadro de duração trienal.

Outras Acções

Acções que não se integram em nenhum projecto específico (acções avulso).

Acções de Formação, Promoção e Especialização e Qualificação

Cursos de duração variável, ministrados sob a responsabilidade de um órgão militar ou civil e que visam a formação, promoção, qualificação ou especialização e actualização do militar.

Assistência Hospitalar

Assistência médica em hospitais militares portugueses, de militares das Forças Armadas dos PALOP, evacuados dos respectivos países para esse efeito. Esta assistência poderá ser extensiva a familiares (cônjuges e/ou filhos).

Despesas de Estrutura

Despesas relativas a encargos assumidos com a manutenção de residências destinadas ao alojamento de militares e civis deslocados nos PALOP no desempenho de missões de Cooperação Técnico-Militar, com o parque de viaturas e com o pessoal de apoio nacional e/ou recrutado localmente.

3.2 – COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

3.2.1 – Projectos de Cooperação Técnico-Militar com os PALOP

República de Cabo Verde
Guarda Costeira. Instituto de Estudos Militares. Centro de Instrução do Morro Branco. Formação de Quadros Militares em Portugal. Serviço de Saúde. Actualização das Cartas Topográficas Escala 1:25 000.

República da Guiné-Bissau
Apoio àOrganização do Ministério da Defesa Nacional. Apoio àReestruturação da Marinha Nacional. Apoio àOrganização do Comando e Estado-Maior do Exército. Reestruturação da Engenharia Militar. Reestruturação do Serviço de Material. Apoio àReestruturação do Serviço de Transmissões.

República Democrática de S. Tomé e Príncipe
Reorganização do Comando do Exército. Organização da Guarda Costeira. Desenvolvimento do Sistema de Comunicações Militares. Desenvolvimento das Capacidades da Engenharia Militar. Sustentação da Rede de Ajudas Visuais àNavegação.

República de Angola
Apoio ao MINDEN /EMGFAA. Instituto Superior de Ensino Militar. Academia Militar. Centro de Instrução de Comandos. Marinha de Guerra Angolana. Força de Fuzileiros Navais. Apoio ao Comando e Sistemas Funcionais do Exército. Centro de Instrução do Regimento de Polícia Militar. Banda de Música e Levantamento das Fanfarras. Escola de Sargentos do Exército (Lubango). Escola de Oficiais do Exército (Lobito). Escola de Aviação (Lobito). Apoio Fisiátrico às Crianças Vítimas da Guerra (AFICRA).

República de Moçambique
Apoio àOrganização Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique. Apoio àOrganização do Sistema de Fiscalização das Águas Territoriais. Apoio àOrganização e Funcionamento do EMGFADM nas Áreas do Ensino e da Formação Militar. Apoio àOrganização e Funcionamento do Comando e Estado-Maior do Exército. Apoio àOrganização e Funcionamento da Força Aérea de Moçambique. Apoio àOrganização e Funcionamento da Marinha. Apoio àOrganização e Funcionamento do Sistema Logístico das FADM. Apoio àOrganização do Sistema de Saúde Militar.

3.2.2 – Despesas dos Projectos de Cooperação Técnico-Militar e Militares Portugueses Deslocados em Missões nos PALOP

(contos)

Tipo de Despesas com Projectos de Cooperação	PAÍSES										TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique			
	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor
Assessorias e/ou Unidades Móveis	14	22.188	24	31.249	23	14.499	101	199.898	81	147.256	243	415.090
Recuperação de infra-estruturas	-	12.359	-	-	-	810	-	149	-	17.893	-	31.211
Material	-	9.709	-	19.656	-	25.044	-	35.509	-	64.347	-	154.265
Transporte de material e pessoal	-	4.781	-	2.743	-	4.678	-	25.583	-	22.092	-	59.877
Formação de pessoal	-	149	-	126	-	19	-	888	-	1.454	-	2.636
TOTAL	14	49.186	24	53.774	23	45.050	101	262.027	81	253.042	243	663.079

3.2.3 – Formação de Militares dos PALOP em Portugal por Tipo de Curso e por Ramo das FA's

(n.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné--Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação	Marinha	12	4	1	15	12	44
	Exército	19	4	5	27	23	78
	Força Aérea	1	-	-	17	3	21
Promoção	Marinha	3	-	-	1	-	4
	Exército	3	2	6	19	2	32
	Força Aérea	-	1	-	9	3	13
Actualização	Marinha	-	-	1	-	2	3
	Exército	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	3	-	3
Qualificação	Marinha	-	-	-	2	-	2
	Exército	-	-	1	38	14	53
	Força Aérea	-	-	-	7	2	9
TOTAL	Marinha	15	4	2	18	14	53
	Exército	22	6	12	84	39	163
	Força Aérea	1	1	-	36	5	46

3.2.4 – Despesas Suportadas pelos Ramos das FA's

(contos)

Ramo das Forças Armadas		PAÍSES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação em Portugal	Marinha	5.180	2.599	312	7.186	5.356	20.633
	Exército	16.355	4.206	6.922	42.793	13.721	83.997
	Força Aérea	3.204	520	-	81.493	5.888	91.105
Vencimentos dos militares em missões nos PALOP	Marinha	21.727	12.696	1.754	42.836	52.836	131.849
	Exército	884	20.764	9.495	163.919	92.983	288.045
	Força Aérea	-	-	-	35.269	1.979	37.248
Material fornecido	Marinha	4.399	8.850	2.340	5.526	1.831	22.946
	Exército	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	1.985	-	6.124	3.970	12.079
Outros custos	Marinha	150	120	30	-	150	450
	Exército	2.025	1.872	3.399	15.747	7.296	30.339
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
TOTAL	Marinha	31.456	24.265	4.436	55.548	60.173	175.878
	Exército	19.264	26.842	19.816	222.459	114.000	402.381
	Força Aérea	3.204	2.505	-	122.886	11.837	140.432

3.2.5 – Formação de Militares nos PALOP por Tipo de Curso e por Ramo das FA's

(n.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES					TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné--Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Formação	Marinha	53	-	-	787	336	1.176
	Exército	-	-	188	1.157	555	1.900
	Força Aérea	-	-	-	27	-	27
Promoção	Marinha	17	-	-	-	-	17
	Exército	-	-	20	-	-	20
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
Actualização	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
Qualificação	Marinha	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	10	207	-	217
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-
TOTAL	Marinha	70	-	-	787	336	1.193
	Exército	-	-	218	1.364	555	2.137
	Força Aérea	-	-	-	27	27	27

3.2.6 – Assistência Hospitalar em Portugal a Militares dos PALOP e seus Familiares e Respectivas Despesas

(contos)

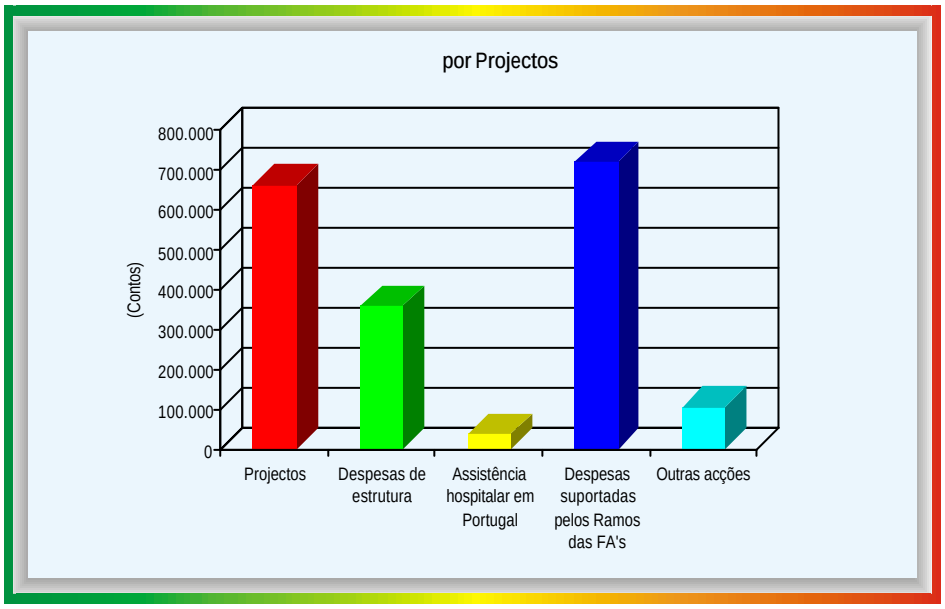
	PAÍSES										TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique			
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Militares	10	1.275	15	16.727	9	5.842	34	12.641	-	-	68	36.485
Familiares	-	-	-	-	1	953	3	16	-	-	4	969
TOTAL	10	1.275	15	16.727	10	6.795	37	12.657	-	-	72	37.454

3.2.7 – Despesas Globais da Cooperação Técnico-Militar

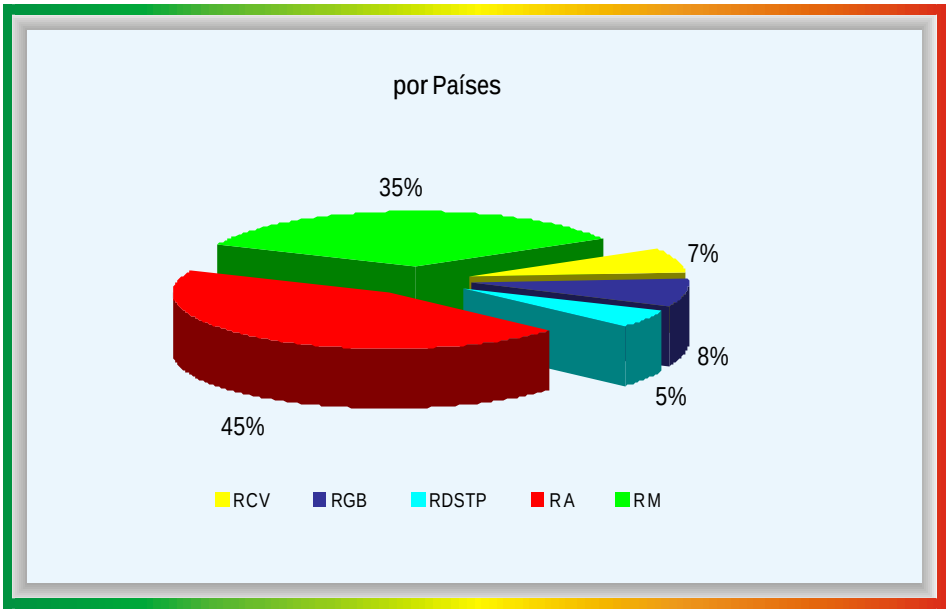
(contos)

Tipo de Despesas	PAÍSES					TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	
Projectos	49.186	53.774	45.050	262.027	253.042	663.079
Despesas de estrutura	1.408	22.546	2.576	138.856	193.771	359.157
Assistência hospitalar em Portugal	1.275	16.727	6.795	12.657	-	37.454
Despesas suportadas pelos Ramos das FA's	53.924	53.612	24.252	400.893	186.010	718.691
Outras acções	16.276	9.713	16.793	29.259	32.968	105.009
TOTAL	122.069	156.372	95.466	843.692	665.791	1.883.390

Distribuição por Tipo de Despesas



Distribuição por Tipo de Despesas



MISSÕES DE PAZ

CONCEITOS

Operações de Paz

Forma de resolução, prevenção e contenção de conflitos, através do uso do poder funcional, meios diplomáticos e militares dos Estados, a fim de prevenir o recurso à violência entre ant a-gonistas infra e intra-estadual.

3.3 – MISSÕES DE PAZ

3.3.1 – Envolvimento Militar de Portugal em Operações de Paz

(contos)

Organização	País	Operação	Meios	Efectivos	Despesas
NATO	Bósnia	SFOR	BATALHÃO	335	3.722.906
	Kosovo	KFOR	BATALHÃO	327	3.636.183
ONU	Sahara	MINURSO	OBSERVADORES	6	25.657
	Croácia	UNMOP	OBSERVADORES	2	-
	Timor	UNTAET		706	11.551.068
OSCE	Bósnia	a)	INSPECTORES	1	-
	Croácia	b)	INSPECTORES	1	-
EU	Bósnia	ECMM	OBSERVADORES	2	-
TOTAL	-	-	-	1.380	18.935.814

a) Inspecções ao abrigo do Artº II
b) Inspecções ao abrigo do Artº IV

MISSÕES DE CARÁCTER HUMANITÁRIO

CONCEITOS

Operações Humanitárias

Acções conduzidas ou apoiadas por organizações militares com o objectivo de auxiliar populações vitimadas por situações de emergência, cuja origem possa ter sido provocada por desastres naturais, catástrofes causadas por acções humanas, altercações civis e até, excepcionalmente, por situações de guerra.

3.4 – MISSÕES DE CARÁCTER HUMANITÁRIO

3.4.1 – Apoio Militar à Ajuda Humanitária

Destino	Ramos	Âmbito	Período	Meios	Objectivo
Timor	Força Aérea	Nacional	01Fev / 20Jun	C-130	TPT ajuda humanitária + apoio logístico componente nacional UNTAET
Moçambique	Força Aérea	Nacional	03Mar / 10Abr	C-130	Ajuda humanitária às vitimas das cheias de Março
Moçambique	Marinha	Serv. Nacional Protecção Civil	7Mar / 6Abr	1 equipa de fuzileiros	Ajuda às populações vitimas das cheias de Março
Kosovo	Exército	NATO	Jan / Dez	HMP e Casa de Saúde Militar	Assistência hospitalar a cidadãos kosovares
Kosovo	Exército	NATO	Jul / Dez	Disponível no Agr.DELTA	Assistência médica
Bósnia	Exército	NATO	Jul /Dez	Disponível no 2ºBIMEC	Assistência médica

PESSOAL

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem directamente no âmbito da Defesa Nacional. Tal como no ano transacto, fixa-se o dia 31 de Dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efectivos.

Referem-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação de informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e dos diversos diplomas que o corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

CONCEITOS

Pessoal Militar

Enquadramento Legal

Na sequência da 4.ª Revisão Constitucional (Lei n.º 1/97, de 20 de Setembro), a actual Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, criou um novo modelo de Serviço Militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/00, de 14 de Novembro. Tendo em vista facilitar a aquisição dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/00, de 15 de dezembro, que aprova um conjunto de incentivos à prestação de serviço militar nos Regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV).

Em complemento, o novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 12-A/2000, de 24 de Julho, e n.º 25/2000, de 23 de Agosto, procurou adaptar-se ao novo conceito de serviço militar assente no voluntariado e tornar compatíveis alguns aspectos do estatuto da condição militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macroestrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efectivos militares.

Atendendo ao novo quadro legal, a obrigação de prestar serviço efectivo normal (SEN) será eliminada num prazo máximo de quatro anos (até 19 de Novembro de 2004), sendo o número de cidadãos em SEN a incorporar gradualmente reduzido em função do aumento de efectivos nos regimes de contrato e de voluntariado.

Formas de prestação de Serviço Militar

Assim, até à entrada em vigor do novo quadro legal, as formas de prestação de serviço militar eram as seguintes:

- Militar dos Quadros Permanentes (QP)

  É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

- Militar em Regime de Contrato (RC)

  É o militar que, tendo cumprido o SEN e prestado serviço militar em RV pelo período mínimo de 12 meses, continua ou regressa ao serviço por um período de tempo limitado, com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual recrutamento para os QP.

- Militar em Regime de Voluntariado (RV)

  É o militar que, tendo cumprido o SEN, se mantém ao serviço por um período de tempo não superior a 18 meses, com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas, à passagem ao RC ou ao seu eventual recrutamento para os QP.

- Militar em Serviço Efectivo Normal (SEN)

  É o militar que, conscrito ao serviço militar ou voluntário, presta serviço nas Forças Armadas, decorrendo tal prestação desde o acto de incorporação até à data de passagem à situação de disponibilidade ou ao ingresso noutra forma de serviço efectivo.

Com a entrada em vigor do novo quadro legal, as formas de prestação de serviço militar passaram a ser as seguintes:

- Militar dos Quadros Permanentes (QP)

  É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

- Militar em Regime de Contrato (RC)

  É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de tempo limitado (normalmente entre dois e seis anos), com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos QP.

- Militar em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual pode ingressar no serviço efectivo em regime de contrato.

Durante o período de transição manter-se-á em vigor o SEN, o qual passará a abranger apenas os militares conscritos ao serviço militar.

Situações em que se encontra o militar dos Quadros Permanentes:

- Activo

Considera-se no activo o militar dos QP que se encontre afecto a serviço efectivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma;

- Reserva

É a situação para que transita o militar dos QP no activo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço;

- Reforma

É a situação para que transita o militar dos QP no activo ou na reserva, que seja abrangido pelo disposto no artigo 160º do EMFAR.

Pessoal Militarizado

Na Marinha e no Exército existem quadros de pessoal militarizado, os quais foram originados pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desses Ramos num âmbito não especificamente militar.

Pessoal Civil

Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho e Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA)

Pessoal que integra os estabelecimentos fabris, na dependência directa dos Ramos das FA's, que foram criados com vista ao desempenho da função "Arsenal", imprescindível na época, para o adequado desempenho das missões atribuídas às FA's.

4.1 – PESSOAL

4.1.1 – Pessoal Militar

4.1.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31 DEZ

Ano: 2000

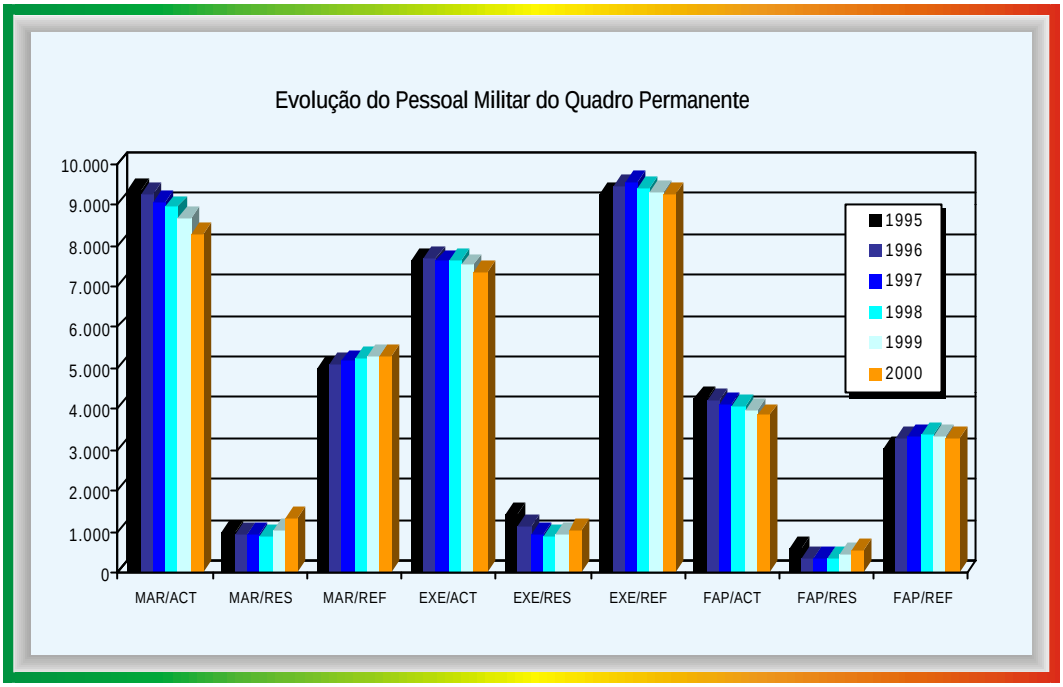
Situação \ Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa Quadro Permanente (Activo)	8.282	7.358	3.844	19.484
RC Regime de Contrato	1.198	7.840	2.445	11.483
RV Regime de Voluntariado	699	2.890	662	4.251
SEN Serviço Efectivo Normal (a)	607	6.170	-	6.777
SUBTOTAL	10.786	24.258	6.951	41.995
QPrs Quadro Permanente (Reserva)	1.339	1.045	546	2.930
QPrf Quadro Permanente (Reforma)	5.297	9.239	3.281	17.817
SUBTOTAL	6.636	10.284	3.827	20.747
TOTAL	17.422	34.542	10.778	62.742

(a) Exclui os incorporados através do recrutamento especial.

4.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos

4.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente

Situação \ Ramo das FA's		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa - Quadro Permanente (Activo)	1999	8.665	7.512	3.977	20.154
	1998	8.937	7.654	4.086	20.677
	1997	9.069	7.610	4.102	20.781
	1996	9.231	7.676	4.212	21.119
	1995	9.339	7.632	4.254	21.225
QPrs - Quadro Permanente (Reserva)	1999	1.009	937	445	2.391
	1998	862	880	343	2.085
	1997	922	934	342	2.198
	1996	934	1.113	345	2.392
	1995	1.001	1.420	584	3.005
QPrf - Quadro Permanente (Reforma)	1999	5.289	9.308	3.318	17.915
	1998	5.252	9.413	3.355	18.020
	1997	5.165	9.529	3.328	18.022
	1996	5.079	9.466	3.259	17.804
	1995	5.009	9.258	3.034	17.301

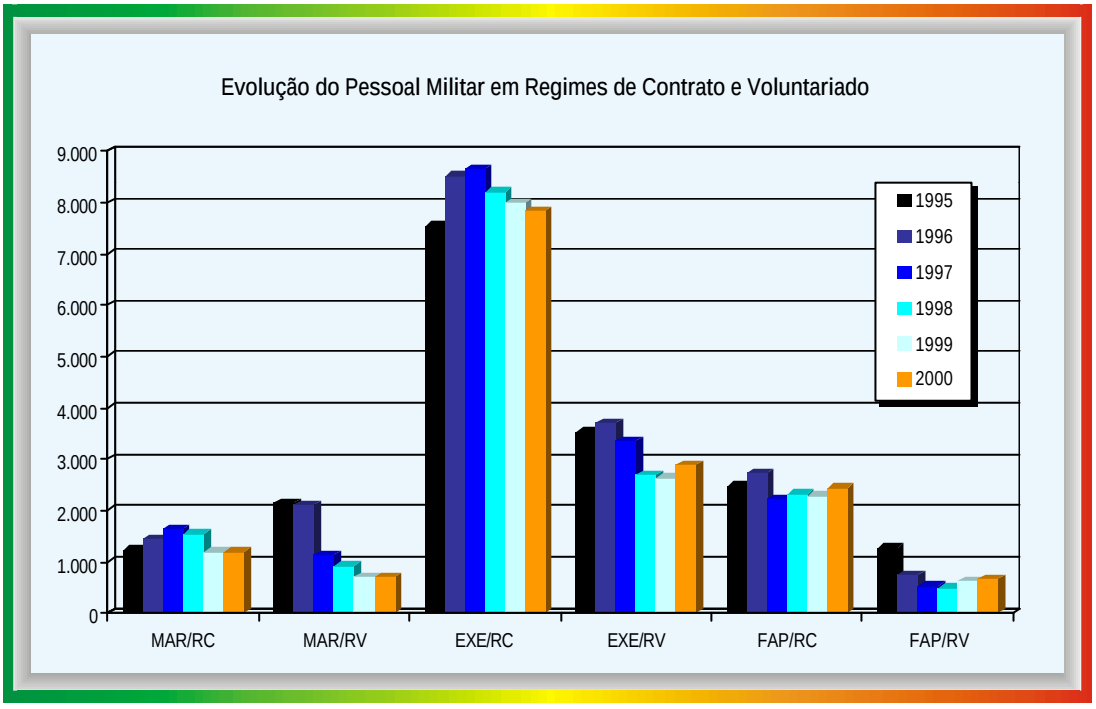


MAR – Marinha; EXE – Exército; FAP – Força Aérea Portuguesa

ACT – Activo; RES – Reserva; REF - Reforma

4.1.1.2.2 – Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
RC - Regime de Contrato	1999	1.184	7.998	2.282	11.464
	1998	1.531	8.205	2.321	12.057
	1997	1.632	8.649	2.219	12.500
	1996	1.447	8.529	2.733	12.709
	1995	1.218	7.557	2.483	11.258
RV - Regime de Voluntariado	1999	705	2.642	625	3.972
	1998	911	2.689	490	4.090
	1997	1.133	3.354	521	5.008
	1996	2.109	3.710	736	6.555
	1995	2.144	3.538	1.259	6.941
SEN - Mancebos que nos anos considerados passaram pelas fileiras das FA's em Serviço Efectivo Normal	1999	1.678	25.137	-	26.815
	1998	1.762	27.026	-	28.788
	1997	1.727	24.542	-	26.269
	1996	1.625	35.787	1.480	38.892
	1995	3.390	30.898	3.130	37.418



MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado

4.1.1.3 – Militares do QP, Activo, Quanto à Efectividade de Serviço (a)

Ano: 2000

Situação \ Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão normal	7.949	7.302	3.794	19.045
Comissão especial	8	2	2	12
Inactividade temporária	255	-	-	255
Licença sem vencimento	70	54	48	172
TOTAL	8.282	7.358	3.844	19.484

(a) Artigo 145.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

4.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)

Ano: 2000

Situação	Ramo das FA's	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais Generais	Almirante da Armada, Marechal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Almirante; General	1	-	-	1	-	-	3	-	-	5	-	-
	Vice Almirante; Tenente-General	11	-	-	17	-	-	11	-	-	39	-	-
	Contra-Almirante; Major-General	19	-	-	48	-	-	21	-	-	88	-	-
	Comodoro; Brigadeiro-General	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
	SUBTOTAL	32	-	-	66	-	-	35	-	-	133	-	-
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	128	-	-	278	-	-	81	-	-	487	-	-
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	250	-	-	561	-	-	208	-	-	1.019	-	-
	Capitão-Tenente; Major	275	-	-	628	-	-	289	-	-	1.192	-	-
	1º Tenente; Capitão	511	-	-	913	-	-	591	-	-	2.015	-	-
	2º Tenente; Tenente	205	49	-	232	312	-	156	148	-	593	509	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	23	45	-	70	230	38	5	155	-	98	430	38
	Aspirante a Oficial	-	-	35	-	-	76	-	-	70	-	-	181
	SUBTOTAL	1.392	94	35	2.682	542	114	1.330	303	70	5.404	939	219
Sargentos	Sargento-Mor	54	-	-	136	-	-	27	-	-	217	-	-
	Sargento-Chefe	174	-	-	367	-	-	125	-	-	666	-	-
	Sargento-Ajudante	450	-	-	1.449	-	-	394	-	-	2.293	-	-
	1º Sargento	1.993	-	-	2.394	311	-	1904	6	-	6.291	317	-
	2º Sargento	336	8	-	253	585	-	29	91	-	618	684	-
	Subsargento; Furriel	-	21	-	-	201	17	-	17	-	-	239	17
	2º Subsargento; 2º Furriel	-	-	-	-	-	244	-	-	4	-	-	248
	SUBTOTAL	3.007	29	-	4.599	1.097	261	2.479	114	4	10.085	1.240	265
Praças	Cabo; Cabo de Secção	2.563	-	-	4	-	-	-	509	-	2.567	509	-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	1.288	221	-	7	1.074	-	-	1.517	-	1.295	2.812	-
	2º Marinheiro; 1º Cabo	-	851	112	-	1.593	-	-	2	-	-	2.446	112
	1º Grumete; 2º Cabo	-	3	529	-	534	12	-	-	587	-	537	1.128
	2º Grumete; Soldado	-	-	23	-	3.000	2.503	-	-	1	-	3.000	2.527
	SUBTOTAL	3.851	1.075	664	11	6.201	2.515	-	2.028	588	3.862	9.304	3.767
TOTAL		8.282	1.198	699	7.358	7.840	2.890	3.844	2.445	662	19.484	11.483	4.251

(a) De acordo com o quadro anexo I ao Artigo 28º do EMFAR, aprovado pelo DL n.º 236/99, de 25 de Junho.
QPa - Quadro Permanente (Activo)

4.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar

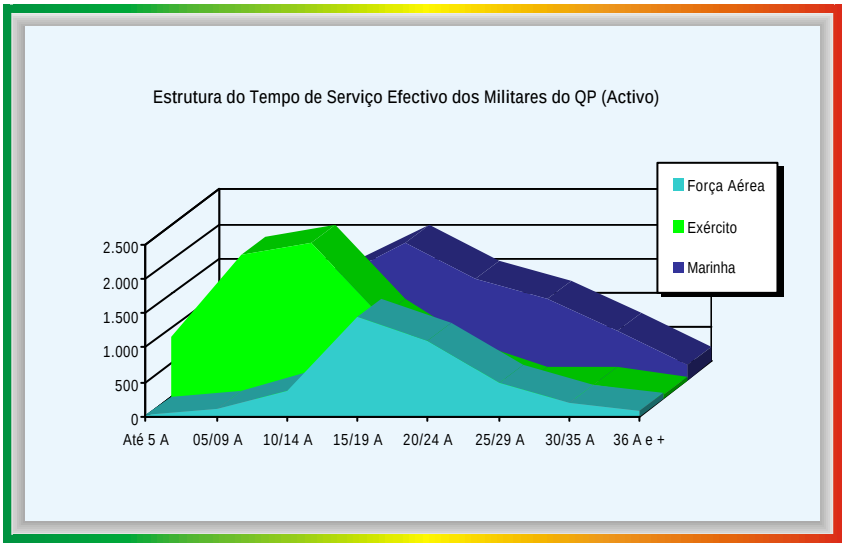
Ano: 2000

Situação \ Ramo das FA's	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Até 20 anos	-	51	290	-	102	880	-	400	497	-	553	1.667
20/24 anos	309	957	389	172	4.281	1.979	10	1.251	160	491	6.489	2.528
25/29 anos	1.042	158	20	927	2.919	31	183	794	5	2.152	3.871	56
30/34 anos	1.438	32	-	1.688	524	-	489	-	-	3.615	556	-
35/39 anos	1.760	-	-	1.995	14	-	1.634	-	-	5.389	14	-
40/44 anos	1.624	-	-	1.376	-	-	782	-	-	3.782	-	-
45/49 anos	1.350	-	-	624	-	-	511	-	-	2.485	-	-
50/54 anos	551	-	-	438	-	-	166	-	-	1.155	-	-
55/59 anos	206	-	-	131	-	-	66	-	-	403	-	-
60/64 anos	2	-	-	7	-	-	3	-	-	12	-	-
65 anos e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.282	1.198	699	7.358	7.840	2.890	3.844	2.445	662	19.484	11.483	4.251

4.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Activo

Ano: 2000

Situação \ Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	133	878	29	1.040
05 / 09 anos	1.109	2.088	107	3.304
10 / 14 anos	1.479	2.243	386	4.108
15 / 19 anos	1.995	1.171	1.455	4.621
20 / 24 anos	1.458	545	1.109	3.112
25 / 29 anos	1.167	196	492	1.855
30 / 35 anos	722	190	191	1.103
36 anos e mais	219	47	75	341
TOTAL	8.282	7.358	3.844	19.484



4.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares

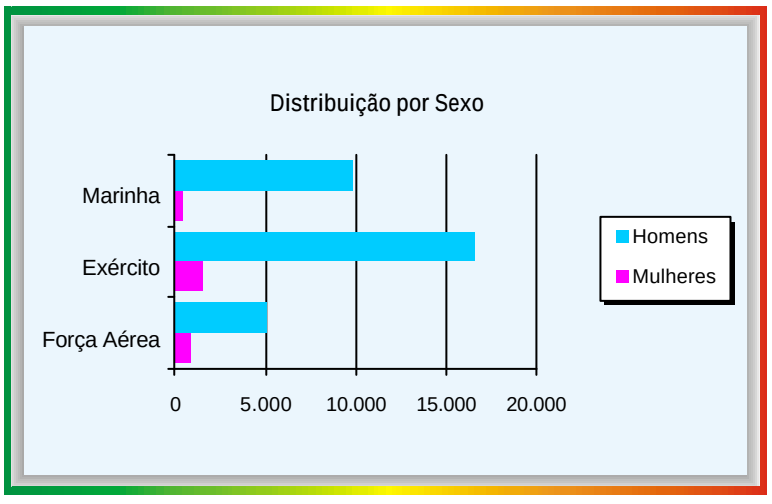
Ano: 2000

Ramo das FA's / Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Aveiro	125	26	14	161	344	145	71	56	33	357	426	192
Beja	382	30	14	123	159	47	86	62	10	591	251	71
Braga	146	18	16	151	438	187	62	59	23	359	515	226
Bragança	271	24	24	281	258	115	86	51	17	638	333	156
Castelo Branco	382	28	24	247	270	95	149	45	18	778	343	137
Coimbra	322	43	32	326	445	148	181	77	27	829	565	207
Évora	439	37	18	260	199	60	139	46	18	838	282	96
Faro	355	45	31	101	198	65	84	52	14	540	295	110
Guarda	191	21	6	238	200	101	90	36	10	519	257	117
Leiria	260	36	19	181	296	108	177	120	38	618	452	165
Lisboa	1.894	387	202	2.377	1.009	328	1.096	772	166	5.367	2.168	696
Portalegre	383	27	26	255	221	53	136	45	6	774	293	85
Porto	285	52	52	338	770	292	147	153	60	770	975	404
Santarém	536	72	42	70	349	143	384	154	36	990	575	221
Setúbal	786	149	57	61	397	129	193	182	34	1.040	728	220
Viana do Castelo	199	29	21	524	577	147	31	28	15	754	634	183
Vila Real	222	27	14	274	514	166	84	59	18	580	600	198
Viseu	371	41	33	78	207	108	147	90	36	596	338	177
Açores	48	12	12	276	466	187	32	46	22	356	524	221
Madeira	29	8	3	413	522	247	23	7	1	465	537	251
Outras origens	656	86	39	623	1	17	446	305	60	1.725	392	116
TOTAL	8.282	1.198	699	7.358	7.840	2.890	3.844	2.445	662	19.484	11.483	4.251

4.1.1.8 – Distribuição por Sexo de Pessoal Militar

Ano: 2000

Ramo das FA's / Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Masculino	8.212	1.002	620	7.271	6.631	2.654	3.799	1.770	501	19.282	9.403	3.775
Feminino	70	196	79	87	1.209	236	45	675	161	202	2.080	476
TOTAL	8.282	1.198	699	7.358	7.840	2.890	3.844	2.445	662	19.484	11.483	4.251



4.1.1.9 – Promoção de Militares do QP

Ano: 2000

Situação	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Oficiais Generais	Almirante da Armada, Marechal	-	-	-	-
	Almirante; General	-	-	1	1
	Vice Almirante; Tenente-General	4	5	4	13
	Contra-Almirante; Major-General	10	15	9	34
	Comodoro; Brigadeiro-General	1	1	-	2
	SUBTOTAL	15	21	14	50
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	30	108	35	173
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	37	168	57	262
	Capitão-Tenente; Major	61	239	42	342
	1º Tenente; Capitão	76	87	51	214
	2º Tenente; Tenente	32	67	27	126
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	23	76	12	111
	SUBTOTAL	259	745	224	1.228
Sargentos	Sargento-Mor	33	54	8	95
	Sargento-Chefe	73	90	35	198
	Sargento-Ajudante	150	126	49	325
	1º Sargento	206	33	8	247
	2º Sargento	127	73	-	200
	Subsargento; Furriel	-	-	-	-
	SUBTOTAL	589	376	100	1.065
Praças	Cabo; Cabo de Secção	211	-	-	211
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	35	-	-	35
	SUBTOTAL	246	-	-	246
TOTAL		1.109	1.142	338	2.589

4.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço

Ano: 2000

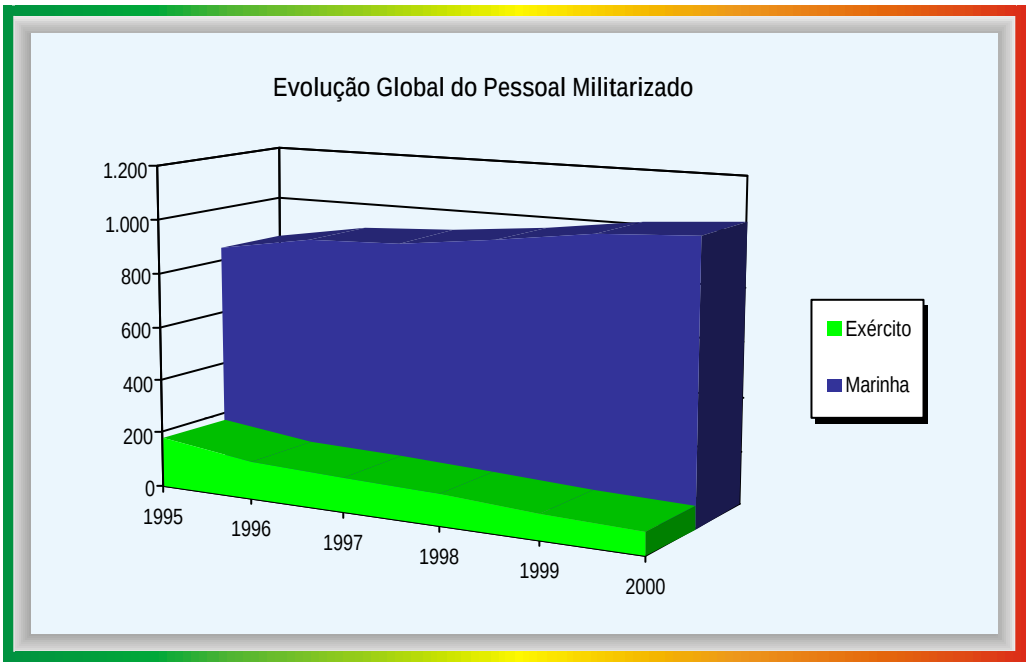
Ramo das FA's		Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
Situação		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	Qpa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	19	30	-	82	88	111	40	61	83	141	179	194
	Sargentos	14	-	-	73	235	301	28	5	5	115	240	306
	Praças	42	1.049	145	-	1.651	2.645	-	540	703	42	3.240	3.493
	TOTAL	75	1.079	145	155	1.974	3.057	68	606	791	298	3.659	3.993
Saídas	Oficiais	73	22	31	2	11	20	118	37	72	193	70	123
	Sargentos	279	25	-	2	321	46	83	31	5	364	377	51
	Praças	186	252	1.268	1	1.692	931	-	375	677	187	2.319	2.876
	TOTAL	538	299	1.299	5	2.024	997	201	443	754	744	2.766	3.050

4.1.2 – Pessoal Militarizado

4.1.2.1 – Pessoal Militarizado da Defesa Nacional

MARINHA	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Polícia Marítima	301	330	413	457	480	501
Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	120	125	115	116	121	120
Cabos de Mar	36	37	-	-	-	-
Troço de mar	215	228	226	219	230	235
Práticos/Costa Algarve	3	3	3	2	2	2
Faroleiros	177	185	168	167	176	174
TOTAL	852	908	925	961	1.009	1.032

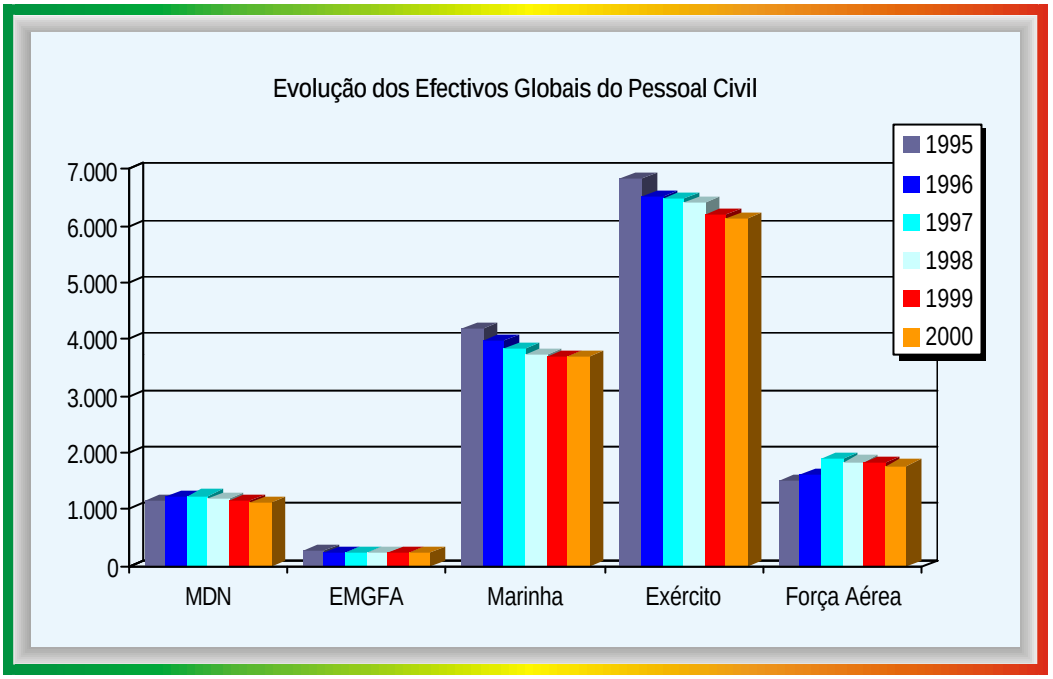
EXÉRCITO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Técnico-Profissional e Administrativo	71	55	49	48	39	31
Construção Civil	2	-	-	-	-	-
Serralharia	1	1	-	-	-	-
Armazém	1	1	1	1	-	-
Auxiliar de Serviços	45	29	27	23	21	21
Motorista	25	20	18	13	11	10
Tratador	8	8	8	8	7	7
Vigilante	24	21	17	16	16	11
TOTAL	177	135	120	109	94	80



4.1.3 – Pessoal Civil

4.1.3.1 – Efectivos Globais

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2000	1.118	238	3.692	6.139	1.769	12.956
Dados retrospectivos dos últimos 5 anos						
1999	1.156	238	3.686	6.195	1.805	13.080
1998	1.198	242	3.728	6.425	1.841	13.434
1997	1.239	235	3.847	6.498	1.891	13.710
1996	1.230	247	3.973	6.526	1.596	13.572
1995	1.166	252	4.187	6.850	1.497	13.952



4.1.3.2 – Pessoal Civil por Grupos Profissionais (a)

Ano: 2000

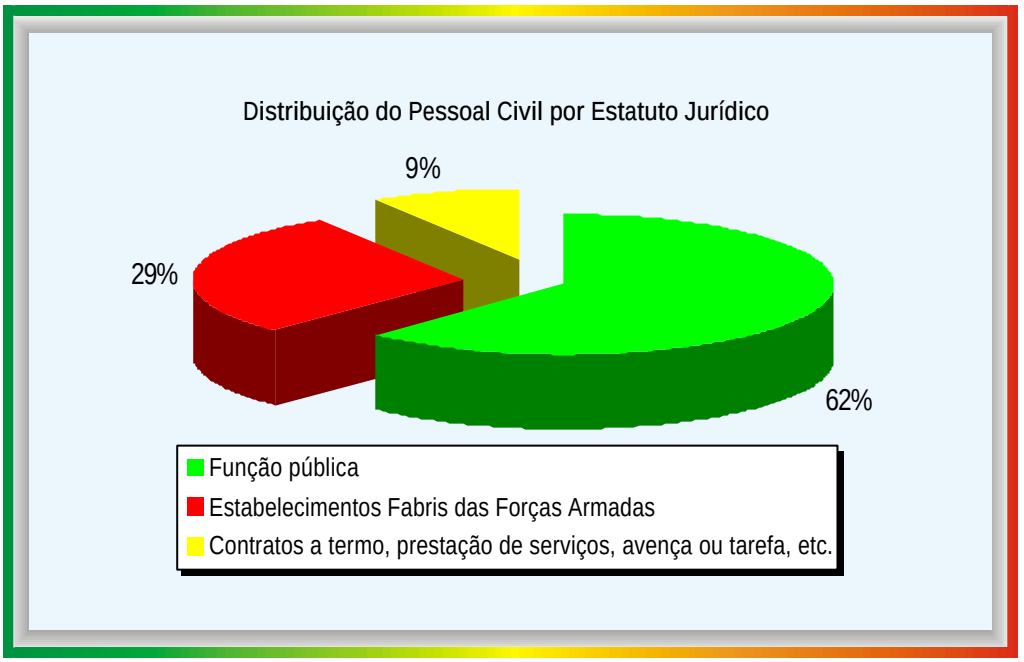
Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	49	-	9	-	-	58
Téc. Superior / Técnico Licenciado	103	7	101	(*) 88	38	337
Técnico / Téc. Bacharel	25	2	50	11	41	129
Docente (b)	11	2	30	364	32	439
Médico / Enfermagem (b)	9	-	57	541	84	691
Informático (b)	3	12	26	85	-	126
Técnico profissional	43	19	205	328	58	653
Administrativo	262	96	189	1.785	265	2.597
Operário	44	6	2.036	830	419	3.335
Auxiliar	569	94	989	2.107	832	4.591
TOTAL	1.118	238	3.692	6.139	1.769	12.956

(a) Mapa de acordo com a estrutura prevista no n.º 2 e n.º 3 do art.º 14 do DL n.º 248/85, de 15 de Julho.
(b) Carreiras de regime especial a que se refere o n.º 3 do preceito citado.

4.1.3.3 – Pessoal Civil por Estatuto Jurídico

Ano: 2000

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função pública	744	238	1.586	3.848	1.647	8.063
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	3	-	1.868	1.888	-	3.759
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	371	-	238	403	122	1.134
TOTAL	1.118	238	3.692	6.139	1.769	12.956



4.1.3.4 – Pessoal Civil por Habilitações Académicas

Ano: 2000

Entidade		MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Doutoramento e mestrado		5	-	7	65	2	79
Licenciatura		144	11	156	680	88	1.079
Bacharelato		40	-	48	145	33	266
Anos de Escolaridade	- 12 Anos	67	27	199	523	46	862
	- 11 Anos	66	26	296	275	70	733
	- 9 Anos	221	58	1.061	1.099	249	2.688
	- 6 Anos	221	41	685	1.087	345	2.379
	- 4 Anos	344	71	1.181	2.164	803	4.563
	- Menos de 4 Anos	5	4	6	57	14	86
Desconhecidas		5	-	53	44	119	221
TOTAL		1.118	238	3.692	6.139	1.769	12.956

4.1.3.5 – Pessoal Civil por Sexo

Ano: 2000

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Homens	311	80	2.290	2.268	861	5.810
Mulheres	807	158	1.402	3.871	908	7.146
TOTAL	1.118	238	3.692	6.139	1.769	12.956

4.1.3.6 – Estrutura Etária do Pessoal Civil

Ano: 2000

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 20 anos	5	-	34	4	-	43
20/24 anos	24	-	188	55	5	272
25/29 anos	66	6	290	306	58	726
30/34 anos	100	12	320	398	136	966
35/39 anos	154	26	384	721	250	1.535
40/44 anos	187	43	560	1.006	311	2.107
45/49 anos	203	54	692	1.298	346	2.593
50/54 anos	160	48	620	1.119	291	2.238
55/59 anos	120	22	377	702	212	1.433
60/64 anos	67	20	173	322	104	686
65 anos e mais	32	7	54	208	56	357
TOTAL	1.118	238	3.692	6.139	1.769	12.956

4.1.3.7 – Tempo de Serviço do Pessoal Civil

Ano: 2000

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	260	5	675	767	332	2.039
05/09 anos	275	35	668	688	185	1.851
10/14 anos	82	50	567	794	108	1.601
15/19 anos	92	40	379	717	358	1.586
20/24 anos	103	27	381	827	239	1.577
25/29 anos	182	43	682	1.515	254	2.676
30/35 anos	92	31	317	714	221	1.375
36 anos e mais	32	7	23	117	72	251
TOTAL	1.118	238	3.692	6.139	1.769	12.956

4.1.3.8 – Promoções do Pessoal Civil por Grupo Profissional

Ano: 2000

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	3	-	-	-	-	3
Téc. Superior / Técnico Licenciado	11	-	9	12	1	33
Técnico / Téc. Bacharel	6	-	5	2	2	15
Docente (*)	-	-	-	-	-	-
Médico / Enfermagem (*)	-	-	6	21	2	29
Informático (*)	3	1	5	6	-	15
Técnico Profissional	8	-	9	52	14	83
Administrativo	51	4	26	31	41	153
Operário	-	1	119	34	12	166
Auxiliar	1	1	265	9	1	277
TOTAL	83	7	444	167	73	774

(*) Carreiras de regime especial

4.1.3.9 – Ingressos e Saídas de Pessoal Civil

Ano: 2000

Entidade		MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	Entradas	56	13	299	38	4	410
	Saídas	125	13	71	144	71	424
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	Entradas	1	-	113	12	-	126
	Saídas	-	-	174	150	-	324
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	Entradas	68	-	53	87	42	250
	Saídas	54	-	222	52	11	339
TOTAL	Entradas	125	13	465	137	46	786
	Saídas	179	13	467	346	82	1.087

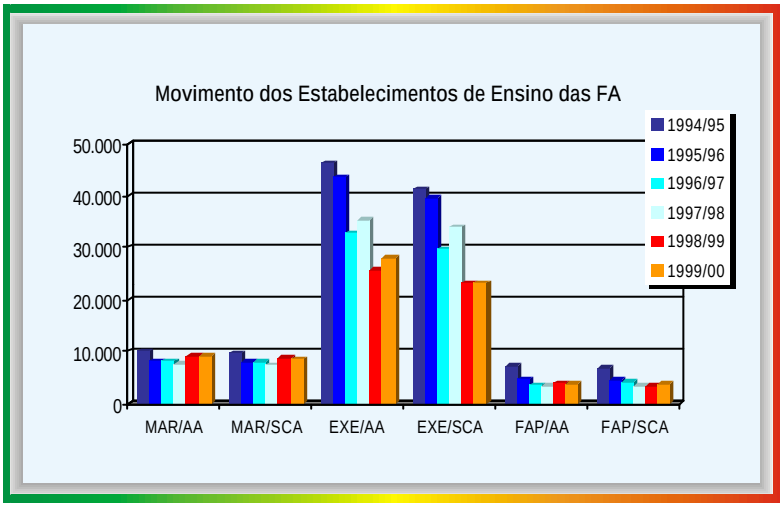
4.2 – FORMAÇÃO E TREINO

4.2.1 – Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA's

(Pessoal Militar, Militarizado e Civil das Forças Armadas)

	Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	1999/2000	8.995	27.931	3.795	40.721
	Dados retrospectivos dos últimos 5 anos				
	1998/1999	9.083	25.632	3.859	38.574
	1997/1998	7.523	35.393	3.330	46.246
	1996/1997	8.100	32.734	3.605	44.439
	1995/1996	8.153	43.607	4.721	56.481
	1994/1995	9.985	46.260	7.219	63.464

Saídas com aproveitamento	1999/2000	8.617	23.211	3.679	35.507
	Dados retrospectivos dos últimos 5 anos				
	1998/1999	8.735	23.148	3.396	35.279
	1997/1998	7.300	34.004	3.369	44.673
	1996/1997	7.852	29.706	4.175	41.733
	1995/1996	7.860	39.400	4.422	51.682
	1994/1995	9.674	41.270	6.845	57.362



MAR - Marinha
EXE - Exército
FAP - Força Aérea Portuguesa
AA - Alunos admitidos
SCA - Saídas com aproveitamento

4.2.2 – Pessoal Militar na Efectividade de Serviço que Frequentou Cursos Internos

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de Formação	3.984	25.135	1.299	30.418
Cursos de Promoção	334	799	117	1.250
Cursos de especialização ou qualificação	4.544	2.312	1.684	8.540
Cursos de actualização	133	-	-	133
TOTAL	8.995	28.246	3.100	40.341

4.2.3 – Pessoal Militar que Frequentou Cursos no Estrangeiro

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Curta (até um mês)	25	21	34	80
Média (de um a três meses)	3	-	3	6
Longa (mais de três meses)	11	23	-	34
TOTAL	39	44	37	120

Anexo ao quadro 4.2.1

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a)

(Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)

Marinha

Instituto Superior Naval de Guerra (Lisboa)
Escola Naval (Alfeite)
Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite)
Grupo n.º 1 de Escolas da Armada (Vila Franca de Xira):
- Escola de Máquinas
- Escola de Electrotecnia
- Escola de Abastecimento

Grupo n.º 2 de Escolas da Armada (Alfeite):
- Escola de Artilharia Naval
- Escola de Comunicações
- Escola de Armas Submarinas
- Escola de Informações de Combate
- Escola da Marinharia
- Escola de Tecnologia de Educação e Treino
- Escola de Limitação de Avarias

Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro)
Escola de Submarinos (Alfeite)
Escola de Mergulhadores (Alfeite)
Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa)
Escola de Faroleiros (Paço de Arcos)
Centro de Educação Física da Armada (Alfeite)
Centro de Instrução de Táctica Naval (Alfeite)
Centro de Instrução de Informática (Lisboa)
Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo)
Centro de Instrução da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha (Alfeite)
Centro Naval de Ensino àDistância (Lisboa)
Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (b)

Exército

Instituto de Altos Estudos Militares (Pedrouços)
Academia Militar (Lisboa)
Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora)
Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha)
Escola Prática de Infantaria (Mafra)
Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas)
Escola Prática de Cavalaria (Santarém)
Escola Prática de Engenharia (Tancos)
Escola Prática de Transmissões (Porto)
Escola Prática do Serviço de Material (Entroncamento)
Escola Prática de Administração Militar (Póvoa de Varzim)
Escola Prática do Serviço de Transportes (Figueira da Foz)

Escola Militar de Electromecânica (Paço de Arcos)
Escola de Tropas Aerotransportadas (Tancos)
Escola do Serviço de Saúde Militar (Lisboa)
Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa)
Centro de Informática do Exército (Lisboa)
Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra)
Centros de Instrução de Praças:
- (Região Militar do Norte, Governo Militar de Lisboa, Campo Militar de St.ª Margarida, Região Militar Sul, Zonas Militares dos Açores e Madeira)

Instituto Geográfico do Exército (Lisboa)
Banda do Exército (Queluz)

Força Aérea

Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (Sintra)
Academia da Força Aérea (Sintra)
Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra)
Esquadra 101/ Epsilon (Beja)
Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja)
Esquadra 301 / Alfa Jet (Beja)
Esquadra 552 / AL III (Beja)
Esquadrilha 802 (BA 1 Sintra)
Esquadra 502 / Aviocar (Sintra)
Esquadra 401 / Aviocar / Fotografia / Geofísica (Sintra)
Esquadra 505 / FTB 337 (Sintra)
Esquadra 201 / F16 (Monte Real)
Esquadra 501 / C-130 (Montijo)
Esquadra 504 / Falcon (Montijo)

Esquadra 751 / Puma (Montijo)
Esquadra 601 / P- 3P (Montijo)
Esquadra 711/ Aviocar / Puma (Lages)Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota):
- Escola de Sargentos da Força Aérea (ESARFA)
- Escola de Língua Inglesa (ELI)
- Escola de Formação Pedagógica de Formadores
- Área de Formação Técnica de Operação

Banda de Música da Força Aérea (Lisboa)
Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (BA 6 - Montijo)
Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar)
Centro de Medicina Aeronáutica (Lisboa)
Direcção de Informática (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas.
(b) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima.

SAÚDE MILITAR

A missão da Saúde Militar consiste no apoio sanitário aos efectivos militares em qualquer situação, e em especial no apoio directo às forças em operações ou em campanha. Toda a orgânica e treino específico são orientados para essa finalidade.

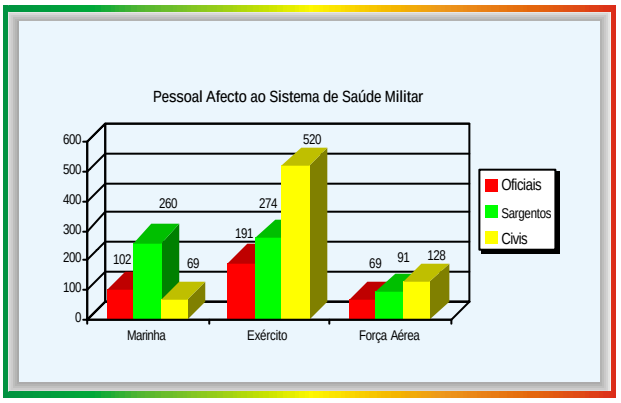
Nas Forças Armadas Portuguesas, cada Ramo possui os seus próprios serviços de saúde, por razões de especificidade da missão e da particularidade dos meios com que actuam.

Os Serviços de Saúde Militar dispõem de pessoal médico, farmacêutico, médico veterinário médico dentista, de enfermagem, técnico de diagnóstico e terapêutica, de socorrismo, auxiliar de acção médica, administrativo e outro, na sua maioria militar, complementado por civis que, distribuídos por hospitais, centros de saúde, enfermarias e postos de socorros, procuram assegurar as necessidades da cobertura sanitária.

As informações necessárias para elaboração das estatísticas da saúde, no que se refere aos hospitais militares – equipamento, pessoal ao serviço, acção desenvolvida e os dados relativos ao pessoal de saúde em serviço nas Forças Armadas – foram fornecidas pelos Ramos.

4.3 – SAÚDE

4.3.1 – Pessoal de Saúde



4.3.1.1 – Médicos Militares e Civis

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- Contra-Almirante; Major-General	1	1	2	4
- Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	7	11	5	23
- Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	16	32	15	63
- Capitão-Tenente; Major	35	21	14	70
- 1º Tenente; Capitão	14	22	17	53
- 2º Tenente; Tenente	3	11	20	34
- Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	3	-	3
- Aspirante a Oficial	3	9	-	12
Civis dos QPC	-	121	16	137
Civis contratados e avençados	18	178	31	227
TOTAL	97	409	120	626

Nota: Inclui Dentistas/Estomatologistas

4.3.1.2 – Farmacêuticos Militares e Civis

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	2	3	-	5
- Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	3	14	-	17
- Capitão-Tenente; Major	3	9	-	12
- 1º Tenente; Capitão	3	4	-	7
- 2º Tenente; Tenente	1	9	-	10
- Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
- Aspirante a Oficial	-	3	-	3
Civis dos QPC	-	-	1	1
Civis contratados e avençados	-	-	-	-
TOTAL	12	42	1	55

4.3.1.3 – Técnicos de Farmácia Militares e Civis

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- Sargento-Mor	-	1	-	1
- Sargento-Chefe	-	6	-	6
- Sargento-Ajudante	-	7	-	7
- 1º Sargento	-	14	-	14
- 2º Sargento	-	-	-	-
Civis dos QPC (Inclui 2 Técnicos de Laboratório)	15	6	-	2
TOTAL	15	34	-	49

4.3.1.4 – Enfermeiros Militares e Civis

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- 1º Tenente; Capitão	-	1	7	8
- 2º Tenente;Tenente	-	4	-	4
- Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	7	-	7
- Sargento-Mor	8	5	-	13
- Sargento-Chefe	14	21	4	39
- Sargento-Ajudante	44	44	11	99
- 1º Sargento	118	68	61	247
- 2º Sargento	20	13	9	42
- Subsargento; Furriel	-	15	-	15
Civis dos QPC	12	119	37	168
Civis contratados e avençados	-	19	-	19
TOTAL	216	316	129	661

4.3.1.5 – Técnicos Paramédicos Militares e Civis

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- Sargento-Mor	-	5	-	5
- Sargento-Chefe	-	5	-	5
- Sargento-Ajudante	-	26	-	26
- 1º Sargento	29	20	-	49
- 2º Sargento	-	-	-	-
- Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Civis dos QPC	11	62	30	103
Civis contratados e avençados	-	15	3	18
TOTAL	40	133	33	206

Nota: Os Civis correspodem à categoria de Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica.

4.3.1.6 – Médicos Veterinários Militares e Civis

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	-	2	-	2
- Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	-	10	-	10
- Capitão-Tenente; Major	-	6	-	6
- 1º Tenente; Capitão	-	3	-	3
- 2º Tenente; Tenente	-	6	-	6
- Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
- Aspirante a Oficial	-	-	-	-
Civis contratados e avençados	-	-	5	5
TOTAL	-	27	5	32

4.3.1.7 – Enfermeiros Veterinários Militares e Civis

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
- Sargento-Mor	-	2	-	2
- Sargento-Chefe	-	5	-	5
- Sargento-Ajudante	-	11	-	11
- 1º Sargento	-	6	-	6
- 2º Sargento	-	-	-	-
- Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Civis dos QPC	-	-	-	-
TOTAL	-	24	-	24

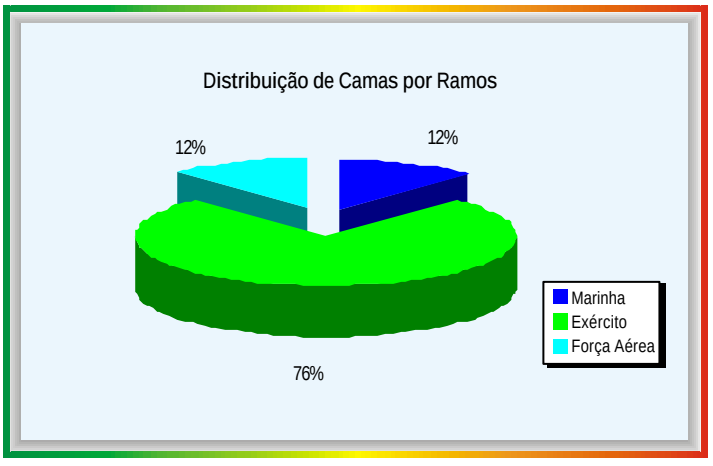
4.3.2 – Hospitais Militares

4.3.2.1 – Camas, Segundo o Fim a que se Destinam

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Internamento geral				
- Lotação oficial	103	719	90	912
- Lotação praticada	103	588	80	771
Serviços de Urgência	-	22	-	22
Recobro de Operações	-	18	8	26
Cuidados Intensivos	5	4	-	9
Outros	-	3	9	12
TOTAL (*)	108	766	107	981

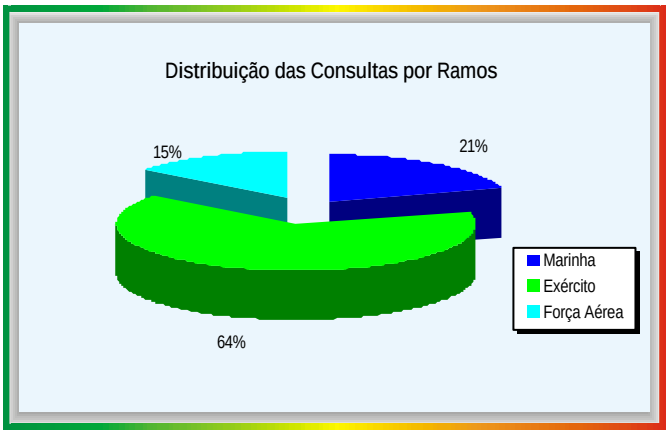
(*) Considerada a «lotação oficial» das camas de «internamento geral»



4.3.2.2 – Consultas Efectuadas, por Especialidades, nos Hospitais Militares

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cardiologia	2.680	10.311	2.051	15.042
Cirurgia geral	3.152	9.076	2.087	14.315
Cirurgia pediátrica	-	486	-	486
Cirurgia plástica reconstrutiva	458	2.226	1.040	3.724
Cirurgia vascular / angiologia	1.128	2.306	-	3.434
Dermatovenerologia	6.910	8.286	2.356	17.552
Endocrinologia	1.678	5.757	-	7.435
Estomatologia	8.982	17.678	5.133	31.793
Fisiatria	1.346	7.151	1.599	10.096
Gastroenterologia	2.491	3.402	1.322	7.215
Ginecologia	2.264	9.886	81	12.231
Hematologia	1.648	399	-	2.047
Imunoalergologia respiratória	-	518	-	518
Infecciologia	-	574	-	574
Medicina interna	2.329	11.494	1.079	14.902
Nefrologia	-	954	-	954
Neurocirurgia/Neurologia	2.818	6.855	1.214	10.887
Obstetrícia	-	1.771	-	1.771
Oftalmologia	4.730	19.183	2.506	26.419
Oncologia médica	-	2.339	702	3.041
Ortopedia	5.543	19.487	2.869	27.899
Otorrinolaringologia	4.745	12.012	5.048	21.805
Pediatria cirúrgica	-	463	-	463
Pediatria médica	-	2.430	-	2.430
Pneumologia	817	5.372	341	6.530
Psiquiatria	1.854	9.223	1.171	12.248
Reabilitação cardíaca	-	752	-	752
Reumatologia	2.760	1.677	-	4.437
Urologia	3.307	8.230	2.093	13.630
Outras	1.349	18.688	11.745	31.782
TOTAL	62.989	198.986	44.437	306.412
Subtotal Homens	43.789	109.442	25.659	178.890
Subtotal Mulheres	19.200	89.544	18.778	127.522



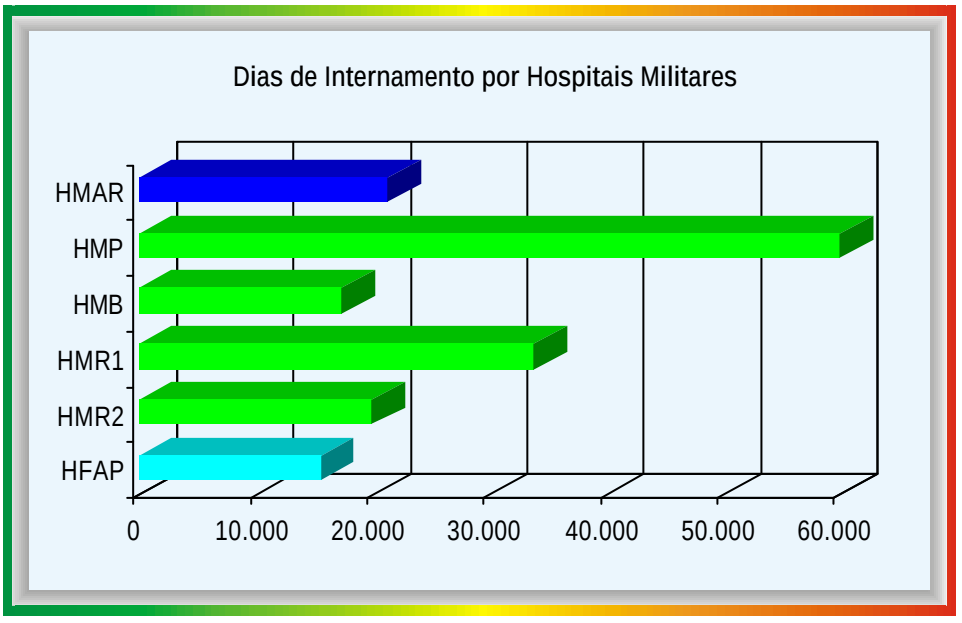
4.3.2.3 – Evolução do Total de Consultas nos Hospitais Militares

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2000	62.989	198.986	44.437	306.412
Dados retrospectivos				
1999	76.445	214.943	49.026	340.414
1998	59.657	187.752	46.737	294.146
1997	62.158	181.905	43.672	287.735
1996	65.476	136.575	40.837	242.888
1995	69.591	143.509	34.123	247.223

4.3.2.4 – Movimentos de Internados nos Hospitais Militares

Ano: 2000

Ramo das FA's / Movimentos	Marinha (HMAR)	Exército					F. Aérea (HFA)	TOTAL
		HMP	HMB	HMR1	HMR2	Subtotal		
Vindos do ano anterior	54	207	47	72	-	326	26	406
Entrados (total)	913	3.308	103	2.412	1.646	7.469	1.446	9.828
Transferidos:								
- De outra valência / especialidade	19	-	-	482	-	482	-	501
- De outro Hospital	338	-	201	52	7	260	-	598
Total Entrados	1.270	3.308	304	2.946	1.653	8.211	1.446	10.927
Saídos (total)	1.007	3.792	1.378	2.633	1.646	9.449	1.387	11.843
- Falecidos	93	108	64	43	4	219	31	343
Transferidos:								
- Para outra valência/especialidade	144	-	-	538	-	538	-	682
- Para outro Hospital	22	-	53	270	9	332	-	354
Total Saídos	1.266	3.900	1.495	3.484	1.659	10.538	1.418	13.222
Transitados para ano seguinte	58	127	56	69	-	252	28	338
Total de dias de Internamento	21.362	75.832	17.412	33.842	20.000	147.086	15.564	184.012



4.3.2.5 – Actos de Terapêutica Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Transfusões de sangue total	85	2.661	-	2.746
Transfusões de plasma humano	5	500	-	505
Transfusões outros componentes sangue	147	132	-	279
Tratamentos fisiátricos	60.061	137.875	51.184	249.120
Próteses	-	1.647	-	1.647
Ortóteses	-	-	-	-
Tratamentos por radiações	-	-	-	-
Hemodiálise	-	6.043	-	6.043
Outros	6.397	53.848	6.059	66.304
TOTAL	66.695	202.706	57.243	326.644

4.3.2.6 – Actos de Diagnóstico Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Análises clínicas	229.894	787.437	155.074	1.172.405
Exames radiológicos	14.960	81.370	13.906	110.236
Exames radiológicos computorizados	1.597	-	1.470	3.067
Exames anatomopatológicos	-	5.707	1.151	6.858
Autópsias	-	12	-	12
Exames endoscópicos	705	4.187	1.442	6.334
Electrocardiogramas	6.217	23.459	4.915	34.591
Electroencefalogramas	162	5.489	320	5.971
Exames mio-eléctricos	-	377	-	377
Exames ecográficos	2.659	8.065	2.063	12.787
Exames hemodinâmicos	464	699	-	1.163
Outros	605	37.470	9.167	47.242
TOTAL	257.263	954.272	189.508	1.401.043

4.3.2.7 – Pessoal ao Serviço nos Hospitais Militares

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Administração	2	7	1	10
Médico:				
- Especialistas e Chefes de Clínica	66	124	66	256
- Do Internamento Especialidade	-	25	12	37
- Do Internamento Policlínico	-	26	-	26
Enfermagem	108	126	86	320
Farmácia	17	18	1	36
Serviço complementar de diagnóstico e terapêutica	35	67	35	137
TOTAL	228	393	201	822

ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

Sistema de comparticipação alternativo de cuidados de saúde dos militares das Forças Armadas.

Beneficiários

São beneficiários das ADM os militares e familiares a cargo que reúnam as condições estabelecidas pela Portaria n.º 67/75, de 4 de Fevereiro, aos quais são concedidas as regalias inerentes à assistência médica e medicamentosa.

4.4 – ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FA's

4.4.1 – Evolução do Número de Beneficiários

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2000	46.874	83.184	27.367	157.425
Dados retrospectivos				
1999	46.720	84.253	27.301	158.274
1998	48.898	93.106	25.619	167.623
1997	49.418	91.822	27.458	168.698
1996	51.099	94.682	26.396	172.177
1995	53.458	93.786	25.907	173.151

4.4.2 – Encargos com a Saúde por Modalidades de Assistência

(milhares de contos) Ano:2000

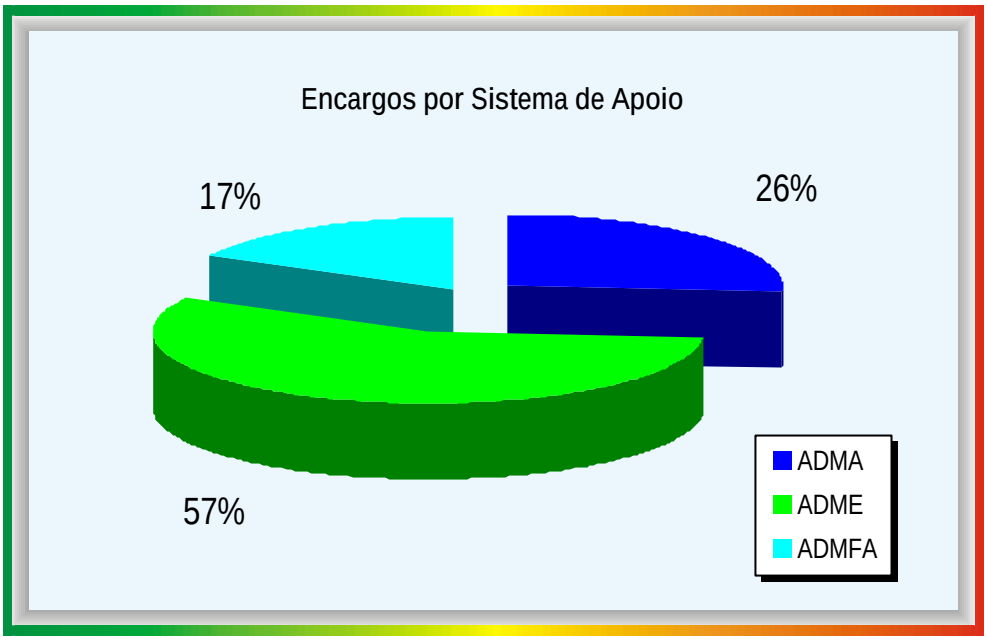
Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
Medicamentos	1.641,9	3.843,2	1.152,9	6.638,0
Internamentos	991,1	2.256,2	552,3	3.799,6
Consultas	581,3	831,0	349,1	1.761,4
Instrumentos de Prótese e Estomatologia	661,4	860,4	555,0	2.076,8
Meios Complementares de Diagnóstico	519,6	569,0	438,9	1.527,5
Diversos (*)	429,5	2.119,6	124,8	2.673,9
TOTAL	4.824,8	10.479,4	3.173,0	18.477,2

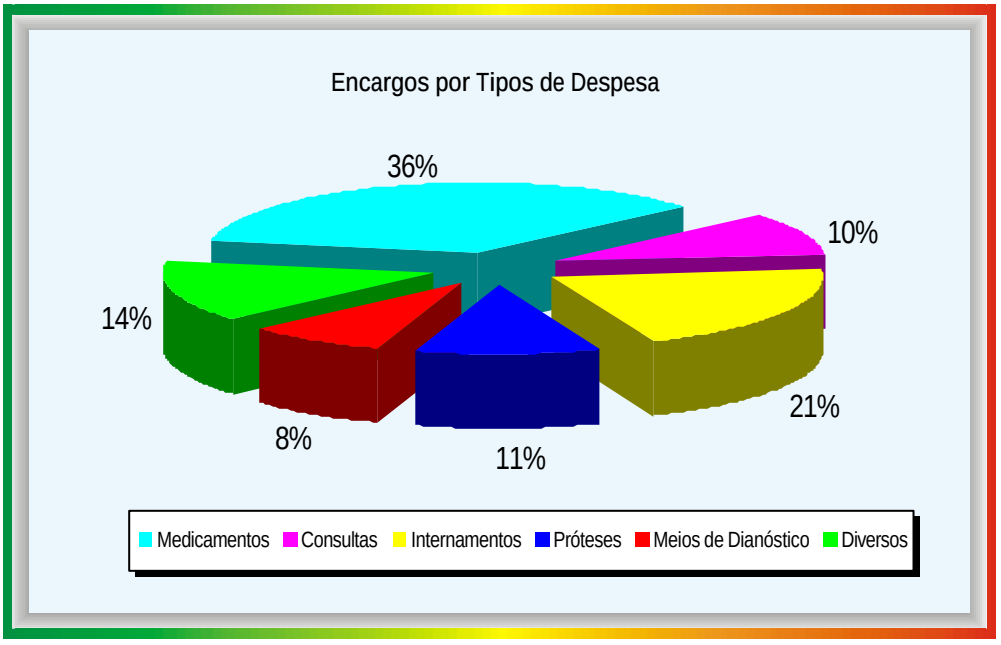
(*) Meios de terapêutica, intervenções cirúrgicas, enfermagem e outros.

4.4.3 – Evolução dos Encargos com a Saúde

(milhares de contos)

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2000	4.824,8	10.479,4	3.173,0	18.477,2
Dados retrospectivos				
1999	4.036,0	11.072,1	2.828,8	17.936,9
1998	4.058,9	11.221,0	2.763,9	18.043,8
1997	4.093,1	8.279,0	2.617,5	14.989,6
1996	3.704,0	7.595,0	2.358,0	13.657,0
1995	3.624,0	8.002,0	2.232,0	13.858,0


Encargos por Sistema de Apoio
17%
26%
57%
ADMA
ADME
ADMFA


Encargos por Tipos de Despesa
36%
10%
14%
21%
8%
11%
Medicamentos
Consultas
Internamentos
Próteses
Meios de Dianóstico
Diversos

JUSTIÇA E DISCIPLINA

A área estatística da Justiça e Disciplina engloba ambas as suas componentes, a Disciplinar e a Penal.

Os responsáveis pelos dados apresentados são, no que toca à matéria disciplinar (quadros 4.5.1, 4.5.2 e 4.5.3), os Ramos das Forças Armadas, enquanto que a matéria penal propriamente dita (quadros 4.5.4 e 4.5.5), ficou a cargo da Polícia Judiciária Militar, actuando a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar como coordenadora.

Trata-se de uma área bastante delicada, em que as comparações apresentadas entre os dados dos Ramos podem gerar visões distorcidas da realidade, dado que o número de efectivos e a dispersão das unidades é muito maior no Exército do que na Marinha ou na Força Aérea.

CONCEITOS

Medalha Militar

A medalha militar, nas diferentes modalidades, destina-se a galardoar serviços notáveis prestados às instituições militares e à Nação e a distinguir altas virtudes reveladas no serviço por militares dos três Ramos das FA's, podendo também ser concedida a militares estrangeiros e a civis nacionais e estrangeiros nos casos expressamente previstos no Regulamento de Medalhas Militares.

Ordens Honoríficas Portuguesas

As ordens honoríficas destinam-se a distinguir, em vida ou a título póstumo, os cidadãos portugueses que se notabilizem por méritos pessoais, por feitos cívicos ou militares ou por serviços prestados ao País, podendo também ser atribuídas a estrangeiros, de harmonia com os usos internacionais.

Processo Disciplinar

É um conjunto ordenado de actos, encadeados entre si de forma lógica, tendentes ao apuramento da existência de uma infracção disciplinar, tendo em vista a aplicação de correspondente sanção, caso a prática da infracção resulte provada.

Processo de Averiguações

Sequência encadeada de actos e diligências levadas a efeito pelo oficial averiguante, tendentes ao apuramento de factualidades indiciárias de eventuais infracções.

Repreensão Simples

Declaração feita, em particular, ao infractor por ter praticado qualquer acto que constitui infracção de dever militar.

Repreensão Agravada

Declaração idêntica à repreensão, tendo lugar nas condições seguintes:

A oficiais e sargentos, é dada na presença de outros oficiais ou sargentos, respectivamente, de graduação superior ou igual à do infractor, mas sempre mais antigos, do comando, unidade ou estabelecimento a que pertencer ou em que estiver apresentado;

A cabos, é dada na presença de praças da mesma graduação de antiguidade superior à sua e às outras praças é dada em formatura da companhia, ou equivalente do comando, unidade ou estabelecimento em que estiver apresentado.

Detenção

A detenção ou proibição de saída consiste na permanência continuada do infractor num aquartelamento ou navio durante o cumprimento da pena, sem dispensa das formaturas e do serviço interno que por escala lhe pertencer.

Prisão Disciplinar

Reclusão do infractor em casa para esse fim destinada, em local apropriado, aquartelamento ou estabelecimento militar, a bordo em alojamento adequado, ou, na sua falta, onde superiormente for determinado, durante o cumprimento da qual, os militares poderão executar, entre o toque de alvorada e o pôr-do-sol, os serviços que lhes sejam determinados.

Prisão Disciplinar Agravada

Reclusão do infractor em casa de reclusão.

4.5 – JUSTIÇA E DISCIPLINA

4.5.1 – Condecorações Atribuídas

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	89	165	20	274
Mérito militar	171	208	98	477
Comportamento exemplar	164	1.459	491	2.114
Mérito do Ramo	238	267	61	566
Ordens honoríficas nacionais	1	32	-	33
Outras	111	749	145	1.005
TOTAL	774	2.880	815	4.469

4.5.2 – Processos Iniciados

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	6	2.665	71	2.742
Disciplinares	150	446	101	697
TOTAL	156	3.111	172	3.439

4.5.3 – Punições Aplicadas

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	9	1	13	23
Repreensão agravada	3	6	10	19
Detenção	74	74	32	180
Prisão disciplinar	14	36	8	58
Prisão disciplinar agravada	4	-	16	20
TOTAL	104	117	79	300

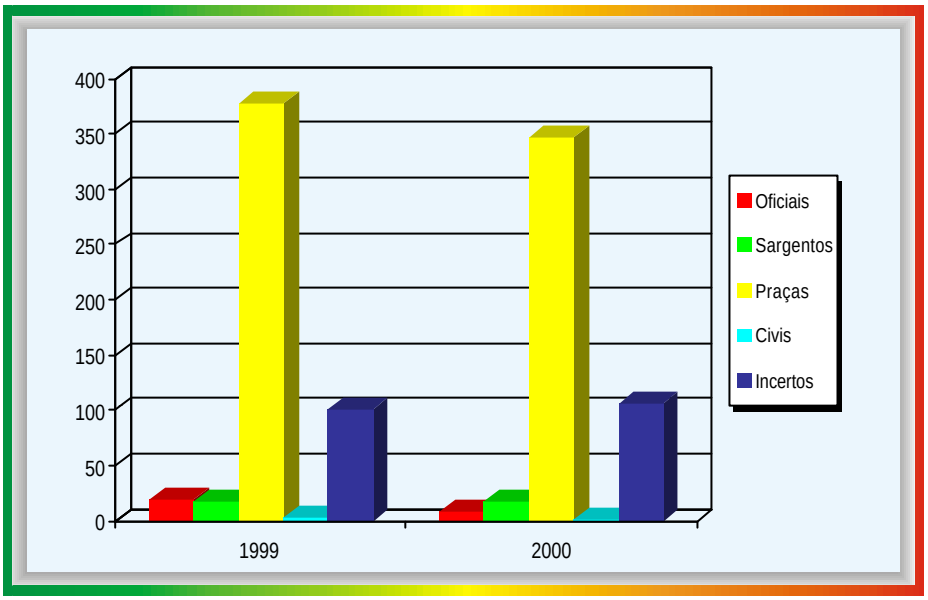
4.5.4 – Processos Instruídos por Indícios de Prática de Crimes

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Traição	-	-	-	-
Espionagem, revelação segredos e aliciação	-	-	-	-
Crimes contra direitos das gentes	-	-	-	-
Insubordinação	3	6	-	9
Ofensa corporal, morte ou incapacidade	-	-	-	-
Ofensas corporais	-	-	-	-
Ofensas por palavras, escritos ou outras	-	-	-	-
Colectiva	-	-	-	-
Abuso de autoridade	-	4	-	4
Violência desnecessária	-	-	-	-
Ofensas corporais (morte)	-	-	-	-
Ofensas corporais	-	-	-	-
Cobardia (Auto-mutilação)	-	-	-	-
Contra a honra e deveres militares	-	5	-	5
Deserção simples	14	223	4	241
Violência entre militares	-	2	-	2
Extravio de artigos militares	-	4	-	4
Contra bens militares e segurança das FA	-	1	-	1
Usurpação de uniformes, distintivos, documentos de identificação e condecorações militares	-	-	-	-
Contra pessoas ou bens	-	-	-	-
Praticados por prisioneiros de guerra e civis estrangeiros	-	-	-	-
Falsidade	1	2	-	3
Infidelidade no serviço militar	2	4	-	6
Furto, roubo, abuso de confiança e burla	36	91	16	143
Homicídio e ofensas corporais culposas	-	2	-	2
Outros	-	1	-	1
TOTAL	56	345	20	421

4.5.5 – Agentes Indiciados de Prática de Crimes do Foro Militar

	1999		2000	
	Qt	%	Qt	%
Oficiais	19	3,68	8	1,67
Sargentos	18	3,48	17	3,55
Praças	377	72,92	347	72,44
Civis	3	0,58	1	0,21
Incertos	100	19,34	106	22,13
TOTAL	517	100,00	479	100,00



DESPORTO

Além das competições internas realizadas anualmente pelas Forças Armadas, o MDN, através da Comissão de Educação Física e Desporto Militar, órgão da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, organiza, em várias modalidades, Campeonatos Nacionais Militares, disputados entre selecções dos Ramos das Forças Armadas e nos quais participam, igualmente, selecções das Forças de Segurança (GNR e PSP).

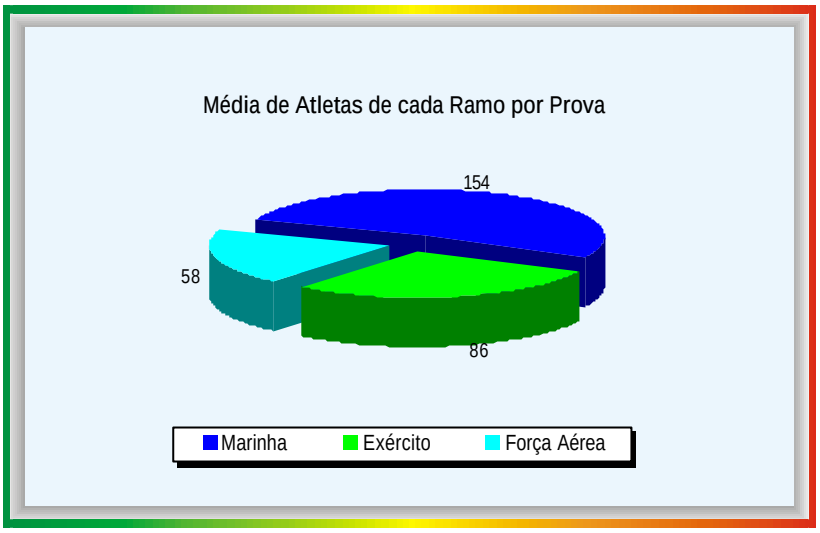
A nível internacional, Portugal participa, normalmente, nos Campeonatos Mundiais Militares, organizados pelo «Conseil International du Sport Militaire» (CISM), com Selecções Nacionais Militares integrando atletas dos três Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança seleccionados entre os elementos que mais se distinguiram nos Campeonatos Nacionais Militares.

4.6 – DESPORTO MILITAR

4.6.1 – Competições Militares por Ramo das Forças Armadas

Ano: 2000

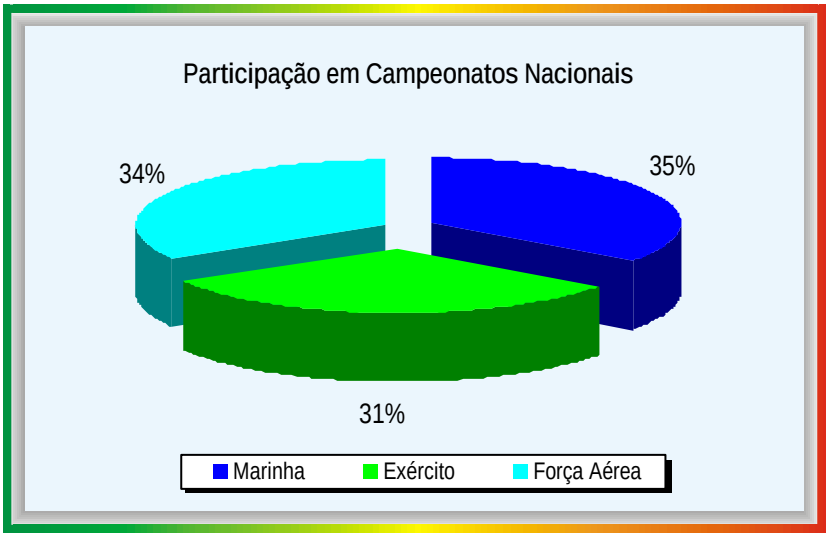
Ramo das FA's / Modalidade	Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas
Andebol	2	216	-	-	-	-	2	216
Atletismo (de pista)	1	90	-	-	-	-	1	90
Atletismo (provas de estrada)	1	128	-	-	-	-	1	128
Basquetebol	2	276	-	-	1	60	3	336
Corta-Mato	1	65	1	205	1	68	3	338
Duatlo	1	17	-	-	1	23	2	40
Equitação	-	-	-	-	-	-	-	-
Esgrima	-	-	-	-	-	-	-	-
Futebol 11	2	302	-	-	-	-	2	302
Futebol 5	2	1.668	-	-	3	360	5	2.028
Judo	1	16	-	-	-	-	1	16
Meia-Maratona	-	-	-	-	1	32	1	32
Natação	2	55	-	-	-	-	2	55
Orientação	2	159	1	121	1	30	4	310
Pára-quedismo Desportivo	-	-	-	-	-	-	-	-
Pentatlo Militar	-	-	1	33	-	-	1	33
Prova D. Nuno Álvares	-	-	-	-	-	-	-	-
Ténis	-	-	-	-	1	19	1	19
Ténis de Mesa	-	-	-	-	1	32	1	32
Tiro de Espingarda	1	36	1	36	-	-	2	72
Tiro de Pistola	2	36	1	36	1	10	4	82
Tiro aos Pratos	-	-	-	-	1	24	1	24
Triatlo	-	-	-	-	-	-	-	-
Vela	-	-	-	-	-	-	-	-
Voleibol	2	316	-	-	1	96	3	412
TOTAL	22	3.380	5	431	13	754	40	4.565



4.6.2 – Pessoal Militar que Participou em Campeonatos Nacionais das Forças Armadas

Ano:2000

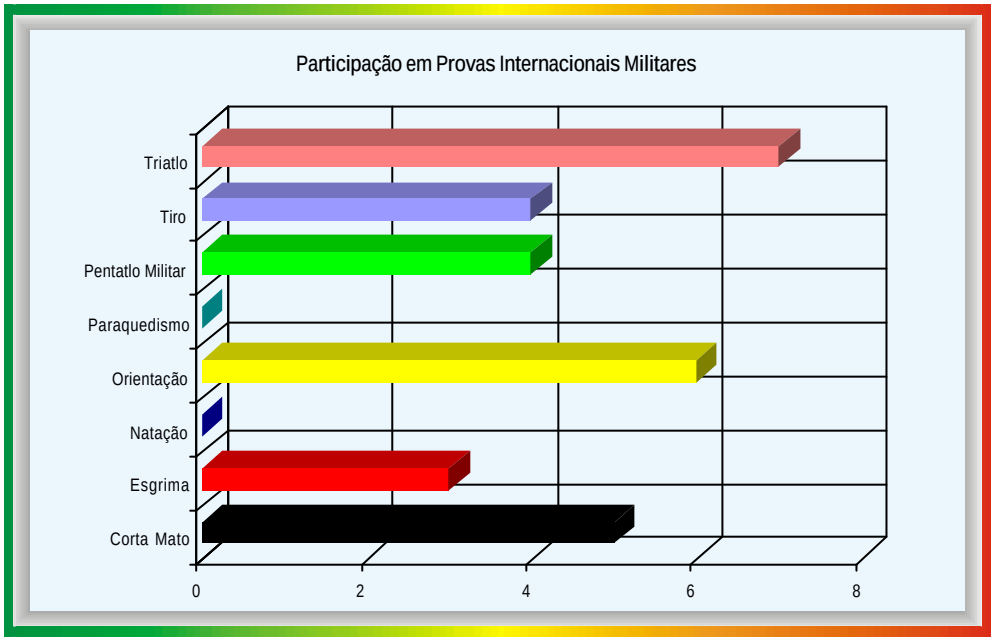
Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Atletismo	18	-	12	30
Basquetebol	24	-	24	48
Corta-Mato	36	35	27	98
Futebol de 5	24	24	28	76
Natação	20	18	19	57
Orientação	16	19	12	47
Tiro	12	18	6	36
Triatlo/Duatlo	6	16	12	34
Voleibol	30	36	39	105
TOTAL	186	166	179	531



4.6.3 – Pessoal Militar que Participou em Provas Internacionais Militares

Ano: 2000

Ramo das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Corta-Mato	4	1	-	5
Esgrima	-	3	-	3
Natação	-	-	-	-
Orientação	1	4	1	6
Pára-quedismo	-	-	-	-
Pentatlo Militar	-	4	-	4
Tiro	-	3	1	4
Triatlo	4	3	-	7
TOTAL	9	18	2	29



NOTA EXPLICATIVA

Os registos apresentados neste capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Infra-Estruturas (DGIE), traduzem diversos elementos caracterizadores, quer do património imobiliário afecto à Defesa Nacional quer do tratamento dos dados estatísticos, quer ainda das iniciativas e incentivos das boas práticas ambientais nas Forças Armadas Portuguesas. Com o objectivo de recolha dos elementos actualizados, a DGIE diligenciou contactos com as entidades responsáveis pela gestão dos referidos pelouros. Neste sentido, os dados apurados e indicados resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

CONCEITOS

Desamortização de Unidades Imobiliárias

Desafectação de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafectação a outras entidades do Estado e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas colectivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

Alojamento Clássico

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Área Bruta de Construção

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

Área do Terreno

Área bruta do terreno delimitada pelo seu perímetro.

Capacidade de Alimentação

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de Alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

Classificação de Imóveis

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida e regulamentada pelo Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932.

Imóvel de Interesse Público

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

Monumento Nacional

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

Construção Nova

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efectuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

Grandes Reparações de Unidades Imobiliárias

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

Natureza das Unidades Imobiliárias

Qualificação dos prédios em Rústicos, Urbanos ou Mistos, tendo em conta a sua descrição na Matriz Predial.

Servidões das Unidades Imobiliárias

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de carácter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO

Operacional

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das actividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria Quartéis, Bases Aéreas e Bases de Fuzileiros.

Logístico-Administrativo

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

Formação/Instrução

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Cultural

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

Ciência e Tecnologia

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem actividades científicas e tecnológicas – conjunto de actividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc..

Saúde

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

Justiça

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

Apoio Social

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de carácter social).

Mistos

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritária em termos de ocupação de espaço.

Outros

Unidades imobiliárias cujas utilizações não se integram em nenhumas das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

Unidade Imobiliária

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afectárias ou utentes.

Imóvel

Prédio rústico ou urbano, afecto ao MDN, com ou sem personalidade jurídica, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de carácter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

Agrupamento imobiliário

Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

Unidades Imobiliárias Adquiridas

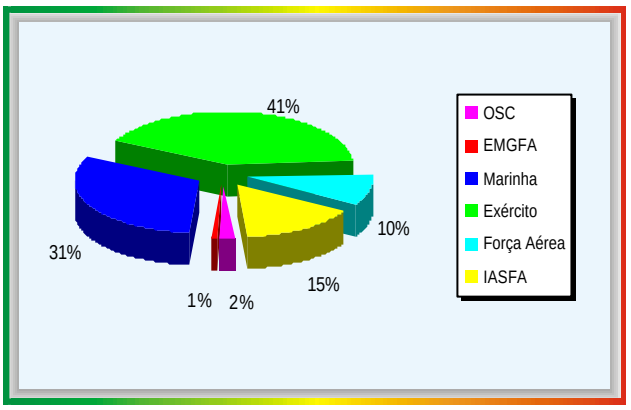
Imóveis que passaram a integrar o património afecto ao MDN, independentemente da forma como a aquisição se processou (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.

5.1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2000

	UI DO ESTADO					IASFA	UI ARRENDADAS						TOTAL
	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea		OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	
Continente	5 (a)	3	246	440	84	171	-	-	7	26	3	-	985
RMN				90						9			99
GML				215						13			228
RMS				117						4			221
CMSM				3						-			3
CTAT				15						-			15
Açores	19	3	96	31	9	3	-	-	11	16	48	-	236
Madeira	-	4	21	12	16	1	-	-	3	4	-	-	61
USA	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL	24	10	363	483	112	175	-	-	21	46	51	-	1.285

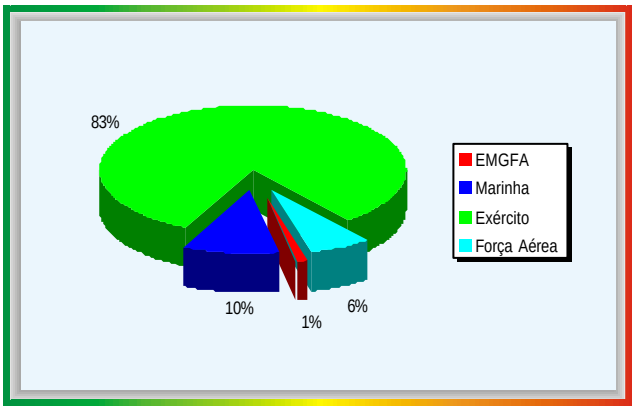
(a) Palácio Bensaúde; PM9/Porto - Castelo da Foz; Edifício IDN - Calçada das Necessidades; Forte de S. Julião da Barra; Edifício Ilha da Madeira (parte).



5.2 – SERVIDÕES DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano:2000

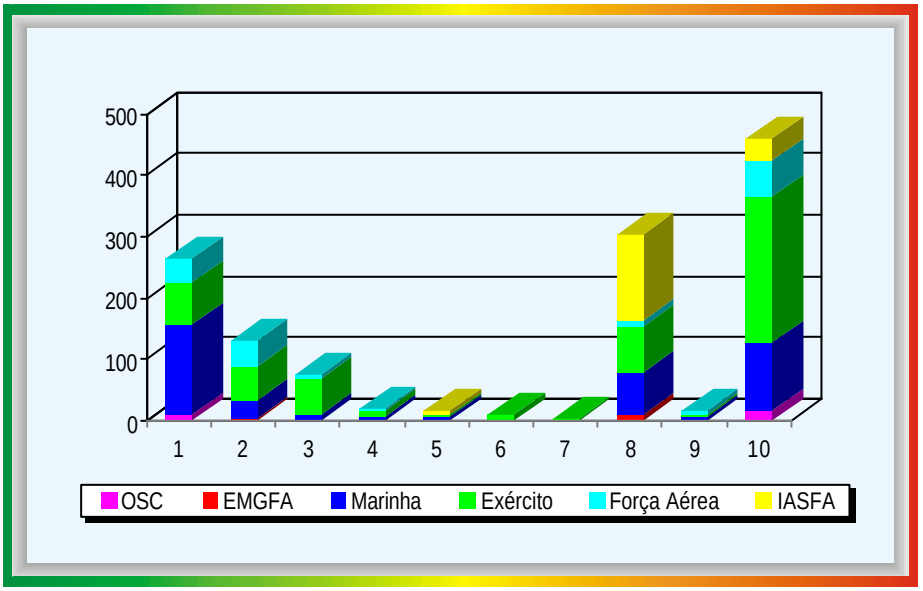
	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Continente	-	14	135	10	159
RMN			41		41
GML			57		57
RMS			34		34
CMSM			1		1
CTAT			2		2
Açores	1	3	4	1	9
Madeira	1	1	4	-	6
TOTAL	2	18	143	11	174



5.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2000

		Tipos de utilização										TOTAL
		Operacional	Logístico-Administrativo	Formação-Instrução	Cultural	Ciência & Tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio Social	Mistos	Outros	
OSC	Continente	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	Açores	3	-	-	-	-	-	-	-	-	16	19
EMGFA	Continente	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	4
	Açores	1	-	-	-	-	-	-	4	-	-	5
	Madeira	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	4
Marinha	Continente	109	19	9	5	5	2	-	40	4	61	254
	Açores	33	10	-	-	2	-	-	22	1	38	106
	Madeira	5	-	-	-	-	-	-	8	-	11	24
Exército	Continente	43	48	54	12	2	8	4	61	4	230	466
	RMN	17	7	14	7	-	2	-	13	2	37	99
	GML	16	31	23	3	2	5	-	31	-	117	228
	RMS	6	10	13	2	-	1	4	16	2	67	121
	CMSM	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3
	CTAT	3	-	4	-	-	-	-	1	-	7	15
	Açores	20	2	3	-	-	-	-	11	2	9	47
	Madeira	4	5	2	-	-	-	-	4		1	16
Força Aérea	Continente	27	28	7	2	-	-	-	6	1	16	87
	Açores	8	7	-	-	-	-	-	3	1	38	57
	Madeira	5	8	-	-	-	-	-	-	2	1	16
	USA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
IASFA	Continente	-	-	-	-	-	-	-	137	-	34	171
	Açores	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3
	Madeira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
TOTAL		264	130	75	19	9	10	4	304	15	458	1.288

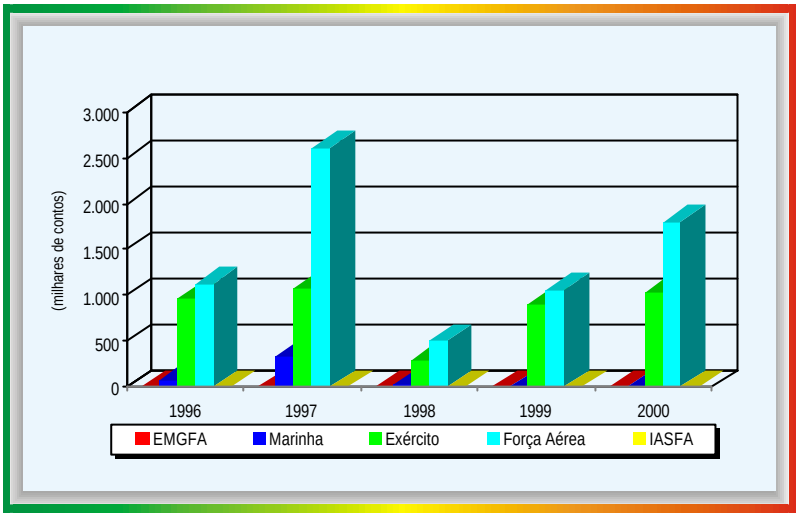


LEGENDA: 1 – Operacional; 2 – Logístico Administrativo; 3 – Formação e Instrução; 4 – Cultural; 5 – Ciência & Tecnologia; 6 – Saúde; 7 – Justiça; 8 – Apoio Social; 9 – Mistos; 10 – Outros

5.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

(milhares de contos)

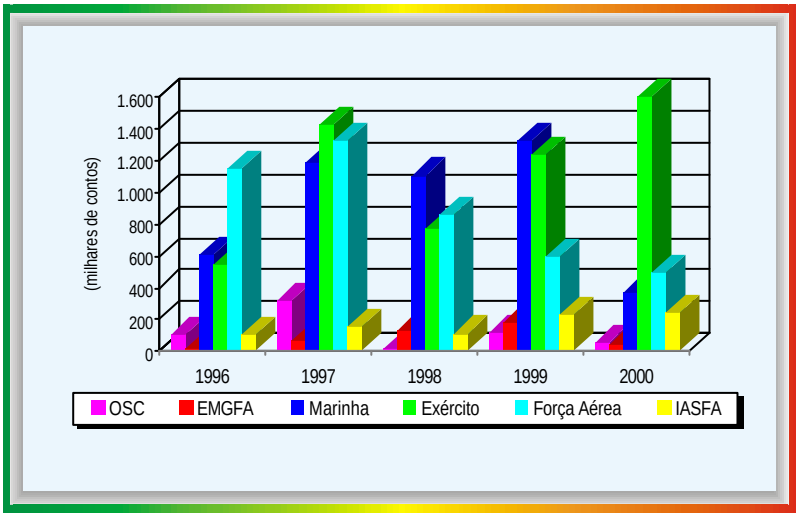
	1996		1997		1998		1999		2000		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
OSC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EMGFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marinha	66,7	3,1	334,2	8,3	17,0	2,1	-	-	-	-	417,9
Exército	961,2	44,7	1.086,4	26,9	290,9	36,1	909,1	46,4	1.033,0	36,5	4.280,6
Força Aérea	1.121,2	52,2	2.610,4	64,8	498,9	61,8	1.049,4	53,6	1.798,0	63,5	7.077,9
IASFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.149,1	100,0	4.031,0	100,0	806,8	100,0	1.958,5	100,0	2.831,0	100,0	11.776,4



5.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

(milhares de contos)

	1996		1997		1998		1999		2000		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
OSC	104,4	4,1	314,9	7,0	20,0	0,7	116,8	3,2	56,0	2,0	612,1
EMGFA	16,0	0,6	64,3	1,4	124,0	4,1	181,0	4,9	43,7	1,5	429,0
Marinha	602,6	23,9	1.190,7	26,7	1.105,4	36,9	1.324,9	35,9	364,3	12,7	4.587,9
Exército	542,3	21,5	1.422,8	31,8	771,4	25,8	1.233,9	33,4	1.652,0	57,8	5.622,4
Força Aérea	1.155,2	45,8	1.326,7	29,7	863,8	28,8	600,1	16,3	498,3	17,4	4.444,1
IASFA	104,8	4,1	153,0	3,4	109,5	3,7	231,3	6,3	245,3	8,6	843,9
TOTAL	2.525,3	100,0	4.472,4	100,0	2.994,1	100,0	3.688,0	100,0	2.859,6	100,0	16.539,4



5.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFECTOS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2000

		Edifícios Classificados		Edifícios em Vias de Classificação		TOTAL
		Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	
OSC	Continente	-	(a) 2	-	-	2
	Açores	-	-	-	-	-
EMGFA	Continente	1	-	-	-	1
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
Marinha	Continente	4	13	-	-	17
	Açores	-	1	-	-	1
	Madeira	-	1	-	-	1
Exército	Continente	26	10	1	2	39
	RMN	4	4	-	-	8
	GML	10	5	1	2	18
	RMS	12	1	-	-	13
	CMSM	-	-	-	-	-
	CTAT	-	-	-	-	-
	Açores		2	-	-	2
	Madeira	1	-	-	-	1
Força Aérea	Continente	-	-	-	2	2
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
IASFA	Continente	-	CAS/RUNA PM59/LISBOA (b)	-	-	2
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
TOTAL		32	31	1	4	68

(a) Forte de S. Julião da Barra (classificado como Imóvel de Interesse Público, pelo Dec. N.º 41 191, de 18.07.1957)
(b) Instalações da ex-Cooperativa Militar

5.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS

(m^2 x 1 000)

	OSC		EMGFA		MARINHA		EXÉRCITO		FORÇA AÉREA		IASFA		TOTAL (a)	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC
Continente	-	-	50,0	30,5	11.316,4	482,5	103.267,4	2628,2	107.857,6	-	-	-	222.491,4	3.141,2
RMN	-	-	-	-	-	-	2.971,8	499,4	-	-	-	-	-	499,4
GML	-	-	-	-	-	-	12.165,7	1.390,6	-	-	-	-	-	1.390,6
RMS	-	-	-	-	-	-	13.716,7	441,5	-	-	-	-	-	441,5
CMM	-	-	-	-	-	-	61.457,8	176,4	-	-	-	-	-	176,4
CTAT	-	-	-	-	-	-	1.250,5	120,3	-	-	-	-	-	120,3
Açores	-	-	42,2	5,0	397,4	28,0	429,5	124,3	7.195,1	-	-	-	8.064,2	157,3
Madeira	-	-	10,7	2,2	158,7	7,0	139,1	76,6	528,1	-	-	-	836,6	85,8
USA	-	-	-	-	-	-	-	-	5,6	-	-	-	5,6	-
TOTAL (a)	-	-	102,9	37,7	11.872,5	517,5	10.383,6	2.829,1	115.586,4	-	-	-	231.397,8	3.384,3

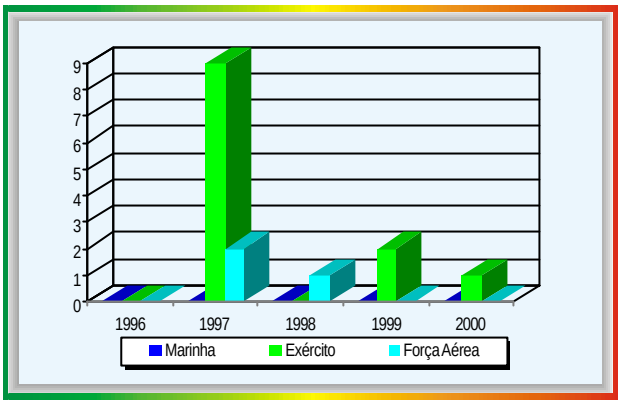
(a) Considerando apenas os dados disponíveis

AT – Área do Terreno

ABC – Área Bruta de Construção

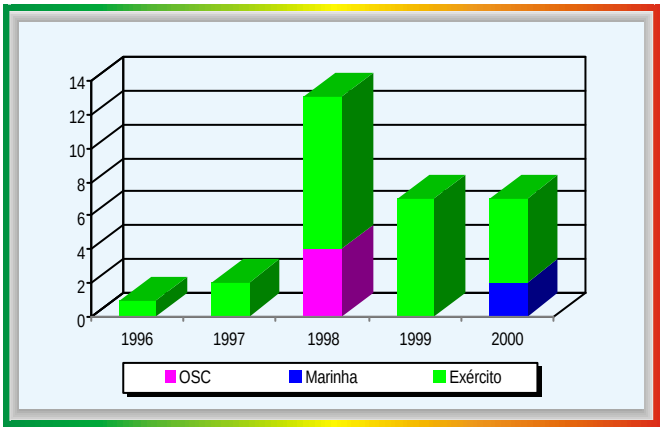
5.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS

	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2000	-	-	-	1	-	-	1
1999	-	-	-	2	-	-	2
1998	-	-	-	-	1	-	1
1997	-	-	-	9	2	-	11
1996	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	12	3	-	15



5.9 – ALIENAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

		1996	1997	1998	1999	2000	TOTAL
OSC	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	4	-	-	4
EMGFA	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
Marinha	Continente	-	-	-	-	2	2
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
Exército	Continente	1	2	9	7	5	24
	RMN	-	-	2	-	-	2
	GML	1	-	4	3	5	13
	RMS	-	1	3	4	-	8
	CMSM	-	1	-	-	-	1
	CTAT	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
Força Aérea	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
	USA	-	-	-	-	-	-
TOTAL		1	2	13	7	7	30



5.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Ano: 2000

	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades
Continente	5	-	215	749	264	1.729	2.962
RMN	-	-	-	190	-	-	190
GML	-	-	-	272	-	-	272
RMS	-	-	-	151	-	-	151
CMSM	-	-	-	100	-	-	100
CTAT	-	-	-	36	-	-	36
Açores	19	-	121	100	194	29	463
Madeira	-	-	36	56	2	-	94
USA	-	-	-	-	3	-	3
TOTAL	24	-	372	905	463	1.758	3.522

5.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

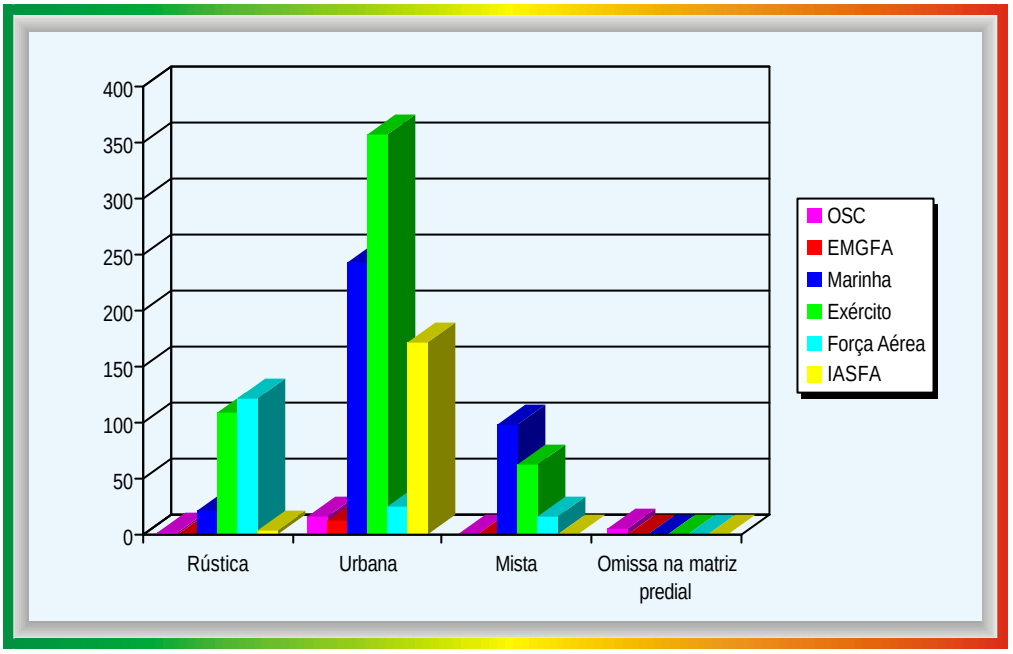
Ano: 2000

			N.º de Unidades / N.º de quartéis e bases		Capacidade de Alojamento / N.º de camas		Capacidade de Alimentação / N.º de refeições servidas/hora	
Marinha	Continente		-	14	-	9.022	-	10.084
		ZMN	2	-	63	-	70	-
		ZMC	10	-	8.893	-	9.904	-
		ZMS	2	-	66	-	110	-
	Açores		-	2	-	99	-	228
	Madeira		-	2	-	72	-	60
Exército	Continente		76	56	29.122	28.205	29.090	21.590
		RMN	33	29	11.784	9.511	12.010	8.280
		GML	18	-	9.035	-	10.320	-
		RMS	13	13	8.303	8.303	6760	6.760
		CMSM	12	10	-	5.370	-	3.280
		CTAT	-	4	-	5.021	-	3.270
	Açores		-	8	-	1.479	-	855
	Madeira		-	3	-	1.100	-	750
Força Aérea	Continente		-	17	-	6.529	-	6.495
	Açores		-	1	-	390	-	136
	Madeira		-	1	-	-	-	-
	USA		-		-	-	-	-
TOTAL				104		46.896		40.198

5.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2000

	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na Matriz Predial	TOTAL
OSC	2	16	1	6	25
EMGFA	-	12	1	-	13
Marinha	22	243	98	-	363
Exército	109	357	63	-	529
Força Aérea	122	25	16	-	163
IASFA	3	172	-	-	175
TOTAL	258	825	179	6	1.268



SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

NOTA EXPLICATIVA

Tendo em conta as competências atribuídas à DGIE relativamente ao tratamento dos dados estatísticos recolhidos de acordo com o formulário aprovado pelo CSTID (Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa), e no intuito de uma informação mais alargada e melhorada, são englobados neste capítulo os quadros com dados da área dos Sistemas e Tecnologias da Informação, que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos, Órgãos e Serviços Centrais (OSC) do MDN, Polícia Judiciária Militar (PJM), Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), Inspecção-Geral da Defesa Nacional (IGDN) e Instituto de Defesa Nacional (IDN).

CONCEITOS

1. Hardware

Computador de grande porte (Mainframe)

Sistema central desenhado para suprir as necessidades de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina significativos – geralmente sistemas proprietários e instalados num centro de informática – e que obrigam a condições ambientais e de instalação específicas.

Inclui todo o equipamento central (ex.: unidade de bandas, de discos, impressoras, *front-end* de comunicações, etc.).

Minicomputador (Departamental)

Sistema de médio porte, multi-utilizador, desenhado para suprir as necessidades de um departamento de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina médios, possibilitando a sua portabilidade e geralmente utilizando sistemas operativos do tipo UNIX, OS/400 ou Windows NT, etc.

Micro-computador (PC's)

Sistema de pequeno porte, normalmente monoposto e de uso pessoal, com capacidade de processamento e comunicações próprias, orientados para o tratamento de aplicações de uso geral.

Inclui a unidade de processamento, o monitor, o teclado e o rato. O equipamento deverá ser considerado enquanto solução autónoma, bem como quando utilizado em rede.

Periférico

Dispositivo ligado e controlado por um computador e susceptível de com ele comunicar (ex.: impressoras, *drives* de disco, *scanners*, etc.).

Inclui os terminais não inteligentes dos computadores de grande porte e dos minicomputadores.

Comunicações

Engloba os equipamentos de rede (ex.: *routers, bridges, switches, gateways,* repetidores, concentradores, etc.) e o respectivo suporte físico (ex.: fibra óptica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, *wireless*, etc.).

2. Software

Sistema operativo

Programa ou conjunto coordenado de programas de controlo que gerem as funções internas do computador e que disponibilizam meios de controle das respectivas tarefas (ex.: Windows 95/98/NT, UNIX, OS2, MS-DOS, Novell, etc.).

Inclui para os computadores de grande porte todo o software indispensável para o seu correcto funcionamento.

SGBD – Sistema de gestão de base de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: ORACLE, DB2, SQL Server, etc.).

Ferramenta de desenvolvimento

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objectivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, *linker* e *debugger* e uma livraria de módulos e funções prontas a usar (ex.: C, Pascal, Visual Basic, Java, etc.).

Ferramenta de produtividade individual

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objectivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

SW de transferência de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: mail, EDI, PC3270, FTP, TCP-IP, SNA, etc.).

SW de segurança

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: Firewall, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

SW aplicacional

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

3. Serviços

Desenvolvimento de SW

Actividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas àmedida, contratadas a um fornecedor externo àorganização.

Manutenção de HW e SW

Actividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

Formação

Acções de formação na área dos Sistemas e Tecnologias de Informação (SI/TI).

Comunicações

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

Consultoria

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

Outro *Outsourcing*

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

5.13 - SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

5.13.1 - Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

(contos)

EQUIPAMENTO	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
HARDWARE						
Computador de Grande Porte	-	39.600	4.540	68.270	-	112.410
Minicomputadores	1.881	-	2.249	55.005	16.617	75.752
Microcomputadores	52.819	18.406	133.551	151.413	12.775	368.964
Periféricos	31.584	2.091	51.789	87.292	23.549	196.305
Comunicações	2.125	-	15.819	8.450	239.220	265.614
SUBTOTAL	88.409	60.097	207.948	370.430	292.161	1.019.045
SOFTWARE						
Sistemas Operativos	14.370	10.169	12.703	57.565	13.241	108.048
SGBD	2.460	-	1.408	23.886	368	28.122
Ferramentas de Desenvolvimento	-	-	7.561	30.493	-	38.054
Ferramentas de Produtividade Individual	8.236	-	5.719	18.344	10.201	42.500
Transferência de Dados	53	-	2.290	7.025	-	9.368
SW de Segurança	676	2.453	3.607	2.369	1.802	10.907
SW Aplicacional	1.993	8.827	9.997	70.165	6.516	97.498
SUBTOTAL	27.788	21.449	43.285	209.847	32.128	334.497

(*) Inclui os OSC, PJM, IASFA, CPHM, IGDN e IDN.

5.13.1 - Despesas com Aquisição de Bens e Serviços (continuação)

(contos)

EQUIPAMENTO	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
SERVIÇOS						
Desenvolvimento de SW	6.271	6.480	6.600	78.534	19.118	117.003
Manutenção de HW e SW	142	-	149.693	81.269	135.348	366.452
Formação	3.547	-	7.426	35.341	17.037	63.351
Comunicações	1.017	-	8.715	-	8.554	18.286
Consultoria	7.386	-	5.198	9.839	9.828	32.251
Outro Outsourcing	-	-	449	67.935	-	68.384
SUBTOTAL	18.363	6.480	178.081	272.918	189.885	665.727
TOTAL	134.560	88.026	429.314	853.195	514.174	2.019.269

(*) Inclui os OSC, PJM, IASFA, CPHM, IGDN e IDN.

5.13.2 - Existências (1)

Ano: 2000

EQUIPAMENTO	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
HARDWARE						
Computador de Grande Porte	-	1	1	1	1	4
Minicomputadores	8	-	42	247	34	331
Microcomputadores	700	400	2.420	5.153	2.555	11.228
Periféricos	703	230	1.894	4.835	1.220	8.882
Comunicações	49	7	138	571	10	775
SOFTWARE						
Sistemas Operativos	741	401	2.470	5.400	2590	11.602
SGBD	92	2	96	89	237	516
Ferramentas de Desenvolvimento	27	12	95	100	57	291
Ferramentas de Produtividade Individual	1.184	400	910	480	2.586	5.560
Transferência Dados	171	105	511	376	750	1.913
SW de Segurança	694	330	812	38	2.501	4.375
SW Aplicacional	42	17	142	69	153	423

(1) Considerou-se somente o HW instalado e, relativamente ao SW, o número de licenças em exploração.

(*) Inclui os OSC, PJM, IASFA, CPHM, IGDN e IDN.

PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

NOTA EXPLICATIVA

O Prémio Defesa Nacional e Ambiente foi criado em 1993, por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, tendo como objectivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas Portuguesas, vincando assim as suas preocupações pela preservação dos recursos naturais do nosso país.

O Regulamento do Prémio actualmente em vigor foi aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 1024/2000 dos Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, publicado no Diário da República – II série, n.º 242, de 19 de Outubro.

5.14 - PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

5.14.1 - Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo FA's	1996	1997	1998	1999	2000	TOTAL
MARINHA	-	5	3	-	-	8
EXÉRCITO	1	1	6	4	5	17
FORÇA AÉREA	-	-	2	1	2	5
TOTAL	1	6	11	5	7	30

5.14.2 - Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo FA's	1996	1997	1998	1999	2000
MARINHA	-	Direcção de Infra-Estruturas da Armada – Despoluição do Rio Tejo / Ligação da rede de esgotos do Alfeite à ETAR da Câmara Municipal de Almada.	-	-	-
EXÉRCITO	Campo Militar de Santa Margarida	-	Actividades desenvolvidas pelo Campo Militar de Santa Margarida.	Tratamento de resíduos hospitalares no Hospital Militar Regional n.º 2.	Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental segundo a Norma ISO 14001 no Instituto Geográfico do Exército.
FORÇA AÉREA	-	-	-	-	-

NOTA EXPLICATIVA

Este capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED), descreve os dados referentes às exportações e importações de Material de Defesa, Equipamentos de Defesa, Logística e Investigação e Desenvolvimento (I&D).

Os dados apurados e indicados nos quadros respectivos, resultaram da contribuição do EMGFA, dos Ramos das FA's, do IASFA e da consulta efectuada às Indústrias Nacionais de Armamento e afins, sendo os restantes elementos provenientes das actividades normais da DGAED.

CONCEITOS

Carro de Combate

Viatura de combate blindada e de auto-propulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro directo para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo o terreno, com um elevado nível de auto-protecção, e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

Avião de Combate

Avião de asa-fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não-guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qualquer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares tais como avião de transporte não armado, reconhecimentos ou guerra electrónica.

Helicóptero de Combate

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

Fragata

Navio de 1500 a 3500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti-superfície, anti-aéreo e anti-submarino e cuja missão principal é a escolta e a luta anti-submarina.

Corveta

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre os 60 e 100 metros, com armamento semelhante mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

Patrulha

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e com comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

Lancha de Desembarque

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

Lancha de Fiscalização

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

Navio

Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

Reabastecedor

Navio com deslocamento entre 5000 e 10000 toneladas e com comprimento entre os 40 e os 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

Submarino

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efectuar operações navais em imersão.

Unidade Auxiliar de Marinha

Navio e embarcação que, pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam, não deva ser considerada como unidade naval.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

Os dados incluídos nos quadros 6.1.1 e 6.1.2 foram obtidos a partir das exportações efectuadas pelas indústrias de defesa nacionais ou equiparadas, tendo-se desagregado por áreas do globo. Os elementos indicados referem-se a bens, equipamentos e tecnologias de uso exclusivamente militar que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de Novembro, possam pôr em risco os interesses estratégicos nacionais ou a defesa do país e são controlados pelo MDN.

Pela Portaria n.º 439/94, de 29 de Junho, ficaram enumerados os "itens" cujas operações de importação/exportação carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED.

Os dados relativos ao quadro 6.1.3 foram obtidos a partir das importações efectuadas pelas indústrias e organismos nacionais e foram apurados tendo por base o Decreto Lei n.º 436/91 e Portaria n.º 439/94.

6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

6.1.1 – Exportações de Materiais, Equipamentos e Tecnologias de Defesa – Valores Globais

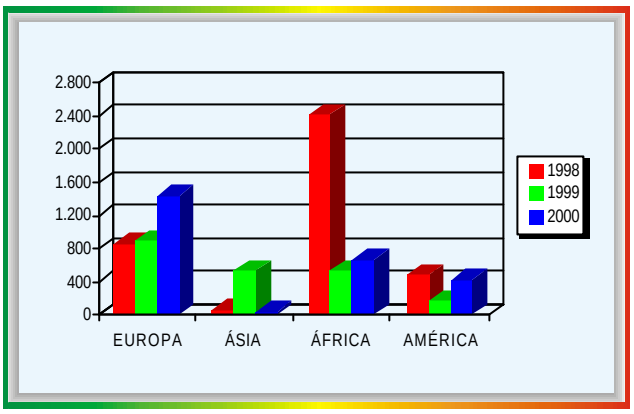
(apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Anos	Valor (milhares de contos)
2000	2.552
1999	2.133
1998	3.806
1997	3.205

6.1.2 – Exportações de Materiais, Equipamentos e Tecnologias de Defesa - Valores Globais, por Áreas do Globo

(apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

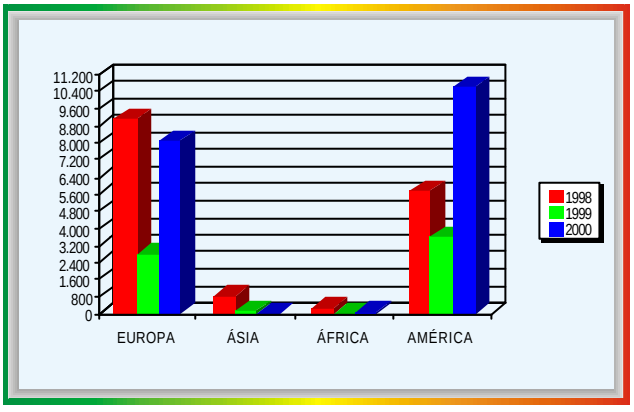
Países	1998		1999		2000	
	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)	%
EUROPA	861	22,6	898	42,1	1.438	56,3
ÁSIA	48	1,3	536	25,1	40	1,6
ÁFRICA	2.425	63,7	528	24,8	664	26,0
AMÉRICA	472	12,4	171	8,0	410	16,1
TOTAL	3.806	100,0	2.133	100,0	2.552	100,0



6.1.3 – Importações de Materiais, Equipamentos e Tecnologias de Defesa - Valores Globais, por Áreas do Globo

(apenas as importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Países	1998		1999		2000	
	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)	%
EUROPA	9.135	57,2	2.770	43,0	8.049	43,0
ÁSIA	815	5,1	101	1,5	21	0,1
ÁFRICA	283	1,8	4	0,1	39	0,2
AMÉRICA	5.741	35,9	3.573	55,4	10.626	56,7
TOTAL	15.974	100,0	6.448	100,0	18.735	100,0



6.1.4 – Comparação Entre os Valores das Importações e Exportações de Materiais, Equipamentos e Tecnologias de Defesa - Por Áreas do Globo

(apenas as exportações e importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Ano: 2000

Países	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - Imp.)
	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)	%	(milhares de contos)
EUROPA	8.049	43,0	1.438	56,3	-6.611
ÁSIA	21	0,1	40	1,6	19
ÁFRICA	39	0,2	664	26,0	625

AMÉRICA	10.626	56,7	410	16,1	-10.216
TOTAL	18.735	100,0	2.552	100,0	-16.183

6.1.5 – Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Materiais e Tecnologias de Defesa por Países Agregados em Organizações Internacionais a que Portugal Pertence

Ano: 2000

	Importação (milhares de contos)	Exportação (milhares de contos)	Saldo Exportação-Importação (milhares de contos)	Exp/Import * 100 %
NATO	18.603	1.531	-17.072	8,2
UEO	7.876	918	-6.958	11,6
UE	7.919	1.049	-6.870	13,2

6.1.6 – Exportação de Serviços, Materiais e Equipamentos de Defesa para Países do WEAG (Ex-IEPG), EUA e Canadá, Efectuada pelas Indústrias de Defesa e EFFA

(contos)

Designação	1997	1998	1999	2000
Exportação de equipamentos de defesa, matérias primas, produtos semi-acabados, componentes e máquinas ferramentas, efectuada pelas indústrias de defesa e EFFA	1.403.952	1.510.843	1.872.952	2.542.026
Exportação de serviços nas áreas de reparação e manutenção, relacionados com equipamentos de defesa, efectuada pelas indústrias de defesa e EFFA	1.574.353	1.887.662	2.073.069	1.932.403
TOTAL	2.978.305	3.398.505	3.946.021	4.474.429

6.1.7 – Importação de Materiais, Equipamentos, Bens e Serviços de Defesa de Países do WEAG (Ex- IEPG), EUA e Canadá, Efectuada pelas Forças Armadas, Forças de Segurança, Indústrias de Defesa e EFFA

(contos)

Designação	1997	1998	1999	2000
Importação de equipamentos de defesa, matérias primas, produtos semi-acabados, componentes e máquinas ferramentas, efectuada pelas Forças Armadas e Forças de Segurança	12.512.901	6.281.305	5.374.418	3.935.651
Assistência e manutenção de equipamentos de defesa (no estrangeiro) para as Forças Armadas e Forças de Segurança	137.493	256.568	697.973	1.894.314
Importações efectuadas pelas indústrias de defesa e EFFA de matérias primas, produtos semi-acabados, componentes e máquinas e ferramentas destinadas a fabrico, montagem e manutenção em Portugal, de equipamentos de defesa para/ou das Forças Armadas e Forças de Segurança Portuguesas ou exportação para/ou das forças/serviços homólogos estrangeiros	5.427.389	4.045.348	2.483.615	3.970.824
Importação de bens e serviços de I&D de tecnologias de defesa, efectuada pelas Forças Armadas, indústrias e organismos I&D	442.600	69.212	65.215	2.065

TOTAL	18.520.383	10.652.433	8.621.221	9.803.394

Fonte: DGAED

6.2 – EQUIPAMENTOS DE DEFESA

6.2.1 – Missões e Meios Disponíveis - Marinha

Ano: 2000

Meios		Missões													Total
		Defesa Naval e Aeronaval		Defesa	Reforço	Missões de Interesse Público					Apoio Pessoal		Apoio Material	Instrução e Treino	
		Escolta e Luta A/S	Reabastecimento no Mar	Directa do Território	OTAN	Levantamento Hidrográfico	Autoridade Marítima	Segurança Marítima	Vigilância e Fiscalização da ZEE	Busca e Salvamento	Transporte	Acção Cultural	Transporte		
NAVIOS	FRAGATAS "VASCO DA GAMA"	3	-	-	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	FRAGATAS "JOÃO BELO"	3	-	-	(a)	-	(b)	(b)	-	-	-	-	-	-	3
	CORVETAS "BATISTA DE ANDRADE"	-	-	-	-	-	(b)	(b)	4	-	-	-	-	-	4
	CORVETAS "JOÃO COUTINHO"	-	-	-	-	-	(b)	(b)	6	-	-	-	-	-	6
	SUBMARINOS "ALBACORA"	2	-	-	(a)	-	(b)	(b)	-	-	-	-	-	-	2
	NAVIO-TANQUE REABASTECEDOR "BÉRRIO"	-	1	-	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	PATRULHAS "CACINE"	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	8
	LANCHAS FISCALIZAÇÃO RÁPIDAS	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	6
	LANCHAS FISCALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	6
	LANCHAS DESEMBARQUE GRANDES	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	LANCHAS DESEMBARQUE MÉDIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	LANCHAS DESE3MBARQUE PEQUENAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	NAVIOS HIDROGRÁFICOS	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	NAVIOS BALIZADORES	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
	NAVIO AUXILIAR "RIBEIRA GRANDE"													1	1
	NAVIOS-ESCOLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	TOTAL NAVIOS	8	1	1	-	4	-	1	30	-	-	-	-	4	49
	UNIDADES AUXILIARES DE MARINHA	-	-	-	-	3	37	27	-	-	6	2	2	-	77
HELIS	LYNX	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
OU	VIATURAS BLINDADAS ANFÍBIAS	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-		5

T R O S	MISSEIS	LANÇA-DORES	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	MILAN	MÍSSEIS (munições)	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
	MORTEIROS PESADOS		-	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36

(a) A Marinha tem permanentemente atribuídos ao Reforço OTAN, embora em diferentes graus de prontidão, 6 fragatas, 2 submarinos e 1 re-abastecedor;

(b) As fragatas, corvetas, patrulhas e lanchas das classes assinaladas executam esta missão em simultaneidade com a missão principal indicada.

6.2.2 – Missões e Meios Disponíveis - Exército

Ano: 2000

Meios	Missões	Defesa Anti-aérea	Defesa Directa do Território			Reforço Geral	Instrução e Treino
			Continente	Açores	Madeira		
Carros de Combate	M48A5	-	-	-	-	-	-
	M60A3	-	76	-	-	17	7
Viaturas Blindadas de Combate	Lagarta	-	311	-	-	21	14
	Rodas	-	99	-	-	10	11
Obuses	105 mm	-	52	-	-	35	10
	155 mm AP	-	6	-	-	-	-
	155 mm Reb	-	13	-	-	23	2
Mísseis Lançadores	Anti-carro	-	105	-	-	20	3
	Anti-aéreo	22	52	-	-	30	1
Morteiros	Pesado 120 mm	-	23	6	16	60	11
Pontes	VIAT BLIND Lança Pontes	-	4	-	-	-	-
	Apoios Fixos	-	6	-	-	-	-
	Apoios Flutuantes	-	1	-	-	-	-

6.2.3 – Distribuição de Equipamentos por Grandes Unidades - Exército

Ano: 2000

Meios	Equipamentos	Grandes Unidades			
		Tropas de CE	BMI	BLI	BAI
Carros de Combate	M48A5	-	-	-	-
	M60A3	-	68	6	-
Viaturas Blindadas de Combate	Lagarta	26	491	9	14
	Rodas	50	-	32	18
Obuses	105 mm	-	12	15	-
	155 mm AP	-	6	-	-
	155 mm Reb	6	-	-	-
Mísseis Lançadores	Anti-carro	-	39	10	32
	Anti-aéreo	-	12	-	33
Morteiros	Pesado 120 mm	-	(a)18	13	-
	VIAT BLIND Lança Pontes	-	4	-	-

Pontes	Apoios Fixos	6	-	-	-
	Apoios Flutuantes	1	-	-	-

(a) Morteiro Pesado 107 mm

6.2.4 – Missões e Meios Disponíveis – Força Aérea

Ano: 2000

Meios		Missões									Total
		Defesa Naval e Aeronaval		Defesa Directa do Território							
		Escolta e Luta A/S	Apoio Aéreo Táctico a Operações Navais	Transporte	Busca e Salvamento	Reconhe-cimento	Apoio Aéreo Próximo	Interdição Aérea	Defesa Aérea	Instrução e Treino	
AVIÕES	F-16	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20
	P3-P	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	A7-P (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	FTB 337G	-	-	12	-	-	-	-	-	-	12
	C-212	-	-	9	6	9	-	-	-	-	24
	FALCON 20	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
	FALCON 50	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3
	C-130	-	-	6	-	-	-	-	-	-	6
	A-JET	-	-	-	-	-	19	-	-	6	25
	CHIPMUNK	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
	BLANIK	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	ASK 21	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	EPSILON	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16
	Total Aviões	5	-	31	6	9	19	-	20	34	124
HELIS	SA-330	-	-	-	10	-	-	-	-	-	10
	AL III	-	-	18	-	-	-	-	-	-	18
TOTAL / UNIDADES		5	-	49	16	9	19	-	20	34	152

(a) Deixou de operar a partir de 1999.

LOGÍSTICA

NOTA EXPLICATIVA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística, que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos, OSC/MDN e IASFA.

Os dados estatísticos apresentados no quadro 6.3.1, dizem somente respeito à manutenção dos meios e sistemas operacionais.

Os elementos estatísticos do quadro 6.3.2, referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar, não incluindo, portanto, a assistência na doença e outras comparticipações aos militares das Forças Armadas, que fazem parte do Capítulo 4.

Os dados apresentados nos quadros 6.3.3 e 6.3.4, referem-se aos transportes não tácticos.

CONCEITOS

Escalões de Manutenção

1º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade (utilizador).

2º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade, com o apoio de equipamento oficinal e de meios humanos especializados.

3º Escalão

Manutenção correctiva por avaria de um ou mais dos conjuntos ou subconjuntos de um sistema. A execução desta categoria de manutenção é feita em instalações oficinais (Oficinas Gerais ou Arsenal) ou ainda por recurso ao mercado civil.

4º Escalão

Manutenção que compreende a reparação geral de artigos principais e a recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que benefeciam desta categoria de manutenção, após recuperados, são normalmente destinados a alimentar o canal de reabastecimento.

6.3 – LOGÍSTICA

6.3.1 – Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais (a)

(contos)

Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2000	28.492	9.787.295	505.427	5.080.530	15.401.744
1999	21.055	9.754.086	427.900	7.668.116	17.871.157
1998	-	8.993.913	1.497.769	7.286.742	17.778.424
1997	54.241	8.279.902	4.263.321	5.189.372	18.236.836

(a) Exército só incluiu despesas com os 3.º e 4.º escalões

6.3.2 – Despesas com Equipamentos e Material de Saúde

(contos)

Ramos das FA's	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Aquisição de				
- equipamento hospitalar	66.800	379.096	173.110	619.006
- meios auxiliares de diagnóstico	86.000	483.759	105.311	675.070
- meios curativos	580.000	1.554.679	405.095	2.539.774
Manutenção de equipamento hospitalar	35.000	6.761 (a)	108.560	150.321
TOTAL	767.800	2.424.295	792.076	3.984.171

(a) Exclui a maioria das acções de manutenção, conservação e contratos de assistência de equipamentos hospitalares dos HM/CS

6.3.3 – Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos

(contos)

Equipamento	OSC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Transporte pessoal	7	25.097	4	13.479	11	50.900	23	197.600	98	943.935	31	163.232	174	1.394.243
Transporte geral	4 (a)	24.728 (a)	1	13.271	1	4.362	9	20.570	8	62.405	10	160.292	33	285.628
Todo-o-terreno	-	-	-	-	3	13.378	8	32.800	77	1.576.365	14	551.839	102	2.174.382
Serviços especiais	-	-	-	-	-	--	-	-	29	387.344	7	66.662	36	454.006
Motociclos, ciclomotorizados e velocípedes	-	-	-	-	-	--	-	-	-	-	-	-		-
TOTAL	11	49.825	5	26.750	15	68.640	40	250.970	212	2.970.049	62	942.025	345	4.308.259

(a) Cooperação Técnico / Militar com os PALOP's

6.3.4 – Despesas com Transportes - Funcionamento

(contos)

Equipamento	OSC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	19.937	12.276	69.492	58.000	150.949	310.104	620.758
Combustíveis e Lubrificantes	29.881	8.773	37.384	88.495	833.550	175.630	1.173.713
Aquisição de Serviços (a)	2.351	10.823	236.014	220.664	594.702	84.039	1.148.593
TOTAL	52.169	31.872	342.890	367.159	1.579.201	569.773	2.943.064

(a) Aluguer de viaturas e transporte de pessoal e material

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

6.4.1 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – Marinha

(contos)

Programas	Entidade	ÁreaTecnológica	Fontes de Financiamento			TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	
Projecto SIIM - Sistema Integrado de Informação da Marinha	DAMAG	Eng. Electrotécnica Eng. Informática	-	100.000	-	100.000
Projecto SINCOMAR	DI	Comunicações	-	-	19.992	19.992
Actualização dos Sistemas de Levantamento Hidrográfico	IH	Hidrografia	-	9.792	-	9.792
Estudo da Dinâmica das Costas de Portugal	IH	Oceanografia	65.654	17.098	-	82.752
Circulação na Plataforma Continental	IH	Oceanografia	78.583	10.398	-	88.981
Banco de Dados Hidrográficos, Oceanográficos e de Poluição	IH	Instrução	37.093	3.181	-	40.274
Cartas Sedimentológicas da Plataforma Continental	IH	Geologia Marinha	14.418	9.402	-	23.820
Cooperação com Universidades e outros Organismos	IH	Hidrografia e Oceanografia	67.673	-	-	67.673
Automatização da Rede Maregráfica Nacional	IH	Hidrografia	22.513	13.704	-	36.217
Automatização dos Sistemas de Cartografia Náutica	IH	Cartografia Náutica	5.291	11.357	-	16.648
Modernização dos Sistemas de Aquisição e Processamento de Dados Hidrográficos	IH	Hidrografia	2.808	15.404	-	18.212
Marés em Portugal (a)	IH	Hidrografia	-	-	-	-
Vigilância da Qualidade do Meio Marinho	IH	Ambiente	40.811	8.920	-	49.731
Navio Hidrográfico	IH	Navegação	521.509	145.963	-	667.472
Simulador de Radar e Navegação	DN	Navegação	-	1.877	-	1.877
TOTAL			856.353	347.276	19.992	1.223.441

Fonte: MARINHA

(a) Programa integrado na "Automatização da Rede Maregráfica Nacional".

6.4.2 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas - Exército

(contos)

Programas	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento			TOTAL
			PIDDAC	MDN (I&D)	OMDN 2000	
Modelo Digital do Terreno de Alta Precisão	IGeoE	Cartografia	8.360	-	-	8.360
Actualização Acelerada de Cartografia 1:25000 em formação	IGeoE	Cartografia	230.000	-	-	230.000
Sistema de Informação Geográfico Militar	IGeoE	Cartografia	17.100	-	-	17.100
Construção de Bloco de Instrução da Escola de Administração Militar	DSE	Instrução	200.000	-	-	200.000

Remodelação das Infraestruturas Escolares da Academia Militar	DSE	Instrução	175.000	-	-	175.000
Rede Informática da Academia Militar – Fase II	AM	Informática	30.750	-	-	30.750
Meios Multimédia de Apoio ao Ensino na Academia Militar	AM	Instrução	35.000	-	-	35.000
Sistema Militar para Apoio ao SNPC e Cooperação com as Autarquias locais	DSE	Segurança e Ordem Pública	153.488	-	-	153.488
Estudo da Imunidade Celular e Humoral da Hiperactividade na Asma Brônquica	HMB	Saúde	-	15.000 a)	-	a)

6.4.2 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – Exército (Continuação)

(contos)

Programas	Entidade responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento			TOTAL
			PIDDAC	MDN (I&D)	OMDN 2000	
SIMOPMIL Centro de Simulação e Operações Militares	IAEM	Instrução	-	50.000 a)	-	a)
TUBERCULOSE Optimização, Diagnóstico Microbiológico, Informatização e Casos Clínicos	HMB	Saúde	-	20.000 a)	-	a)
Curso de Liderança	AM	Instrução	-	-	1.900	1.900
Palácio da Bemposta: as suas Rochas e Patologias. Medidas de Conservação e Prevenção	AM		-	-	3.510	3.510
Avaliação Médico-Fisiológica dos Candidatos à AM	AM	Instrução	-	-	690	690
Informatização da Biblioteca do QG/RMN	QG/RMN	Instrução	-	-	796	796
Os Generais do Exército Português	Biblioteca do Exército	Instrução	-	-	570	570
TOTAL			849.698	a)	7.466	857.164

Fonte: EXÉRCITO

(a) Os dados do MDN (I&D) estão contidos no quadro 6.4.4 (Projectos de âmbito nacional).

6.4.3 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas - Força Aérea

(contos)

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de financiamento				TOTAL
			PIDDAC	MDN(PIP)	MDN(I&D)	LPM	
Reapetrechamento Didáctico de Apoio ao Ensino no IAEFA	IAEFA	Instrução	-	-	-	-	-
Reapetrechamento Didáctico de Apoio ao Ensino	CFMTFA	Instrução	-	-	-	-	-
Didáctica Laboratorial	AFA	Instrução	-	-	-	-	-
Integridade Estrutural em Sistemas de Armas	DMA	Mecânica de Materiais	-	-	-	41.112	41.112
Laboratório de Solos e Pavimentos	GEAFA	Logística	-	-	-	-	-
Laboratório de Comunicações Ópticas	AFA	Instrução	-	-	-	-	-
Sistema de Informação Geográfica	DI	Logística	-	-	-	-	-

TOTAL			-	-	-	41.112	41.112

Fonte: FORÇA AÉREA

6.4.4 – Financiamentos pelo MDN (LPM) de Projectos de Investigação e Desenvolvimento de Defesa (âmbito nacional e internacional)

(contos)

Enquadramento/âmbito	Montantes de 2000
Projectos internacionais WEAG (Programa EUCLID)	152.009
Projectos internacionais NATO (*TACOM post* 2000)	59.239
Projectos de cooperação bilateral (Portugal – França)	2.950
Projectos de âmbito nacional (Ramos, Institutos e Universidades)	176.072
TOTAL	390.270

Fonte: DGAED

INDÚSTRIAS DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

Neste quadro apresentam-se de forma sucinta alguns elementos estatísticos relativos às Empresas Portuguesas, incluindo os EFFA, do sector vulgarmente conhecido como das Indústrias de Defesa e respeitantes a 1999 e 2000. Os elementos referentes a cada Empresa ou EFFA são os seguintes:

- Volume de vendas, global, anual;
- N.º de efectivos;
- Valores de exportação de bens e serviços.

6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA

6.5.1 – Indústrias Nacionais do Sector das Indústrias de Defesa - 1999 e 2000

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual		Volume de Vendas em AETD	Número de Efectivos		Exportação (contos)			
								2000		
		1999	2000	2000	1999	2000	TOTAL 1999	Paí-ses(UE)	Países 3º s	TOTAL
SECTOR TERRESTRE OGFE	Estatal/EFFA	5.606.480	8.012.622 a)	6.453.572	522	487 b)	206.827	6.003	138.129	144.132
OGME	Estatal/EFFA	1.006.729	823.555	-	133	126	-	-	-	-
INDEP	S.A. Cap. Públicos	1.582.664	1.366.278	1.349.002	376	319	1.187.881	715.615	412.065	1.127.680
SPEL	S.A. Cap. Públicos	2.066.081	c)	17.162	250	c)	7.725	17.162	-	17.162
SECTOR AEROESPACIAL OGMA	S.A. Cap. Públicos	16.809.750	22.510.191	10.907.829	1.760	1.972	2.588.441	964.137	4.133.257	5.097.394
SECTOR NAVAL Arsenal do Alfeite	Estatal/EFFA	5.933.455	7.255.976	1.304.850	1.955	1.899	-	-	-	-
SECTOR ELECTRÓNICO EID	Privada	3.195.179	3.629.648	1.319.385	222	189	705.944	1.172.745	122.208	1.294.953
EDISOFT	Privada	468.261	608.997	259.377	52	55	178.511	157.639	-	157.639

Fonte:DGAED/Empresa

(1) Os montantes financeiros indicados constituem os resultados das actividades das Empresas/EFFA derivados do aproveitamento global das suas capacidades e incluem a venda de bens e a prestação de serviços sejam eles de natureza militar, de duplo uso ou de natureza civil.

a) 1.559.050 contos são respeitantes ao Apoio à Família Militar

b) Inclui 11 militares

c) Dados não fornecidos pela empresa

6.5.2 Indústrias Nacionais com Actividades Ligadas a Áreas da Defesa - 1999 e 2000

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual		Volume de Vendas em AETD	Número de Efectivos		Exportação (contos)			
								2000		
		1999	2000	2000	1999	2000	TOTAL 1999	Países (UE)	Países 3ºs	TOTAL
BROWNING VIANA	Privada	7.795.419	9.122.317	205.705	393	422	204.634	126.535	65.190	191.725
TUDOR	Privada	9.837.478	5.158.529	24.092	115	107	-	-	-	-

AUTOSIL	Privada	1.830	5.480	-	267	253	-	-	-	-

NOTA EXPLICATIVA

A opção por uma nota explicativa comum ao EMGFA e Ramos, referente às áreas estatísticas sectoriais "Exercícios", no caso do EMGFA, e "Exercícios e actividades de preparação específica dos Ramos", no caso da Marinha, do Exército e da Força Aérea, residiu no facto do âmbito dos quadros dos elementos estatísticos obedecer ao mesmo formato e referir, nalguns casos, actividades comuns realizadas simultaneamente.

Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo País, as Forças Armadas proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as acções de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos, exercícios combinados e exercícios sectoriais. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objectiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respectivos quadros.

MARINHA

Na área dos exercícios e actividades para o aprontamento das Forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Não foram consideradas, por não se enquadrarem no âmbito deste capítulo do anuário, embora representem um esforço financeiro significativo, algumas outras actividades conducentes à preparação das Forças. Estão neste caso as actividades de treino básico próprio dos meios navais realizadas, não só, após períodos de revisão intermédia ou grande revisão e ou alterações significativas das respectivas guarnições, mas também, concomitantemente com a realização de outras actividades, tais como patrulhamento marítimo, fiscalização e vigilância da ZEE ou serviço de busca e salvamento (SAR).

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efectuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efectuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (excepto o almoço) e combustível. As excepções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos respectivos quadros.

EXÉRCITO

Na área específica do treino operacional, efectuou-se a descrição dos exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que, sendo de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais, consideram, no tocante a pessoal, as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto à "operação", as despesas da rubrica orçamental de "Aquisição de bens e serviços correntes", em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios combinados, os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

FORÇA AÉREA

A execução da Política de Defesa Nacional exige, permanentemente, preparação, treino e prontidão dos meios disponíveis, de forma a garantir a execução da missão atribuída. Com este objectivo, são realizados exercícios cuja preparação e condução são da responsabilidade deste Ramo, exercícios combinados e ainda outros da responsabilidade de outros Ramos nos quais a Força Aérea participa.

Estes exercícios visam preparar a utilização eficiente do poder aéreo em todas as suas expressões, especificamente na Defesa Aérea, Interdição e adequado suporte SAR no espaço interterritorial do Triângulo Estratégico Nacional, o Comando e Controlo e o Apoio Aéreo a forças terrestres e navais, bem como a preparação para outras missões, nomeadamente operações de paz, humanitárias e missões de interesse público, nas suas variadas vertentes.

A Força Aérea desenvolve ainda a actividade de preparação das suas forças em missões de instrução e treino, a qual representa uma componente significativa do orçamento atribuído.

Os custos discriminados nos quadros dos exercícios sectoriais e combinados reflectem apenas os custos acrescidos, tais como ajudas de custo e combustível.

CONCEITOS

Exercícios Conjuntos

Exercícios que envolvem forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto e avaliar a prontidão do sistema de foças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

Exercícios Combinados

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ser ou não realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/ combinado e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

Exercícios Sectoriais

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou aliadas/amigas, e em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
AÇOR	Série de dois exercícios anuais, sendo o primeiro CPX e o segundo LIVEX.
ADVENTURE EXPRESS 00	Exercício destinado a treinar o QG/AMF(L) e as forças da AMF(L) em situação de crise, em operação de apoio à paz. Promover a integração e cooperação das forças atribuídas AMF(L) quanto a procedimentos relativos a *deployment* e testar a capacidade de apoio logístico.
ARCO 001	Exercício no âmbito da BMI que visou exercitar, desenvolver e validar a capacidade operacional dos encargos operacionais da BMI, ao nível do planeamento, controlo e conduta de operações tácticas, associadas às operações de apoio à paz.
ARCO 002	Exercício no âmbito da BMI que se destinou a desenvolver o planeamento, conduta e controlo de operações tácticas por parte dos Comandos subordinados, no âmbito da manobra defensiva.
ARNO	Exercícios tipo CPX que decorreram em Itália tendo como objectivo a preparação do exercício EOLO.
ARRCADE FUSION	Principal exercício do ARRC, visando treinar este QG na conduta de operações de apoio à paz e na transição para operações de combate, por forma a manter a eficiência operacional. Elaborado na modalidade CPX/CAX, mediante a utilização do sistema Britânico ABACOS (Advanced Battlefield Computer Simulation System).
BLI 002	Exercício que teve como finalidade praticar o planeamento e conduta de operações tácticas convencionais até ao nível pelotão, praticar a preparação, o embarque, transporte e desembarque de pessoal e material em helicópteros, executar tiros com todas as armas orgânicas do Batalhão e conduzir instrução de operações de apoio à paz nas instalações do CITOAP.
COOP BELGA 01	Exercício de âmbito bilateral tipo LIVEX que decorreu simultaneamente em Portugal e na Bélgica tendo sido exercitada a companhia PREC/BAI.
COOP BELGA 02	Exercício de âmbito bilateral tipo LIVEX que decorreu simultaneamente em Portugal e na Bélgica, tendo sido exercitado um pelotão aerotransportado da BAI.
COOP ITA	Exercício de âmbito bilateral tipo LIVEX que decorreu simultaneamente em Portugal e na Itália (LIVORNO), tendo sido exercitado um pelotão da BAI.
COOP PO/USA (HALO/HAHO/ JCET)	Exercício de âmbito bilateral tipo LIVEX que decorreu em Portugal, tendo sido exercitada a companhia PREC/BAI. Exercício de âmbito bilateral tipo LIVEX que decorreu em Portugal, tendo sido exercitados os Saltadores de Operacionais de Grande Altitude (SOGA) com equipamentos especiais para as alturas e condições climatéricas adequadas aos saltos.
CMX/CRISEX	Exercício cuja finalidade é permitir o treino ao nível político-estratégico na resolução de crises, quer a nível da NATO, quer a nível da UEO.
CRUZEIRO DO SUL 00	Exercício no âmbito da Brigada de Defesa Territorial Sul, que visou o treino dos PCmd no planeamento, controlo e conduta de operações de Defesa Directa do Território, utilizando o sistema VIGRESTE, através da aplicação do método de Jogos de Guerra "FIRST BATTLE".
DOGFISH	Exercício NATO de ASW que se desenvolve na região do Mediterrâneo. Tem por objectivo exercitar a cooperação Ar-Superfície-Sub entre forças navais e aéreas da NATO na busca, detecção, classificação, localização, seguimento e ataque a submarinos.
DYNAMIC MIX 00	Exercício realizado em Itália, no âmbito da Nato, que teve por objectivo o treino operacional, de acções de Cmd e EM, ao nível da disseminação e troca de informações entre as forças participantes, no qual tomou parte uma pequena célula do BApSvc/BMI.
EFICÁCIA 00	Exercício de fogos reais que visou o treino táctico e a avaliação da proficiência das várias UU operacionais de Artilharia de Campanha.
EMF	Exercícios vários executados durante o período de activação da EMF.
EOLO 00	Exercício do âmbito da EUROFOR que tem por objectivo desenvolver e melhorar a cooperação e interoperabilidade das forças ao nível do conceito de CJTF(Combat Joint Task Force e dos "Component Commanders"), desenvolvendo uma operação de manutenção de apoio à paz no âmbito das missões Petersberg.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional
(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
FAMET	Exercício de cooperação com o Ejercito de Tierra Espanhol, ao abrigo do acordo de Estados-Maiores Peninsulares (EEMMPP). Visa o treino da Esq.ª 552 e permite a troca de experiências, fundamental para a aferição e sedimentação de procedimentos.
FELINO 00	Exercício conjunto no âmbito dos PALOP, destinado a exercitar a organização de um Comando de Operações Especiais, conjunto/combinado, praticar a sequência do planeamento operacional, treinar forças de operações especiais em reconhecimento espacial e de acção directa.
FOCA	Exercícios do ADTA com participação de unidades de marinha.
FOST SSK	Participação de submarino português na actividade do treino operacional da Marinha de Guerra do Reino Unido.
FRONTERA 00	Exercício que teve como finalidade desenvolver a capacidade operacional e a cooperação militar entre unidades de Infantaria Portuguesas e Espanholas e desenvolver e intensificar o intercâmbio de procedimentos e técnicas entre unidades participantes.
FRENTE NORTE	Visa testar a eficácia do sistema de convocação e mobilização de pessoal, no âmbito da RMN, através de um exercício simulado de convocação/mobilização.
HERMES 01/00	Exercício que teve em vista a criação de um cenário e de um conjunto de situações que proporcionasse um treino realista, baseado na situação existente no TO do Kosovo, onde as forças iriam desempenhar a sua missão.
HERMES 02/00	Exercício de âmbito regional de aprontamento do 2ºBI/BLI a ser empregue em Timor com base na missão e tarefas principais consignadas na UNTAET PKF OPORD 02/00.
LEÃO 00	Exercício sectorial no âmbito da Escola Prática de Transmissões.
LEÃO 01/02/03/00	Exercício sectorial tipo SIGEX a realizar pelos 1ºBI e 2ºBI/ADTA e EsqPE/ZMA.
LINCE 00	Exercícios realizados no CMSM, por UU/EE/OO do Exército, com o apoio e/ou participação de subunidades da BMI e do CMSM.
LINKED SEAS	Exercício destinado a proporcionar treino conjunto e combinado às forças Armadas dos países da NATO, e ainda de países aderentes à Parceria para a Paz (Partenership for Peace – PfP) num cenário fora do estabelecido no Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte.
MACONTENE	Tipo FTX de âmbito regional conduzido pelo ERec da BAI.
MADEIRA 01	Exercitar e aperfeiçoar os procedimentos operacionais nos domínios da táctica e da logística do ADTM.
MOLIÇO 00	Exercício destinado a praticar o planeamento, controlo e conduta de operações tácticas, associadas ás operações de apoio à paz, tendo em vista o emprego do agrupamento Charlie na KFOR durante o 1ºSemestre de 2001.
OESTE 2000	Exercício no âmbito do GML, que se destinou ao treino de PCmd no planeamento, controlo e conduta de operações convencionais tácticas.
PANTERA 00	Exercício sectorial tipo LIVEX a realizar pelos 1ºBI e 2ºBI/ADTA e CompMortPes/ADTA.
PASSEX	Exercícios de oportunidade levados a cabo com unidades ou forças navais em trânsito nas áreas de responsabilidade nacional.
PLUTÃO 00	Destina-se a exercitar a BDTC no planeamento, controle e conduta de operações de defesa directa do território, em ambiente convencional, ao nível de postos de comando.
POLYGONE	Destina-se a conduzir missões de treino operacional de Guerra Electrónica (GE) na carreira MARWTF Polygone. Permite desenvolver as técnicas de programação, planeamento e execução, mediante a criação de um Destacamento Aéreo numa Base Aérea de outro país NATO.
POST	Treino operacional efectuado no Reino Unido, destinado às fragatas da classe " Vasco da Gama ".

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional
(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
PRIMERA BATALLA	Exercício combinado, realizado no âmbito bilateral no CMSM, com a participação de elementos do Exército Espanhol, que teve por objectivo o treino e a prática de Postos de Comando no planeamento, controlo e conduta de Operações Defensivas de unidades tipo Agrupamento, utilizando o "FIRST BATTLE" (metodologia de jogos de guerra).
RED FLAG	Exercício que decorre nos EUA, na Base Aérea de Nellis, no Estado de Nevada. Destina-se ao treino de tripulações em cenários complexos de teatro de operações, integrando um elevado quantitativo e diversidade de meios aéreos de vários países NATO. Exercita a integração eficaz de todos os meios aéreos e logística de apoio.
S. JORGE 00	Exercício destinado a testar os planos de defesa das UEO apoiadas em segurança pelo GML, treinando e avaliando os procedimentos a adoptar em situações de alteração do estado de segurança.
STANAVFORLANT	Conjunto de exercícios realizados no âmbito da actividade operacional desta força naval NATO permanente.
TAPON	Exercício planeado pela Armada Espanhola, onde se treina uma resposta aliada a um possível conflito na zona do Estreito de Gibraltar.
TLP OOR	Curso teórico-prático dedicado essencialmente à evolução das capacidades de comando em voo dos elementos participantes. Ao nível da NATO, este é o curso mais importante para a progressão táctica dos pilotos e fundamental para a uniformização de conhecimentos e de procedimentos. Permite treinar a interoperabilidade do emprego táctico dos meios aéreos dos Estados Membros.
TOSCANA 00	Exercícios tipo CPX, que decorreram em Itália tendo como objectivo a preparação do exercício EOLO.
TRIAL MACE	Exercício de Guerra Electrónica (GE) com o objectivo de preparar as tripulações da Esq.ª 501 para ambientes hostis de GE.
TRISTÃO 00	Exercício que permitiu aprofundar e consolidar a doutrina e procedimentos associados às operações de paz, tal como Monitorização de movimento de forças militares das facções e do seu acantonamento, bem como de armamento e material. Controlo e protecção de itinerários. Escoltas a colunas militares e humanitárias. Patrulhamentos de Área e de Zona. Garantir a segurança dos aquartelamentos, face a ameaças exteriores.
ZARCO 00	Destinou-se a exercitar, avaliar e aperfeiçoar a capacidade de intervenção do dispositivo de forças atribuído ao COM. Aperfeiçoar procedimentos operacionais nos domínios da táctica e da logística, numa situação indutora de operações de apoio à paz e humanitárias.
APOIO AM	Exercícios realizados no CMSM, por UU/EE/OO do Exército, com o apoio e/ou participação de subunidades da BMI e do CMSM.
APOIO EPC	
DRAGÃO	
LINCE	
TIGRE 001	Exercícios no âmbito do aprontamento das FND´s de escalão batalhão, com o objectivo de exercitar, desenvolver, avaliar e validar a capacidade operacional das forças no planeamento, controlo e conduta de operações de apoio à paz.
TIGRE 002	
PEGASUS	
TURBA	
CAMÕES 1	
CAMÕES 2	
VIDENKLINA	
GRANEL 00	
VALEIRA ALTA	
RAPOSA	Exercícios de treino operacional realizados no âmbito da ICol das subunidades da BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional.
DRAGÃO	
LEOPARDO	
RINOCERONTE	
LOBO	
ONÇA	
HIENA	

7.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS - EMGFA

7.1.1 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Area	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
AÇOR	CPX / LIVEX	28/31MAI 22/31OUT	AÇORES	CEMGFA	COA	CZMar, CZMA, CZAA	
FELINO	LIVEX	17/27OUT	LAMEGO	CEMGFA	CEME	COFT	
ZARCO	LIVEX	16/20OUT	MADEIRA	CEMGFA	COM	CZMar, CZMM, CZAM	

7.1.2 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos - Meios

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal			Custos Acrescidos (contos)			OBS.
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
AÇOR	1 FS	CMD Bat 1 Pel At Dest Ap Svc	C-212 / SA-330	71	71	13	a)	a)	a)	
FELINO	DAE	CIOE	1 C-130 / 1 SA-330 / 2 ALL III	8	20	30	405	20.142	20.547 b)	
ZARCO	1 Pat	ADTM Btr AA	C-212 SA-330	33	309	13	c)	c)	c)	

a) Custos incluídos na atribuição das verbas do COA.
b) Custos incluem as despesas do Exército e as horas de voo do C-130 utilizado no transporte dos PALOP.
c) Custos incluídos na atribuição das verbas do COM.

7.2 - EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

7.2.1 - Exercícios Sectoriais - Exercícios Realizados

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

O forte empenhamento em Timor, com 2 fragatas e uma companhia de fuzileiros, bem como a necessidade de satisfazer os compromissos assumidos no que diz respeito à NATO (SNFL) e à EU (EMF), inviabilizou a realização de exercícios sectoriais no ano de 2000.

7.2.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (a)(contos)			Unidades Orgânicas/ /Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-

O forte empenhamento em Timor, com 2 fragatas e uma companhia de fuzileiros, bem como a necessidade de satisfazer os compromissos assumidos no que diz respeito à NATO (SNFL) e à EU (EMF), inviabilizou a realização de exercícios sectoriais no ano de 2000.

7.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Forma/ /Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
LINKED SEAS	LIVEX	02 a 16 Mai	CINCSOUTHLANT AOR	SACLANT	CINSOUTHLANT	COMNAV	
EOLO	LIVEX	16 a 28 Jun	ESPANHA	CEMGFA	JEMACON SP	ALFLOT	
TAPON	LIVEX	18 a 28 Set	STROG	AJEMA	ALFLOT	ALFLOT	
PASSEX	LIVEX	Vários	PORTUGAL CONTINENTAL	COMNAV	COMNAV	COMNAV	
POST	LIVEX	11Set a 19Out	INGLATERRA	FOST	FOST	FOST COMNAV	
FOST SSK	LIVEX	17Jan a 04Fev 11Set a 20Out	INGLATERRA	FOST	FOST	FOST COMNAV	
EMF	LIVEX	Vários	ATLÂNTICO MEDITERRÂNEO	CEMGFA	JEMACON SP	CEMF COMNAV	
STANAVFORLANT	LIVEX	28Abr a 31Ago	ATLÂNTICO NORTE	SACLANT	SACLANT CINCSOUTHLANT CINCEASTLANT	SACLANT CINCSOUTHLANT CINCEASTLANT	

7.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (a)(contos)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
LINKED SEAS	1 Fragata 1 Submarino 1 Navio Reabastecedor 1 Balizador a Navio Hidrog./Ocean. 1 Patrulha 1 Batalhão Ligeiro de Desembarque 1 Destacamento de Acções Especiais 1 Equipa de Mergulhadores de Combate 1 Lancha de Desembarque	988	17.798	15.842	33.640	
EOLO	2 Fragatas 1 Navio Reabastecedor 1 Submarino 1 Balizador 1 Equipa de Mergulhadores de Combate	495	27.512	27.500	55.012	
TAPON	1 Fragata 1 Submarino	222	22.846	12.049	34.895	
PASSEX	Vários	N/A	(b)	(b)	(b)	
POST	1 Fragata	173	61.545	54.092	115.637	
FOST SSK	2 Submarinos	108	29.745	7.017	36.762	
EMF	1 Fragata 1 Navio Reabastecedor	236	29.788	44.167	73.955	
STANAVFORLANT	1 Fragata	173	108.942	131.481	240.423	

(a) Custos acrescidos – Custos de pessoal e operação despendidos por motivo do exercício.
(b) Custos incluídos nos resultantes da atribuição ao dispositivo SAR/ZEE.

7.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

7.3.1 – Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
APOIO AM	FTX	29Fev a 01Mar	CMSM	CMDT AM	Ch.Gab. Táctica CAV.	Pel/GCC	(Ex LEÃO 00)
APOIO EPC	FTX	Jan	CMSM	CMDT EPC	2ºCMDT EPC	Pel Rec/ERec	
APOIO EPC	FTX	05 a 13 Jun	CMSM	CMDT EPC	2ºCMDT EPC	Pel/GCC	
ARCO 001	FTX/CPX/LFX	19Abr a 08Mai	CMSM	CMDT CMSM/BMI	2º CMDT BMI	Agr Delta 1º BIMec 2º BIMec/SFOR BtrAAA CEng CTm BAS CCS/BMI	

7.3.1 – Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Àrea	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
RCO 002	FTX/CPX/LFX	16 a 28Out	CMSM	CMDT CMSM/BMI	2º CMDT BMI	RC4 GCC 1º BIMec 2º BIMec GAC BtrAAA CEng CTm BAS CCS/BMI	
ARCO 002	FTX	16 a 20Out	Regional	CMSM	Cmdt BMI	PelDefNBQ; PelPontesApFlut	
BLI 002	LIVEX/FTX	09 a 20Out	CMSM	Cmdt BLI	2 CMDT BLI	2º BI/BLI	
BRAVO 001	LIVEX	11 a 15 Jan	RMN	Cmdt COFT	Cmdt CIOE	DOE(UNTAET)	
BRAVO 002	LIVEX	04 a 09Fev	RMN	Cmdt COFT	Cmdt CIOE	DOE(Kosovo)	
CRUZEIRO DO SUL 00	CPX	5 a 13Jul	Regional	Gen. Cmdt RMS	2º CMDT RMS	Célula/RC4	
CRUZEIRO DO SUL 00	CPX/CAX	10 a 14Jul	Regional	Cmdt RMS	2º Cmdt RMS	BDTS	
DRAGÃO 001	FTX	28Fev a 1Mar	CMSM	CMDT CMSM/BMI	2º CMDT/ BMI	CTm	Apoio ao 1ºBIMec
DRAGÃO 004	FTX	11 a 13Set	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	1º BIMec	
EFICÁCIA 00	FTX/LFX	22 a 25Mai	Apoio de Fogos	Cmdt COFT	Cmdt GAC/BMI	EPA GAC/BMI GAC/BAI GAC/BLI	GAC 15,5 reb
ELEFANTE 00	LIVEX	21 a 25Fev	CMSM	Cmdt BAI	Cmdt BAI	BAS	
FRENTE NORTE 00	CPX	02Out	Serra da Padrela	Cmdt RMN	2º CMDT/RMN	BDTN	
GRANEL 00	FTX	17 a 26Out	CMSM	CMDT CMSM/BMI	2º CMDT/BMI	Agr Echo	Apront. Agr Echo
GRIFO 001	LIVEX	04 a 09Mar	Tancos	Cmdt BAI	2º Cmdt BAI	Cmd BAAT	
GRIFO 002	LIVEX	20 a 24Mar	Tancos	Cmdt BAI	2º Cmdt BAI	Cmd BAAT	
HERMES 001	FTX	06 a 12Jan	Serra da Padrela	COFT	CMDT BLI	DISTAFF(QG/BLI) Agr CHARLIE/BLI GAC(-)/BLI	
HIDRA 001	LIVEX	08 a 11Fev	Tancos	Cmdt BAI	2º Cmdt BAI	EM/BAI	
HIDRA 002	LIVEX	12Out	Tancos	Cmdt BAI	2º Cmdt BAI	EM/BAI	
HIDRA 003	LIVEX	31Out a 03Nov	Tancos	Cmdt BAI	2º Cmdt BAI	EM/BAI	
LEÃO 00	FTX	03 a 15 Jul	CMSM	CMDT AM	2º Cmdt AM	CTm PelRec/ERec GAC CEng	Apoio à AM
LEÃO 001	LIVEX	20 a 22Mar	Ilha Terceira	Cmdt ZMA	Cmdt RG 1	PelTm/ RG	
LEÃO 002	LIVEX	13 a 16Mar	Ilha S. Miguel	Cmdt ZMA	Cmdt RG 2	PelTm/ RG 2	
LEÃO 003	LIVEX	13 a 22Mar	Ilha S. Miguel	Cmdt ZMA	Cmdt Esq	EsqPE/ ZMA	
LEOPARDO 001	FTX	14 a 15Mar	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	CEng	
LEOPARDO 002	FTX	12 a 14 Set	CMCM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	CEng	
LEOPARDO 003	FTX	12 a 13Dez	CMCM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	CEng	
LEÃO 002	LIVEX	13 a 16Mar	Ilha S. Miguel	Cmdt ZMA	Cmdt RG 2	PelTm/ RG 2	
LEÃO 003	LIVEX	13 a 22Mar	Ilha S. Miguel	Cmdt ZMA	Cmdt Esq	EsqPE/ ZMA	
LEOPARDO 001	FTX	14 a 15Mar	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	CEng	
LEOPARDO 002	FTX	12 a 14 Set	CMCM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	CEng	

7.3.1 – Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
LEOPARDO 003	FTX	12 a 13Dez	CMCM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	CEng	
LINCE 001	LIVEX	08 a 10Fev	CMSM	Cmdt BAI	2º Cmdt BAI	CACar	
LINCE 002	LIVEX	31Out a 03Nov	CMSM	Cmdt BAI	2º Cmdt BAI	CACar	
LOBO 002	FTX	Jan	CMSM	CMDT CMSM/BMI	2º CMDT/BMI	Pel/ERec	
LUSÍADAS 00	FTX	18 a 29Out	Mafra	CMDT CMSM/BMI	2º CMDT/BMI	EPl Agr Echo	Apront. Agr Echo
MACONTENE 001	LIVEX	08 a 10Fev	CMSM	Cmdt BAI	2º Cmdt BAI	ERec	
MACONTENE 002	FTX	Nov	Regional	RMS	Cmdt BAI	2º Cmdt BAI	ERec/BAI
MACONTENE 002	LIVEX	08 a 09Nov	CMSM	Cmdt BAI	2º Cmdt BAI	ERec	
MADEIRA 001	CPX/SIGEX	11 a 14Dez	ZMM	Cmdt ZMM	2º Cmdt ZMM	ADTM(-); BAAA(-)	
MOLIÇO 001	LIVEX	11 a 14Jul	AMSJ	Cmdt BAI	2º Cmdt BAI	PelEng/CEng/BAI (integrado 2 BIPARA) Elementos do Controlo e Avaliação	
MOLIÇO 002	LIVEX	11 a 14Jul	Aveiro S. Freita	Cmdt BAI	Cmdt BAI	2ºBIPara	
OESTE 00	CPX-CAX	Jan	GML	CMDTGML	2º CMDT GML	Célula/GCC	
ONÇA 001	FTX	21 a 23Mai	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	GAC	
ONÇA 002	FTX	13 a 14Jun	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	GAC	
ONÇA 003	FTX	12 a 14Set	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	GAC	
ONÇA 004	FTX	22 a 23Nov	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	GAC	
ONÇA 005	FTX	05 a 06Dez	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	GAC	
PANTERA 001	LIVEX	20 a 22Mar	Ilha Terceira	Cmdt ZMA	Cmdt RG 1	1BI/ ADTA	
PANTERA 002	LIVEX	13 a 16Mar	Ilha S. Miguel	Cmdt ZMA	Cmdt RG 2	2 BI/ADTA	
PANTERA 004	LIVEX	12 a 14Set	Ilha S. Miguel	Cmdt ZMA	Cmdt RG 2	2 BI/ADTA	
PEGASUS	FTX	16Jun a 03Jul	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	RC4 Agr Delta BtrAAA CTm	Apront. Agr Delta
PLUTÃO 00 1ª FASE	CONVOCAÇÃO	14 a 18Mar	GML - RMS - RMN	Cmdt GML	2º Cmdt GML	BDTC	
PLUTÃO 00 1ª FASE	CPX/ Convocação Simulada	22 a 26Mai	Regional	Cmdt GML	2º Cmdt GML	BDTC	
PLUTÃO 00 2ª FASE	CPX/ LIVEX	24 a 27Out	GML / Região de Estremoz	Cmdt GML	2º Cmdt GML	BDTC	
PLUTÃO 00 2ª FASE	CPX/LIVEX	23 a 27Out	Regional	Cmdt GML	2º Cmdt GML	BDTC	
RAPOSA 001	FTX	07 a 09Fev	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	BtrAAA	
RAPOSA 002	FTX	10 a 14Abr	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	BtrAAA	
RAPOSA 003	FTX	13 a 15Jun	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	BtrAAA	
RAPOSA 004	FTX	24 a 26Jul	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	BtrAAA	
RAPOSA 005	FTX	06Dez	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	BtrAAA	
RINOCERONTE 00	FTX	13 a 15 Jun	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/ BMI	PelExpl/GCC	
S. JORGE 2000	CPX- LIVEX	20 a 24Mar	GML	Cmdt GML	2º Cmdt GML	GML	
TIGRE 001	FTX	17 a 08Jun	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	2º BIMec/SFOR GCC GAC BtrAAA CTm	Apront. 2ºBIMec /SFOR
TIGRE 002	FTX	15Dez a 10Jan01	CMSM	CMDT/BMI	2º CMDT/BMI	CTm	Apront. 2º BIMec /SFOR
TRISTÃO 00	LIVEX	12 a 16Jun	ZMM	Cmdt ZMM		ADTM; BAAA	
TROVÃO 001	LIVEX	08 a 11Fev	CMSM	Cmdt BAI	2º Cmdt BAI	GAC	
TROVÃO 002	LIVEX	03 a 06Out	CMSM	Cmdt BAI	2º Cmdt BAI	GAC	

7.3.1 – Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
TURBA	FTX	14 a 19 Mar	CMSM	CMDT/BMI	2ºCMDT/BMI	Agr Delta	Apront. Agr Delta
VALEIRA ALTA	FTX	16 a 21Dez	CMSM	CMDT /BMI	2ºCMDT/ BMI	Agr Echo	Apront. Agr Echo
VIDENKLINA	FTX	03 a 09Jun	CMSM	CMDT /BMI	2ºCMDT/ BMI	Agr Delta	Apront. Agr Delta
ZARCO 00	CPX/LIVEX	16 a 20Out	Arquipélago da Madeira	COM (por delegação CEMGFA)	COM	COM; CZM; ADTM(-); BAAA(-)	

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos (contos)			Unidades Orgânicas/ /Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
APOIO AM	Pel/GCC	56			185			16
APOIO EPC	PelRec/ERec				350			22
	2º BIMec							
	PelRec/ERec							18
	GAC	31						
	CEng							23
	BCS							
	CTm							8
ARCO 001	Pel/GCC Agr Delta 1º BIMec 2º BIMec BtrAAA CEng CTm BAS CCS/BMI	1.365			2.390			
ARCO 002	Arbitragem RC4 GCC 1º BIMec 1 Pel GAC; BtrAAA CEng ; CTm BAS ; CCS/BMI	927			2.635			
ARCO 002 (FTX)	14 Viaturas 5 tramos Ponte RIBBON 5 Barcos	43		38	38			PelDefNBQ; PelPontesApFlut
BLI 002	2 BI/BLI CTm	500			5.311			Apront. do 2º BI/BLI
BRAVO 001	DOE(KOSOVO)	47			933			
BRAVO 002	DOE (UNTAET)	18			259			
CAMÕES 001	CAt/Agr Delta	300			450			Apront. Agr DELTA
CAMÕES 002	ERec/Agr Delta	250			327			Apront. Agr DELTA
CRUZEIRO SUL 00	12 Viaturas	80		848	848			BDTS
CRUZEIRO DO SUL 00 (CPX/CAX)	Célula/GCC	7			20			
DRAGÃO 004	1º BIMec	57			164			

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos (Continuação)

Ano:2000

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos (contos)			Unidades Orgânicas/ /Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
DRAGÃO 004	1º BIMec	57			164			
EFICÁCIA 00	14 Viaturas 6 Obuses	196			1.325			GAC 15,5 reb
ELEFANTE 00	BAS/15	4 OF 15 SAR 60 PRC		801	801			
GRANEL 00	FTX	320			432			Aprontamento Agr ECHO
GRIFO 001	Comp Prec/5	2 OF 11 SAR 49 PRC		940	940			
GRIFO 002	Comp Prec/6	2 OF 10 SAR 45 PRC		980	980			
HERMES 001	25 Viaturas Geradores Material de Tm Material Orgânico	86	139	253	392			
HIDRA 001	EM/BAI	9 OF 6 SAR 5 PRC		20	20			
HIDRA 002	EM/BAI	10 OF 7 SAR 6 PRC		11	11			
HIDRA 003	EM/BAI	9 OF 8 SAR 9 PRC		12	12			
LEÃO 00	Apoio AM				185			
LEÃO 001	PelTm/ RG 1	1 OF 1 SAR 6 PRC			(nota 1)			
LEÃO 002	PelTm/ RG 2	34			(nota 2)			
LEÃO 003	EsqPE/ ZMA	1 SAR 5 PRC			(nota 3)			
LEOPARDO 001	FTX	37			123			
LEOPARDO 002	FTX	84			274			
LEOPARDO 003	FTX	43			178			
LINCE 001	CACar/10	2 OF 5 SAR 38 PRC		527	527			
LINCE 002	CACar/10	2 OF 4 SAR 28 PRC		432	432			
LOBO 002	ERec				145			
LUSÍADAS 00	Agr ECHO CTm/BMI 1BIMec(-)/BMI	383			743			
MACONTENE 001	ERec/20	3 OF 12 SAR 60 PRC		320	320			
MACONTENE 002	ERec/22	3 OF 10 SAR 58 PRC		268	268			
MACONTENE 002 (LIVEX)	13 Viaturas 1 Ambulância	166		210	210			ERec/BAI
MADEIRA 001	Cmd e CCS/ADTM DAS(-) BI(-)/ADTM CMortPes(-) BAAA(-)	120			150			

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos (Continuação)

Ano:2000

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos (contos)			Unidades Orgânicas/ /Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
MOLIÇO 001	1 Pá carregadora (CR) 1 Viatura	20						PelEng/CEng/BAI (integrado 2BIPARA) Elementos do Controlo e Avaliação
MOLIÇO 002	2º BIPara/60	41 OF 102 SAR 405 PRC		3.985	3.985			
OESTE 00	CR/GCC	15			23			
ONÇA 001	GAC	62			112			
ONÇA 002	GAC	70			105			
ONÇA 003	GAC	266			348			
ONÇA 004	GAC	61			95			
ONÇA 005	GAC	63			122			
PANTERA 001	1 BI/ADTA	7 OF 17 SAR 151 PRC	444	102	546			(nota 4)
PANTERA 002	2 BI/ADTA	222			313			
PEGASUS 00	RC4	117			1.365			
PLUTÃO 00 1ª e 2ª fase (CPX)	GML				3.500			
PLUTÃO 00 1ª FASE (CPX/LIVEX)	1 Viatura Material expediente	14	5	132	137			Subunidades/ BDTC
PLUTÃO 00 2ª FASE (CPX/LIVEX)	8 Viaturas 3 Tendas 4 Atrelados 1 Gerador	49	4	301	305			Subunidades/ BDTC
RAPOSA 001	BtrAAA	38			59			
RAPOSA 002	BtrAAA	22			43			
RAPOSA 002	BtrAAA	58			356			
RAPOSA 003	BtrAAA	31			61			
RAPOSA 005	BtrAAA	33			78			
RINOCERONTE 00	PelExpl/GCC	22			153			
S. JORGE 2000	GML				180			
TIGRE 002	CTm CTm 2º BIMEC GAC BtrAAA	412			152			
TRISTÃO 00	Cmd CAt/BI(-) DestApSvç(-)	300			165			
TROVÃO 001	GAC/15	14 OF 26 SAR 107 PRC		5.085	5.085			
TROVÃO 002	GAC/20	13 OF 24 SAR 125 PRC		3.921	3.921			
TURBA	Agr DELTA	120			341			
VALEIRA ALTA	Agr ECHO	350			950			
VIDENKLINA	Agr DELTA	300			1.105			

7.3.2 – Exercícios Sectoriais - Meios Envolvidos (Continuação)

Ano:2000

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos (contos)			Unidades Orgânicas/ /Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
ZARCO 00	Cmd e CCS/ADTM BI(-)/ADTM BAAA(-) Força Opositora Cmd BI/BLI Marinha Força Aérea	306 (Só Exército)			4.108			

7.3.3 – Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Forma/ /Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ADVENTURE EXPRESS 00	ACLIMATAÇÃO	03Fev a 01Mar	NORUEGA	SACEUR	COM AMF (L)	CIOE (PO) US GE MN CZ IT NL	
ADVENTURE EXPRESS 00	CPX FTX LIVEX	02 a 21Mar	NORUEGA	SACEUR	COM AMF (L)	CIOE (PO) US GE MN CZ IT NL	Total 12.000 Homens
ARRCADE FUSION 00	CPX	13 a 26Out	ALEMANHA	COMARRC	COMARRC	3 H	
ARNO 00	CPX	20 a 24Mar	ITÁLIA	Cmd EUROFOR	Cmd EUROFOR	CR 4OF 2SAR	
COOP BELGA 01	LIVEX	12 a 19Mar	PORTUGAL	CEME (BE)	CEME (BE)	FORÇAS BELGAS COMP PREC	
COOP BELGA 02	LIVEX	21 a 24Mar	PORTUGAL	CEME (BE)	CEME (BE)	FORÇAS BELGAS BAI	
COOP PO/USA 00	LIVEX	15Jul a 05Ago	PORTUGAL	CEME (PO)	CEME (PO)	FORÇAS USA COMP PREC	(JCET/ HALO/HAHO)
COOPITA 00	LIVEX	09Out a 16Out	PORTUGAL ITÁLIA	CEME (PO) CEME (IT)	CMDT BAI	1 Pel (IT) 1 Pel/13Cat/1BIPARA	
DYNAMIC MIX 00	CPX	22Mai a 03Jun	PERSANO (ITÁLIA)	Almirante J. Ellis Jr.	Gen. G. Ardito	Núcleo CMD/ BAS	
EOLO 00	CPX LIVEX	14 a 30Jun	ESPANHA	Cmd EUROFOR	Cmd EUROFOR	QG/RMN CEOE; RA5 CR BAI, CR 2º BIPARA, COMP 2º BIPARA 50 H do BEOE ESPANHA; ITÁLIA; FRANÇA	
FRONTERA 00	FTX	01 a 07Out	ESPANHA	CEMET	CEMET	CAt(-)RI19	
LINKED SEAS 00	CET FTX LIVEX	27Abr a 16Mai	Sta. Margarida Oeiras Porto Santo Pinheiro da Cruz	CINC-SOUTHLANT	CINCSOUTHLANT	BEOE; BAI, DAE/ARMADA; FORÇA AÉREA; FORÇAS: AUSTRIA, ROMENIA, BULGARIA,GEORGIA; ESPANHA; USA; AUGMENTEES: PO,	

7.3.3 – Exercícios Combinados – Exercícios Realizados (Continuação)

Ano:2000

Nome de Código do Exercício	Forma/ /Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
LINKED SEAS 00	FTX/ CPX	02 a 15Mai	Oeiras CMSM	CINCSOUTHLANT	CINCSOUTHLANT	Célula RC4 GCC 1º BIMec Btr AAA CTm BAS	
TEJO 002	LIVEX	04 a 08Dez	S. Amêndoa CMSM	CMDT BAI	2º CMDT BAI	1º BIPara/CBRILAC ERec/BAI	(nota 5)
TOSCANA 00	LIVEX	15Mai a 01Jun	ITÁLIA	Cmd EUROFOR	Cmd EUROFOR	3 H	TOSCANA
PRIMERA BATALLA	CPX	16 a 20Out	CMSM	CMDT CMSM/BM	2º CMDT BMI	- Célula Exército Espanhol - Da BMI tomaram parte os mesmos Comandos que executaram o ARCO 002 (CPX-JG)	PRIMERA BATALLA

7.3.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivos	Custos (contos)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
ADVENTURE EXPRESS 00	CIOE (DOTAÇÃO OPERACIONAL PARA O ÁRTICO)	3 OF 9 SAR 29 PRC			25.178	
ADVENTURE EXPRESS 00 (CPX/FTX/LIVEX)	CIOE (PO) US GE MN CZ IT NL	3 OF 9 SAR 29 PRC	979	740	1.719	
ARRCADE FUSION 00	3 H	3 OF	839		839	
ARNO 00	CR 4 OF, 2 SAR	4 OF 2 SAR	516		516	
COOP BELGA 01	FORÇAS BELGAS Comp PREC	29		464	464	
COOP BELGA 02	FORÇAS BELGAS BAI	29		343	343	
COOP PO/USA 00	FORÇAS EUA Comp PREC	28		1.050	1.050	(JCET/ HALO/HAHO)
COOPITA 00	1 Pel (IT) 1 Pel/13ªCAt/1ºBIPara	31	6.899	172	7.071	
DYNAMIC MIX 00	BAS	16	644	10.023	10.667	
EOLO 00	CR BAI, CR 2ºBIPARA, COMP 2ºBIPARA/50 BEOE (50H ;1 TP 50 ; 2 Viat Civis ; 5 Viat Pesadas	39 OF 67 SAR 215 PRC	82.237	2.545	84.782	
FRONTEIRA 00	CEOE 6 Viat	86	408	7.774	8.182	
LINKED SEAS 00	BAI BMI (GCC;1º BIMec;BtrAAA;CTm ;BAS) CIOE (37 Of; 32 Sar; 95 Praças) FORÇAS: AUSTRIA, ROMENIA, BULGARIA,GEORGIA; AUGMENTEES: PO, USA/201	125 OF 287 SAR 933 PRC		23.527	23.527	

7.3.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos (Continuação)

Ano:2000

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivos	Custos (contos)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
TEJO 002	1BTPARA/BAI EREC/BAI CAt/BRILAC (SP)	58 OF 98 SAR 428 PRC		4.199	4.199	
TOSCANA 00	CR/BAI	3 OF	968		968	
PRIMERA BATALLA	CR/ (SP)	120		306	306	

(nota 1) Os custos deste exercício foram incluídos nos custos do exercício PANTERA 01/ 00;
(nota 2) Oficiais, sargentos e praças da especialidade Tm, que participaram em apoio do exercício PANTERA 02/ 00; custos incluídos naquele exercício;
(nota 3) Custos não contabilizados pelo EsqPE, tendo sido incluídos nos custos dos exercícios da série TIGRE, do RG 2;
(nota 4) Incluiu 113 praças do SEN, tendo constituído o respectivo exercício final, no âmbito da PMG;
(nota 5) No exercício TEJO 00 participou uma CAt/BRILAC (SP).

7.4 - EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

7.4.1 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos - Exercícios Realizados

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ARCO 002	CPX/LIVEX	OUT	CMSM	CEME	BMI	BMI, COFA	EXÉRCITO
HALO HAHO	LIVEX	JUL/AGO	TANCOS	CEMGFA	COFT	VÁRIOS	2 RAMOS

7.4.2 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ /Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (contos)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
ARCO 002	ESQ552/ALIII ESQ201/F16 TACP	4 x Of. Sup. 12 x Cap. ou Sub. 10 x Sarg. 3 x Praças	1.117	6.116	7.233	07.00 H/V ALIII 11:10 H/V F16
HALO HAHO	ESQ501/C130 ESQ502/C212 ESQ751/SA330	2 x Of. Sup. 4 x Cap. ou Sub. 12 x Sarg.	1.613	5.502	7.115	04:00 H/V C130 02:35 H/V C212 04:55 H/V SA330

7.4.3 - Exercícios Combinados - Exercícios Realizados

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
CMX / CRISEX	CPX	17 a 23Fev	NATO WIDE	SHAPE / SACLANT	COMANDOS REGIONAIS	VÁRIOS	NATO
DOGFISH	LIVEX	17Fev a 01Mar	ITÁLIA	AFSOUTH	COMNAVSOUTH	VÁRIOS	NATO

7.4.3 - Exercícios Combinados - Exercícios Realizados (Continuação)

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
DYNAMIC MIX	LIVEX	20Mai a 02Jun	Grécia, Turquia	CINCSOUTH	COMAIRSOUTH	VÁRIOS	NATO
EOLO	LIVEX	19 a 28Jun	Espanha	JEMAD (SP) CJO (IT) CEMA (FR) CEMGFA (PO)	JEMACOM (ES) CoDIRECTORES (IT, FR, PO)	VÁRIOS	UEO
FAMET	LIVEX	20 a 27Nov	Espanha	ET	FAMET	VÁRIOS	EEMMPP
LINKED SEAS	LIVEX	10 a 22Abr 02 a 15Mai	SOUTHLANT	SACLANT	CINCSOUTHLANT	VÁRIOS	NATO
POLYGONE	LIVEX	23 a 27Out	Alemanha	MAEWTFB POLYGONE	MAEWTFB POLYGONE	VÁRIOS	NATO
RED FLAG	LIVEX	19Mar a 26Abr	USA	USAF	EPAF	VÁRIOS	NATO
TAPON	LIVEX	18 a 29Set	Espanha	AJEMA	AJENA	VÁRIOS	EEMMPP
TLP OOR	LIVEX	07Nov a 08Dez	Portugal	AIRCENT	TLP FLORENNES COFA	VÁRIOS	NATO
TRIAL MACE	LIVEX	04 a 11Ago	França	NAFAG	AG3-SG2	VÁRIOS	NATO

EEMMPP – Estados Maiores Peninsulares

7.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ /Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (contos)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
CMX / CRISEX	COFA	2 x Of. Sup. 1 x Cap.	-	-	-	-
DOGFISH	ESQ601/P3P	3 x Of. Sup. 6 x Cap. ou Sub. 7 x Sarg. 2 x Praças	11.126	46.192	57.318	58:15 H/V P3P
DYNAMIC MIX	ESQ301/AJET ESQ501/C130	4 x Of. Sup. 12 x Cap. ou Sub. 25 x Sarg. 5 x Praças	9.683	83.199	92.882	162:45 H/V AJET 23:30 H/V C130
EOLO	ESQ301/AJET ESQ502/C212EW ESQ201/F16 ESQ751/SA330	8 x Of. Sup. 20 x Cap. ou Sub. 25 x Sarg. 5 x Praças	6.380	64.573	70.953	53:45 H/V AJET 07:45 H/V C212 89:30 H/V F16 12:25 H/V SA330
FAMET	ESQ552/ALIII	1 x Of. Sup. 4 x Cap. ou Sub. 4 x Sarg. 2 x Praças	4.727	7.210	11.937	47:45 H/V ALIII

7.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2000

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ /Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (contos)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
LINKED SEAS	ESQ301/AJET ESQ552/ALIII ESQ501/C130 ESQ502/C212 ESQ502/C212EW ESQ201/F16 ESQ505/FTB337 ESQ601/P3P ESQ751/SA330	Todo o Comando Operacional	23.616	164.392	188.008	133:40 H/V AJET 54:25 H/V ALIII 23:05 H/V C130 03:30 H/V C212 15:00 H/V C212 175:05 H/V F16 13:20 H/V FTB 50:25 H/V P3P 27:40 H/V SA330
POLYGONE	ESQ301/AJET ESQ501/C130 ESQ201/F16	6 x Of. Sup. 18 x Cap. ou Sub. 29 x Sarg.	7.790	64.760	72.550	55:05 H/V AJET 26:45 H/V C130 52:00 H/V F16
RED FLAG	ESQ201/F16 ESQ501/C130 ESQ502/C212 ESQ601/P3P ESQ751/SA330	18 x Of. Sup. 19 x Cap. ou Sub. 50 x Sarg. 15 x Praças	45.292	302.244	347.536	360:15 H/V F16 84:20 H/V C130 17:35 H/V C212 96:00 H/V P3P 16:15 H/V SA330
TAPON	ESQ601/P3P	4 x Of. Sup. 4 x Cap. ou Sub. 8 x Sarg.	5.109	20.948	26.057	26:25 H/V P3P
TLP OOR	ESQ201/F16	Todo o Comando Operacional	2.233	26.614	28.847	58:45 H/V F16
TRIAL MACE	ESQ501/C130	2 x Of. Sup. 3 x Cap. ou Sub. 9 x Sarg.	2.059	10.584	12.643	15:15 H/V C130

NOTA EXPLICATIVA

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) e representam as prestações familiares e prestações sociais, a que aludem os Decretos-Leis n.ºs 223/95 e 133-B/97, despendidas em 2000 com pessoal militar e civil pelos organismos e serviços centrais do MDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto de Defesa Nacional e IASFA e os subsídios concedidos aos seus beneficiários cuja existência consta do quadro 8.1.

Tais prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) estão agrupadas nas Funções de Protecção Social, consideradas pelo Instituto Nacional de Estatística na sua publicação "Estatísticas de Protecção Social Associações Sindicais e Patronais".

O IASFA, criado pelo Dec.-Lei n.º 284/95, de 30 de Outubro, intervém junto dos seus beneficiários no campo da Acção Social Complementar.

CONCEITOS

Função Invalidez

Subsídio Especial de Acamados (SEA), concedido pelo IASFA aos beneficiários ou a familiares apoiados, de idade avançada;

Subsídio Especial de Irrecuperáveis ou Incapacitados (SEIR), concedido pelo IASFA a beneficiários que, após exame médico comprovativo, fiquem temporária ou permanentemente impossibilitados de desenvolver uma vida activa.

Função Velhice

Subsídio Complementar Normal de Pensões (SCNP), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) fixado pelo IASFA;

Subsídio Especial para Lares (SEL), para auxiliar o internamento em lares de beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar.

Função Sobrevivência

Subsídios de Funeral e por Morte, previstos nos Decretos-Lei n.ºs 223/95 e 133-B/97;

Subsídio de Funeral, concedido pelo IASFA aos familiares dos militares falecidos que comprovem que, à data da morte, viviam em situação de absoluta carência.

Função Família

Subsídios familiar a crianças e a jovens por frequência de estabelecimento de educação especial, mensal vitalício e por assistência a terceira pessoa;

Bonificação, por deficiência, ao subsídio familiar;

Subsídio Complementar de Apoio Familiar (SCAF), concedido pelo IASFA a agregados familiares carenciados.

Comparticipações escolares concedidas pelo IASFA:

Escolar Especial(CEE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino;

Escolar Especial para Reeducação (CEE-R), aos beneficiários que tenham a seu cargo descendentes com comprovada redução de capacidade orgânica, motora, sensorial ou intelectual, que frequentem instituições de reeducação ou reintegração.

8.1 – Beneficiários do IASFA – Distribuição por Ramos das Forças Armadas

Ano: 2000

Ramo das FA's		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Número de beneficiários		18.806	25.087	8.952	52.845
Variações (a)	Em valor absoluto	- 3	- 415	20	- 398
	Em percentagem	-	- 1,6	0,2	- 0,7

(a) Em relação ao ano anterior.

8.2 – Funções de Protecção Social – Invalidez – SUBSÍDIOS

(contos)

	SEA		SEIR		TOTAL	
	N.º (b)	Montante Despendido (a)	N.º (b)	Montante Despendido (a)	N.º (b)	Montante Despendido (a)
IASFA	135	1.501	272	2.089	407	3.590

(a) Prestações mensais.

(b) Média de beneficiários contemplados mensalmente.

8.3 – Funções de Protecção Social – Velhice – SUBSÍDIOS

(contos)

	SCNP		SEL		SCAF		TOTAL	
	N.º (b)	Montante Despendido (a)	N.º (b)	Montante Despendido (a)	N.º (b)	Montante Despendido (a)	N.º (b)	Montante Despendido (a)
IASFA	188	2.677	290	8.266	32	342	510	11.285

(a) Prestações mensais.

(b) Média de beneficiários contemplados mensalmente.

8.4 – Funções de Protecção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS

(contos)

Organismos/Ramos	de Funeral (a)		de Funeral (Decreto-Lei N.º 133-B/97)		por Morte (Decreto-Lei N.º 223/95)	
	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido
OSC/MDN	-	-	-	-	-	-
EMGFA	-	-	-	-	-	-
Marinha	-	-	12	388	32	36.566
Exército	-	-	16	512	42	71.544
Força Aérea	-	-	9	324	12	21.860
IASFA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	37	1.224	86	129.970

(a) Abonado pelo IASFA quando o beneficiário falecido viva em situação de absoluta carência, dependendo o quantitativo do vencimento do falecido.

8.5 – Funções de Protecção Social – Família – SUBSÍDIOS

(contos)

Organismos/ /Ramos	Familiar (a)		Educação Especial		Mensal Vitalício		Por Assistência a 3ª pessoa		Bonificação por Deficiência (b)		SCAF		CEE– CEE-R	
	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD
OSC/MDN	188	11.245	1	488	-	-	-	-	5	784	-	-	-	-
EMGFA	306	11.816	-	-	1	300	1	150	3	571	-	-	-	-
Marinha	7.086	413.025	10	3.938	27	7.908	37	5.283	123	17.210	-	-	-	-
Exército	7.661	477.016	3	1.663	25	7.692	35	4.754	138	18.350	-	-	-	-
Força Aérea	3.936	241.990	3	834.787	4	1.167	14	2.016	52	6.887	-	-	-	-
IASFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	4.101	8.009	286.707
TOTAL	19.177	1.155.092	17	840.876	57	17.067	87	12.203	321	43.802	32	4.101	8.009	286.207

(a) Inclui os valores referentes aos subsídios de casamento, nascimento, aleitação e abono de família que foram substituídos ou extintos pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio.

(b) Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio.

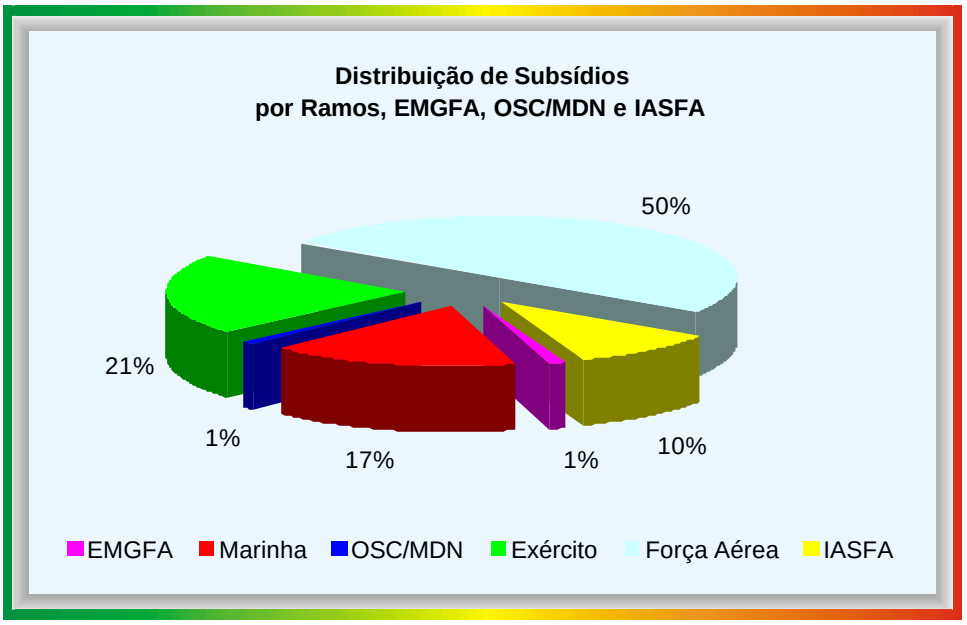
8.6 – Total de Prestações/Benefícios Prestados e Montantes Despendidos por Função

(contos)

Função	OSC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Invalidez Prestações/benefícios	-	-	-	160	-	407	567
Montante	-	-	-	32.359	-	3.590	35.949
Velhice Prestações/benefícios	-	-	-	-	-	510	510
Montante	-	-	-	-	-	11.285	11.285
Sobrevivência Prestações/benefícios	-	-	44	58	21	-	123
Montante	-	-	36.954	72.056	346.430	-	455.440
Família Prestações/benefícios	194	311	7.283	7.862	4.009	8.041	27.700
Montante	12.517	12.837	447.364	509.475	1.086.847	290.808	2.359.848
TOTAL Prestações/benefícios	194	311	7.327	8.080	4.030	8.958	28.900
Montante	12.517	12.837	484.318	613.890	1.433.277	305.683	2.862.522

Prestações – Número de pessoas abrangidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de Setembro

Benefícios – Número de pessoas abrangidas (beneficiadas) pelo IASFA



NOTA EXPLICATIVA

A estatística da actividade inspectiva realizada pela ex-Inspecção-Geral das Forças Armadas (IGFAR), actual Inspecção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), durante o ano de 2000, engloba as actividades mais importantes no âmbito das competências que lhe são atribuídas e especificadas no Plano de Actividades para o ano em apreço.

Da actividade inspectiva e de análise conduzidas em 2000 salienta-se:

- Um equilíbrio entre as inspecções ordinárias e as extraordinárias;
- As inspecções extraordinárias, em número de dezassete (17), foram realizadas conforme despacho de Sua Exª . o Ministro da Defesa Nacional;
- A realização destas 17 acções de inspecção extraordinárias obrigou a um acentuado esforço por parte das equipas de inspecção em relação ao que se encontrava inicialmente planeado;
- Da análise dos dados verifica-se um desequilíbrio aparente entre Ramos das Forças Armadas ou entre Áreas de Inspecção/Análise, que resulta dos seguintes factores:
  - Cada acção de inspecção corresponde a uma U/E/O inspeccionada por Equipas de Inspecção de que resultou a elaboração de um único relatório;
  - O Sistema de Forças e o Dispositivo de cada Ramo das Forças Armadas tem a sua especificidade e particularidade. No caso do Exército a existência de um maior número de U/E/O a inspeccionar para a consecução de objectivos de inspecção comuns aos 3 Ramos das FA's, tem originado um maior peso relativo do número de acções de inspecção/análise a este Ramo.

9.1 – INSPECÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELA IGDN

Áreas	Tipo	Plane-amento	U/E/O Inspeccionados				Equipa de Inspecção					Dias de Actividade		
			MDN	Exército	Marinha	Força Aérea	Inspector-Chefe	Inspectores-Adjuntos				Plane-amento	Execução	Relatório
							IGDN	IGDN	Exército	Marinha	Força Aérea			
IAMH	IT	IO	-	1	-	-	1	4	-	-	-	19	4	18
IAMH	IT	IO	-	-	-	1	1	3	-	-	-	25	4	8
IAMH	IT	IO	-	1	-	-	1	3	-	-	-	3	5	11
IAMH	IT	IO	-	1	-	-	1	4	-	-	-	22	5	26
IAMH	IT	IE	1	-	-	-	1	3	-	-	-	-	4	19
IAMM	IT	IO	-	-	-	1	1	1	-	-	1	32	11	33
IAMF	IT	IO	-	-	-	1	1	2	-	-	-	19	47	26
IAMF	IT	IE	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	10	30
IAMF	IT	IO	1	-	-	-	1	3	-	-	-	26	53	25
IAMF	IT	IO	-	-	1	-	1	2	-	-	-	23	36	25
IAMF	IT	IO	-	1	-	-	1	2	-	-	-	23	37	29
TOTAL			3	4	1	3	11	28	-	-	1	192	216	250

Os conceitos dos tipos de inspecção constam do regulamento da IGDN.

9.2 – INSPECÇÕES DE ANÁLISE DE PROGRAMAS E SISTEMAS EXECUTADAS PELA IGDN

Areas	Tipo	Planea-mento	U/E/O Inspeccionados					Equipa de Inspecção					Dias de Actividade		
								Inspector-Chefe	Inspectores-Adjuntos						
			MDN	EMGFA	Exército	Marinha	Força Aérea	IGDN	IGDN	Exército	Marinha	Força Aérea	Plane-amento	Execução	Relatório
ASCM	IT	IO	-	-	1	-	-	1	3	-	-	-	16	65	50
ASCM	IT	IO	-	-	1	-	-	1	3	-	-	-	16	65	50
ASCM	IT	IO	-	-	1	-	-	1	3	-	-	-	16	65	50
ASCM	IT	IO	-	-	1	-	-	1	3	-	-	-	16	65	50
ASCM	IT	IO	-	-	1	-	-	1	3	-	-	-	16	65	50
ASCM	IT	IO	-	-	1	-	-	1	3	-	-	-	16	65	50
ASCPAP	IT	IE	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	4	5	1
ASLFA	IT	IO	-	-	-	1	-	1	1	-	1	-	20	4	26
ASMES	IT	IO	-	-	1	-	-	1	3	-	-	-	15	12	60
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	-	1	-	-	1	8	-	-	-	10	5	12
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	-	1	-	-	1	8	-	-	-	10	10	12
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	-	1	-	-	1	8	-	-	-	10	10	12
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	-	1	-	-	1	8	-	-	-	10	12	12
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	1	-	-	-	1	8	-	-	-	10	12	12
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	-	1	-	-	1	8	-	-	-	10	4	12
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	-	1	-	-	1	8	-	-	-	5	3	15
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	-	1	-	-	1	8	-	-	-	5	6	15
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	-	1	-	-	1	8	-	-	-	5	3	15
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	-	1	-	-	1	8	-	-	-	5	2	16
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	-	1	-	-	1	8	-	-	-	5	2	16
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	-	1	-	-	1	8	-	-	-	5	2	16
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	-	1	-	-	1	8	-	-	-	5	4	16
IAMH/ ASAFA	IP	IE	-	-	1	-	-	1	8	-	-	-	5	3	16
TOTAL			1	1	20	1	-	23	135	-	1	-	235	489	584

Os conceitos dos tipos de inspecção constam do regulamento da IGDN.

9.3 – INSPECÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELOS RAMOS

Ramo	Tipo	Planea-mento	U/E/O Inspeccionadas						Equipas de Inspecção					U/E/O		Dias de Execução
			EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	U/E/O		IG	EM	OCAD	CmdOp	DS/DT			
							OIT	SFN						OIT	SFN	
MARINHA (a)	IG	IPg	-	-	-	-	-	1	-	4	-	-	-	-	-	5
	IOp	IPg	-	-	-	-	3	37	-	-	-	-	-	150 (b)	-	180
	IOp	IPg	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3 (c)	-	40
	IPS	IPg	-	1	1 (d)	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	2
	IT	IPg	-	-	3 (d)	-	6	6	-	3	-	-	45	-	-	72
	IT	II	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	7	-	-	19
EXÉRCITO	IG	IO	-	-	-	-	9	-	7	1	20	2	-	45	-	18
	IG	IE	-	-	-	-	-	11	8	2	26	-	-	20	45	19
	IAO	IO	-	-	-	-	-	9	6	-	15	-	-	13	48	14
	IAO	IE	-	-	-	-	-	4	4	-	5	-	-	3	4	8
	IT	IO	-	1	-	-	391	11	-	-	122	-	-	428	28	509
	IT	IE	-	-	-	-	4	2	-	-	1	-	-	14	-	29
FORÇA AÉREA	IG (e)	IO	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	146
	IT	IO	-	-	4	-	85	-	7	14	-	22	72	-	-	486
	IPS	IO	5	-	1	9	28	-	7	-	-	-	-	-	-	174

Os conceitos dos tipos de inspecção constam do Regulamento dos respectivos Ramos.

(a) A Marinha não criou um organismo especificamente vocacionado para funções de inspecção, estando essa responsabilidade atribuída ao Estado-Maior da Armada.

(b) Equipa multidisciplinar no âmbito do Comando Naval/Flotilha do Corpo de Fuzileiros/Flotilhas/Esquadrilhas.

(c) Equipa multidisciplinar de avaliação da Marinha Inglesa (Operacional Sea-Training), constituída por cerca de 60 elementos e ainda 3 elementos da MGP-Flotilha.

(d) Foram efectuadas no âmbito do SAM.

(e) Cada IG inclui 4 inspecções: Inspecção de Pessoal, Inspecção de Segurança Militar e Informações, Inspecção de Logística e Inspecção de Administração Financeira.

SIGLAS

A	Armamento e Equipamento
A/S	Anti-submarina
A7-P	Avião de Combate
AA	Alunos Admitidos (em Estabelecimentos de Ensino Militar)
AAA	Artilharia Anti-Aérea
ABU	Navio Balizador
ACT	Activo
ADMA	Assistência na Doença aos Militares da Armada
ADME	Assistência na Doença aos Militares do Exército
ADMFA	Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea
AETD	Armamentos e Equipamentos de Defesa
AFA	Academia da Força Aérea
AFSOUTH	Comando Aliado do Sul da Europa
AG	Navio Auxiliar
Agr	Agrupamento
AJEMA	Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
AL III	Helicóptero Allouette III
Alfa-Jet	Avião de apoio aéreo próximo
ALFLOT	Comando Operacional da Marinha de Espanha
AMB	Ambiente
AMSJ	Área Militar de S. Jacinto
AO	Navio Tanque Reabastecedor
AP	Auto-propulsionado
ARCOMNAV	Área do Comando Naval
ARRC	Corpo de Reacção Rápida Aliado
ASAFA	Análise ao Sistema de Alimentação das Forças Armadas
ASCMP	Análise ao Sistema de Convocação e Mobilização de Pessoal
ASCPAP	Análise ao Sistema de Concursos de Pessoal da Administração Pública
ASCSP	Análise ao Sistema de Classificação e Selecção de Pessoal
ASIM	Análise ao Sistema de Instrução Militar
ASLFA	Análise ao Sistema de Logística das Forças Armadas
ASSM	Análise ao Sistema de Saúde Militar
BA	Base Aérea
BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BApSvc	Batalhão de Apoio de Serviços
Bat	Batalhão
BDT	Brigada de Defesa Territorial
BIAT	Batalhão de Infantaria Aerotransportado
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BISM	Batalhão de Informações e Segurança Militar
BLD	Batalhão Ligeiro de Desembarque do Corpo de Fuzileiros
BLI	Brigada Ligeira de Intervenção
BMI	Brigada Mista Independente
BT	Beneficiário Titular do IASFA
Btr	Bataria (de Artilharia)
C	Cartografia

Cav	Cavalaria
C-130	Avião de Transporte
C-212	Aviocar (avião de transporte)
CAA	Comando Aéreo dos Açores
CAt	Companhia de Atiradores
CDAM	Comando do Destacamento Aéreo da Madeira
CDT	Equipa de Mergulhadores de Combate
CE	Comunicações e Electrónica
CEE	Comparticipação Escolar Especial
CEE-R	Comparticipação Escolar para Reeducação
CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
CEN	Comparticipação Escolar Normalizada
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMET	Chefe do Estado-Maior do Exército de Espanha
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CEOE	Companhia Elementos Operações Especiais
CFX	Comand Field Exercise
CINCIBERLANT	Comando da Área Ibero-Atlântica
CINCSOUTH	Comando-em-Chefe Aliado do Sul
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CISM	Conseil Internacional du Sport Militaire (Conselho Internacional do Desporto Militar)
CJMOA	Comando Operacional da Força Aérea de Espanha
CM	Colégio Militar
CMD	Comando
CMDT	Comandante
CMSM	Campo Militar de Santa Margarida
CMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CN	Cartografia Naútica
CNAD	Conference of National Armaments Directors
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COFA	Comando Operacional da Força Aérea
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres
COM	Comunicações
Comp	Companhia
COMAIRCEINT	Comando Aéreo Aliado das Forças do Centro da Europa
COMBINEX	Combined Exercise
COMCORPFUZMAR	Comando do Corpo de Fuzileiros
COMLANDSOUTH	Comando Terrestre Aliado das Forças do Sul da Europa
COMNAV	Comando Naval
COMNAVSOUTH	Comando Naval Aliado das Forças do Sul da Europa
Comp	Companhia
COMSUBMED	Comand Submarine Mediterranean
COZARM	Comando da Zona Maritíma da Madeira
COZMARA	Comando da Zona Maritíma dos Açores
CPHM	Comissão Portuguesa de História Militar
CPX	Exercício de postos de comando (Command Post Exercise)
CTAT	Comando das Tropas Aerotransportadas
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
CZMILA	Comando da Zona Militar dos Açores

CZMILM	Comando da Zona Militar da Madeira
DAE	Destacamento de Acções Especiais do Corpo de Fuzileiros
DAMAG	Direcção de Análise e Métodos de Apoio à Gestão
DE	Direcção de Electrotecnia
DG	Direcção-Geral
DGAED	Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa
DGIE	Direcção-Geral de Infra-Estruturas
DGM	Direcção-Geral de Marinha
DGP	Direcção-Geral de Pessoal
DGPDN	Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional
DL	Decreto-Lei
DMA	Direcção de Manutenção Aeronáutica
DN	Direcção de Navios
DOABS	Despesas com Obras e Aquisição de Bens e Serviços
DOp	Departamento de Operações
DS/DT	Direcções de Serviço/Direcções Técnicas
DT	Direcções Técnicas
EC-212	Aviocar (avião de guerra electrónica)
EFFA	Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
EM	Estado-Maior
EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EOSFN	Encargos Operacionais do Sistema de Forças Nacional
Eq. Eng	Equipa de Engenharia
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
ESE	Escola de Sargentos do Exército
Esq	Esquadra
EUCLID	European Cooperation for the Long Term In Defence
EXE	Exército
F16	Avião de defesa aérea
FFAA	Forças Armadas
FAC'S	Forward Air Controllers
FAE	Força Aérea de Espanha
FAMET	Forças Aéro-Móveis do Exército de Terra
FAP	Força Aérea Portuguesa
FF	Fragata
FFAH	Fragata equipada com mísseis e helicópteros
FNC	Força Nacional Conjunta
FOST	Comando da Flotilha de Treino da Marinha do Reino Unido
FS	Corveta
GABMDN	Gabinete Ministro da Defesa Nacional
GABSEDN	Gabinete Secretário de Estado da Defesa Nacional
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GE	Guerra Electrónica
GM	Geologia Marinha
GML	Governo Militar de Lisboa
GNR	Guarda Nacional Republicana
GNS	Gabinete Nacional de Segurança

H	Hidrografia
H/D	Homem/Dia
HFA	Hospital da Força Aérea
HMar	Hospital da Marinha
HMB	Hospital Militar de Belém
HMP	Hospital Militar Principal
HMR1	Hospital Militar Regional n.º 1 (Porto)
HMR2	Hospital Militar Regional n.º 2 (Coimbra)
I	Instrução
I & D	Investigação e Desenvolvimento
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IAMF	Inspecção de Administração de Meios Financeiros
IAMH	Inspecção de Administração de Meios Humanos
IAMM	Inspecção de Administração de Meios Materiais
IAO	Inspecção de Avaliação Operacional
IASFA	Instituto de Acção Social das Forças Armadas
IBERLANT	Área Ibero-Atlântica
ICE	1.º Corpo de Exército
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IE	Inspecção Extraordinária
IEPG	Independent European Programme Group composto pelos países europeus da NATO, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia, Reino Unido.
IG	Inspecção Global
IGDN	Inspecção-Geral da Defesa Nacional
IGeoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
II	Inspecção Inopinada
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
Inf	Infantaria
Infomiat	Informática
INICT	Instituto Nacional de Investigação Científica
INVITEX	Invitation Exercise
IO	Inspecção Ordinária
IOp	Inspecção Operacional
IP	Inspecção Parcelar
IPg	Inspecção Programada
IPS	Inspecção de Programas e Sistemas
IS/IMS	International Staff/International Military Staff
ISN	Instituto de Socorros a Náufragos
IT	Inspecção Técnica
JEMA	Chefe do Estado - Maior da Armada de Espanha
JMOTS	Joint Maritime Operational Training Staff
L	Logística
LAFTM	Laboratório de Análises Fármaco Toxicológicas da Marinha
LC	Liga dos Combatentes
LCM	Lancha de Desembarque Média
LDG	Lancha de Desembarque Grande
LDM	Lancha de Desembarque Média
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LIVEX	Exercício de campo com tropas (Live Exercise)

LPM	Lei de Programação Militar
M	Máquinas
Mar	Marinha
MD	Montante Despendido
MDN	Ministério da Defesa Nacional
Mec	Mecanizada
MNC	Major NATO Command
MOD U.K.	Ministério da Defesa do Reino Unido
N	Navegação
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NBQ	Nuclear, Químico e Biológico
O	Oceanografia
OCAD	Órgãos Centrais de Administração e Direcção
OCE	Officer conducting the exercise
OGFE	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OIT	Ógãos de Implantação Territorial
OLE	Orquestra Ligeira do Exército
OMDN	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional
OMDN-E	Orçamento da Defesa Nacional - Exército
OMDN-M	Orçamento da Defesa Nacional - Marinha
OP	Operações
OSC/MDN	Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional
OSE	Officer Shedulling the Exercise
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P3-P	Avião de patrulhamento marítimo
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
Pat	Patrulha
PBF	Patrulha Rápido
PBR	Patrulha Ribeirinho
Pel	Pelotão
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PIP	Programa de Interesse Público
PJM	Policia Judiciária Militar
PLRA	Patrulha de Longo Raio de Acção
PMG	Preparação Militar Geral
PSP	Polícia de Segurança Pública
QG	Quartel General
QP	Quadro Permanente
QPa	Quadro Permanente (activo)
QPC	Quadro de Pessoal Civil
RAC	Regimento de Artilharia de Costa
RC	Regime de Contrato
RCC	Rescue Coordination Centre
Reb	Rebocado
REF	Reforma
RES	Reserva
RG	Regimento de Guarnição
RMN	Região Militar do Norte

RMPORTSMOUTH	Comando do Corpo de Fuzileiros do Reino Unido
RMS	Região Militar do Sul
RV	Regime de Voluntariado
S	Saúde
SA-330	Helicóptero PUMA
SACEUR	Comando Supremo Aliado da Europa
SACLANT	Comando Supremo Aliado do Atlântico
SAM	Sistema de Autoridade Marítima
SAR	Serviço de Busca e Salvamento
SCA	Saídas com aproveitamento (de Alunos de estabelecimentos de ensino militar)
SCNP	Subsídio Complementar Normal de Pensões concedido pelo IASFA
SEA	Subsídio Especial de Acamados concedido pelo IASFA
Sec	Secção
SEI	Subsídio Especial de Idosos concedido pelo IASFA
SEIR	Subsídio Especial de Irrecuperáveis ou Incapacitados concedido pelo IASFA
SEL	Subsídio Especial para Lares concedido pelo IASFA
SEN	Serviço Efectivo Normal
SFN	Sistema de Forças Nacionais
SG / MDN	Secretaria-Geral / Ministério da Defesa Nacional
SSK	Submarino
STANAVFORLANT	Força Permanente do Atlântico
SUBEX	Submarine Exercise
TACP	Tactical Air Control Party
Téc.	Técnico
Tm	Transmissões
TODCI	Técnicos de Operações de Detecção e Conduta de Intercepção
UAM	Unidade Auxiliar de Marinha
UE	União Europeia
UI	Unidade Imobiliária
UU/EE/OO	Unidades, Estabelecimentos, Órgãos
WEAG	Western European Armaments Group, composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia, Reino Unido.
ZAA	Zona Aérea dos Açores
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMA	Zona Marítima dos Açores
ZMC	Zona Marítima do Centro
ZMM	Zona Militar da Madeira
ZMN	Zona Marítima do Norte
ZMS	Zona Marítima do Sul

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA 5

SINAIS CONVENCIONAIS 6

1 ORÇAMENTO 7

1.1 Despesas da Defesa a preços correntes e constantes 12

1.2 Variação anual das despesas da Defesa 12

1.3 Despesas da Defesa, despesas públicas e PIB, a preços correntes e constantes 13

1.4 Peso das despesas da Defesa nas despesas públicas e no PIB 13

1.5 PIB por habitante e despesas da Defesa por habitante a preços correntes e constantes 14

1.6 Natureza das despesas da Defesa – Despesas globais 15

1.7 Natureza das despesas da Defesa – Serviços Centrais 17

1.8 Natureza das despesas da Defesa - EMGFA 18

1.9 Natureza das despesas da Defesa - Marinha 19

1.10 Natureza das despesas da Defesa - Exército 20

1.11 Natureza das despesas da Defesa - Força Aérea 21

1.12 Distribuição das despesas por capítulos do MDN 22

2 MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO 25

2.1 Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Marinha 35

2.2 Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Exército 36

2.3 Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Força Aérea 38

3 MISSÕES MILITARES DE CARÁCTER INTERNACIONAL 41

3.1 Actividade bilateral de Defesa (com excepção da África Sub-Sahariana) 43

3.1.1 Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento 43

3.1.2 Programas de cooperação/actividades 45

3.1.3 Cruzeiros de investigação científica 47

3.1.4 Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros 47

3.1.5 Sobrevoo e aterragem – Pedidos de autorização 48

3.2 Cooperação técnico-militar 50
3.2.1 Projectos de cooperação técnico-militar com os PALOP 50
3.2.2 Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP 51
3.2.3 Formação de militares dos PALOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA´s 51
3.2.4 Despesas suportadas pelos Ramos das FA´s 52
3.2.5 Formação de militares nos PALOP por tipo de curso e por Ramo das FA´s 52
3.2.6 Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PALOP e seus familiares e respectivas despesas 53
3.2.7 Despesas globais da cooperação técnico-militar 53
3.3 Missões de paz 54
3.3.1 Envolvimento militar de Portugal em operações de Paz 54
3.4 Missões de carácter humanitário 55
3.4.1 Apoio militar à ajuda humanitária 55

4 RECURSOS HUMANOS 57

4.1 Pessoal 62
4.1.1 Pessoal militar 62
4.1.1.1 Pessoal militar, segundo regime e situação, em 31 DEZ 62
4.1.1.2 Dados retrospectivos dos últimos cinco anos 62
4.1.1.2.1 Militares do Quadro Permanente 62
4.1.1.2.2 Militares não pertecentes ao Quadro Permanente 64
4.1.1.3 Militares do QP, activo, quanto à efectividade de serviço 65
4.1.1.4 Distribuição hierárquica do pessoal militar 65
4.1.1.5 Estrutura etária do pessoal militar 66
4.1.1.6 Estrutura de tempo de serviço dos militares do QP, no activo 66
4.1.1.7 Origem geográfica dos militares 67
4.1.1.8 Distribuição por sexo de pessoal militar 67
4.1.1.9 Promoção de militares do QP 68
4.1.1.10 Pessoal militar, ingressos e saídas por categorias e formas de prestação de serviço 68
4.1.2 Pessoal militarizado 69
4.1.2.1 Pessoal militarizado da Defesa Nacional 69
4.1.3 Pessoal civil 70
4.1.3.1 Efectivos globais 70
4.1.3.2 Pessoal civil por grupos profissionais 70

4.1.3.3 Pessoal civil por estatuto jurídico 71
4.1.3.4 Pessoal civil por habilitações académicas 71
4.1.3.5 Pessoal civil por sexo 72
4.1.3.6 Estrutura etária do pessoal civil 72
4.1.3.7 Tempo de serviço do pessoal civil 72
4.1.3.8 Promoções de pessoal civil por grupo profissional 73
4.1.3.9 Ingressos e saídas de pessoal civil 73
4.2 Formação e treino 74
4.2.1 Institutos, academias, escolas e centros de instrução das FA´s (pessoal militar, militarizado e civil) 74
4.2.2 Pessoal militar na efectividade de serviço que frequentou cursos internos 74
4.2.3 Pessoal militar que frequentou cursos no estrangeiro 74
4.3 Saúde 76
4.3.1 Pessoal de saúde 76
4.3.1.1 Médicos militares e civis 76
4.3.1.2 Farmacêuticos militares e civis 77
4.3.1.3 Técnicos de farmácia militares e civis 77
4.3.1.4 Enfermeiros militares e civis 77
4.3.1.5 Técnicos paramédicos militares e civis 77
4.3.1.6 Médicos veterinários militares e civis 78
4.3.1.7 Enfermeiros veterinários militares e civis 78
4.3.2 Hospitais militares 78
4.3.2.1 Camas, segundo o fim a que se destinam 78
4.3.2.2 Consultas efectuadas, por especialidades, nos hospitais militares 79
4.3.2.3 Evolução, nos últimos 5 anos, do total de consultas nos hospitais militares 80
4.3.2.4 Movimentos de internados nos hospitais militares 80
4.3.2.5 Actos de terapêutica efectuados nos hospitais militares 81
4.3.2.6 Actos de diagnóstico efectuados nos hospitais militares 81
4.3.2.7 Pessoal ao serviço nos hospitais militares 81
4.4 Assistência na doença aos militares das FA´s 82
4.4.1 Evolução do número de beneficiários 82
4.4.2 Encargos com a saúde por modalidades de assistência 82
4.4.3 Evolução dos encargos com a saúde 82
4.5 Justiça e disciplina 85

4.5.1 Condecorações atribuídas 85
4.5.2 Processos iniciados 85
4.5.3 Punições aplicadas 86
4.5.4 Processos instruídos por indícios de prática de crimes 86
4.5.5 Agentes indiciados de prática de crimes do foro militar 87
4.6 Desporto militar 88
4.6.1 Competições militares por Ramo das FA´s 88
4.6.2 Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA´s 89
4.6.3 Pessoal militar que participou em provas internacionais militares 90

5 INFRA-ESTRUTURAS 91

5.1 Unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional 97
5.2 Servidões das unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional 97
5.3 Tipos de utilização das unidades imobiliárias 98
5.4 Verbas gastas com construções novas 99
5.5 Verbas gastas com grandes reparações de unidades imobiliárias 99
5.6 Classificação dos edifícios afectos à Defesa Nacional 100
5.7 Áreas atribuídas 100
5.8 Unidades imobiliárias adquiridas 101
5.9 Alienação de unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional 101
5.10 Alojamentos clássicos atribuídos 102
5.11 Capacidades dos quartéis e bases 102
5.12 Natureza das unidades imobiliárias 103
5.13 Sistemas e Tecnologias de Informação 106
5.13.1 Despesas com aquisição de bens e serviços 106
5.13.2 Existências 107
5.14 Prémio Defesa Nacional e Ambiente 108
5.14.1 Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente 108
5.14.2 Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente 108

6 ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA 109

6.1 Exportações e importações de material de defesa 113
6.1.1 Exportações de materiais, equipamentos e tecnologias de defesa - Valores globais 113
6.1.2 Exportações de materiais, equipamentos e tecnologias de defesa - Valores globais, por áreas do globo 113

6.1.3 Importações de materiais, equipamentos e tecnologias de defesa - Valores globais, por áreas do globo ... 114
6.1.4 Comparação entre os valores das importações e exportações de materiais, equipamentos e tecnologias de defesa, por áreas do globo ... 114
6.1.5 Comparação entre os valores das importações e exportações de materiais e tecnologias de defesa, por países agregados em organizações internacionais a que Portugal pertence ... 115
6.1.6 Exportação de serviços, materiais e equipamentos de defesa para países do WEAG (ex - IEPG), EUA e Canadá efectuados pelas indústrias de defesa e EFFA ... 115
6.1.7 Importação de materiais, equipamentos, bens e serviços de defesa de países do WEAG (ex - IEPG), EUA e Canadá efectuados pelas FA´s, forças de segurança, indústrias de defesa e EFFA ... 115
6.2 Equipamentos de defesa ... 116
6.2.1 Missões e meios disponíveis - Marinha ... 116
6.2.2 Missões e meios disponíveis - Exército ... 117
6.2.3 Distribuição de equipamentos por grandes unidades - Exército ... 117
6.2.4 Missões e meios disponíveis - Força Aérea ... 118
6.3 Logística ... 119
6.3.1 Despesas com manutenção de meios e sistemas operacionais ... 119
6.3.2 Despesas com equipamentos e material de saúde ... 120
6.3.3 Despesas com transportes – Aquisição de veículos ... 120
6.3.4 Despesas com transportes - Funcionamento ... 120
6.4 Investigação e desenvolvimento ... 121
6.4.1 Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Marinha ... 121
6.4.2 Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Exército ... 121
6.4.3 Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Força Aérea ... 122
6.4.4 Financiamentos do MDN, de programas de investigação e desenvolvimento em tecnologias de defesa no âmbito nacional e de cooperação internacional ... 122
6.5 Indústrias de defesa ... 123
6.5.1 Indústrias nacionais do sector das indústrias de defesa – 1999 e 2000 ... 123
6.5.2 Indústrias nacionais com actividades ligadas a áreas da defesa - 1999 e 2000 ... 123

7 SISTEMAS DE FORÇAS ... 125

7.1 Exercícios conjuntos e combinados - EMGFA ... 132
7.1.1 Exercícios e treino - Exercícios conjuntos - Exercícios realizados ... 132
7.1.2 Exercícios e treino - Exercícios conjuntos - Meios ... 132
7.2 Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Marinha ... 132
7.2.1 Exercícios sectoriais - Exercícios realizados ... 132

7.2.2 Exercícios sectoriais - Meios envolvidos 133
7.2.3 Exercícios combinados - Exercícios realizados 133
7.2.4 Exercícios combinados - Meios envolvidos 134
7.3 Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica do Exército 134
7.3.1 Exercícios sectoriais - Exercícios realizados 134
7.3.2 Exercícios sectoriais - Meios envolvidos 137
7.3.3 Exercícios combinados - Exercícios realizados 140
7.3.4 Exercícios combinados - Meios envolvidos 141
7.4 Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Força Aérea 142
7.4.1 Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos - Exercícios realizados 142
7.4.2 Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos - Meios envolvidos 142
7.4.3 Exercícios combinados - Exercícios realizados 142
7.4.4 Exercícios combinados - Meios envolvidos 143

8 APOIO SOCIAL 145
8.1 Beneficiários do IASFA - Distribuição por Ramo das FA´s 148
8.2 Funções de protecção social - Invalidez - Subsídios 148
8.3 Funções de protecção social - Velhice - Subsídios 148
8.4 Funções de protecção social - Sobrevivência - Subsídios 149
8.5 Funções de protecção social - Família - Subsídios 149
8.6 Total de prestações/benefícios prestados e montantes despendidos por função 150

9 ACTIVIDADE INSPECTIVA 151
9.1 Inspecções da administração dos meios executadas pela IGDN 153
9.2 Inspecções de análise de programas e sistemas executadas pela IGDN 154
9.3 Inspecções da administração dos meios executadas pelos Ramos 155

SIGLAS 157

ÍNDICE 165

ÍNDICE GERAL

NOTA INTRODUTÓRIA 5

SINAIS CONVENCIONAIS 6

1 ORÇAMENTO 7

2 MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO 25

3 MISSÕES MILITARES DE CARÁCTER INTERNACIONAL 41

4 RECURSOS HUMANOS 57

5 INFRA-ESTRUTURAS 91

6 ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA 109

7 SISTEMA DE FORÇAS 125

8 APOIO SOCIAL 145

9 ACTIVIDADE INSPECTIVA 151

SIGLAS 157

ÍNDICE 165